



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E URBANO  
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

**GILSON SANTOS SILVA**

**NEGROS COM RENDA MÉDIA NO BAIRRO DA PITUBA**

Salvador  
2007

**GILSON SANTOS SILVA**

**NEGROS COM RENDA MÉDIA NO BAIRRO DA PITUBA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão.

Salvador  
2007

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador -  
UNIFACS

Silva, Gilson Santos

Negros com renda média em Salvador. / Gilson Santos Silva. – Salvador,  
2007.

145 p. : il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional,  
Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Mestre.

Orientador Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão.

1. Espaço humano – aspectos sociais e humanos. 2. Territorialidade  
humana - Aspectos sociais e humanos. 3. Negros – Condições sociais –  
Salvador (BA). 4. Negros – Mercado de trabalho - Salvador (BA). I. Pedrão,  
Fernando Cardoso, orient. II. Universidade Salvador – UNIFACS. III. Título

CDD: 304.23

# TERMO DE APROVAÇÃO

GILSON SANTOS SILVA

NEGROS COM RENDA MÉDIA EM SALVADOR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Análise Regional, Universidade Salvador - UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Alcides dos Santos Caldas \_\_\_\_\_  
Doutor em Geografia pela Universidade de Santiago de Compostela  
Universidade Salvador – UNIFACS

Fernando Cardoso Pedrão – Orientador \_\_\_\_\_  
Livre Docente e Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia, Ufba  
Universidade Salvador – UNIFACS

Sílvio Humberto dos Passos Cunha \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Estadual de Feira de Santana

Salvador, de de 2007.

Dedico este trabalho a minha esposa Ilza Patrícia G. de Carvalho Silva, pela paciência e tolerância, permitindo assim, que eu acrescentasse mais um degrau nas expectativas da minha caminhada em prol das minhas crenças, nas quais valorizo o aprender para compartilhar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão, pelo apoio, incentivo e orientação cuidadosa com que pude sempre contar, exemplo de vida dedicada à educação.

Aos professores, colegas e funcionários do curso de Mestrado em Análise Regional da UNIFACS, com os quais convivi ao longo desses dois anos, pelos ensinamentos, o companheirismo e amizade.

Quero manifestar, de forma especial, a minha gratidão a toda a minha família e aos amigos que compartilharam desta jornada. O estímulo, a paciência e compreensão foram fundamentais para a conquista deste projeto de vida.

Por fim, a todos que contribuíram diretamente na busca de subsídios para a elaboração desta dissertação.

*“...o negro não deve ser mais colocado dentro desse dilema: tornar-se branco ou desaparecer, mas ele deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir, ou se a sociedade lhe causa dificuldades, devido a sua cor, se eu constato em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-se a “manter suas distâncias”; meu objetivo, ao contrário será, uma vez as causas determinantes esclarecidas, torná-lo capaz de escolher a ação(ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito isto é, a respeito das estruturas sociais...”*

**(Frantz Fanon)**

## RESUMO

Este estudo analisa a situação social e econômica dos negros com renda média na cidade de Salvador. Investiga o perfil desta população a partir dos dados levantados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000, tendo como exemplificação geográfica o bairro da Pituba por ter uma história simbólica importante para a população de renda média soteropolitana. Analisa a representação do grupo dentro do espaço urbano e territorial, como também o processo de segregação espacial sofrida no transcurso da sua história em terras brasileiras. Procura compreender a formação de classes sociais e a conseqüente estratificação da sociedade moderna através dos estudos anteriores de Karl Marx e Max Weber. Por outro lado, examina o processo de mobilidade social e econômica ascendente percorrida por parte da população negra, utilizando como referência algumas características como renda, profissão e grau de instrução. Desta forma, busca também compreender como o grupo se identifica em termos de classe, como constrói sua identidade e como é percebido pela sociedade. Por fim, examina o processo de discriminação racial iniciando pela auto-identificação quanto à classe e raça e sua interferência no processo de mobilidade sócio-econômica.

**Palavras-chaves:** Negro – Classe - Renda – Identidade de Classe – Identidade Racial - Mobilidade – Discriminação Racial.

## ABSTRACT

This study analyse the social and economic situation of the african brazilian people who get an average wage in Salvador City. It also investigates the profile of this population through data which were gotten by the IBGE in the statistic survey in 2000, having as geographical example the district of Pituba which has a symbolic and important history for the soteropolitana's population who has an average wage. It analyses the representation of the group in the urban and territory area, with the process of space segregation ocured in brazilian lands during its long history. It tries to comprehend the formation of the social classes and the consequent modern society stratification through previous studies made by Karl Marx and Max Weber. On the other hand, it examines the process of social mobility and economic increasing gotten by some of the african brazilian population, having as refference some characteristics such as; wage, occupation and schooling. It also tries to understand how the group is included in terms of class, how they build up their identity and how they are seen by the society. At last, it examines the racial discrimination process starting by class and race self-identification and its interference in the socio-economic mobility process.

**Key-words:** African brazilian, class, wage, class identity, race identity, mobility, racial discrimination.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa de distribuição da população negra na cidade de Salvador – Bahia – Brasil

Figura 2 – Mapa de Articulação da Pituba com outros bairros – Salvador - Bahia – Brasil – 2003

Figura 3 – Gráfico da Composição racial dos trabalhadores industriais – Região Metropolitana de Salvador – Bahia – Brasil - 1987-89

Figura 4 – Gráfico da Contribuição Previdenciária Salvador – Bahia – Brasil - 2000

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1- Auto-representação da classe social de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 2 – Classe de renda (salários-mínimos) de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 3 - Nível escolaridade de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 4 - Escolaridade X Renda de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 5 – Instituição de Origem do 2<sup>o</sup> grau x Instituição de Origem do 3<sup>o</sup> Grau - Indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 6 - Trabalho durante formação superior - Indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 7 – Auto-identificação de cor - Indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 8 – Termo que melhor referencia - Indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 9 - Data de Abolição da Escravidão na América Latina e Caribe
- Tabela 10 – Discriminação racial sofrida por indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 11 – Opinião em relação às cotas universitárias, de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007 em relação às cotas universitárias
- Tabela 12 – Abordagem da discriminação racial na família de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007
- Tabela 13 – Taxas de participação da PIA específica segundo cor e faixa etária Regiões metropolitanas – ano 1999 (em %)
- Tabela 14 – População ocupada, segundo ramo de atividade, por cor (em %) Brasil – 2001
- Tabela 15 – Taxas de desemprego total, por sexo e cor Regiões metropolitanas (%) Brasil – 2002

Tabela 16 – Distribuição das famílias por classe de rendimento médio mensal familiar per capita, segundo a cor do chefe (em %) Brasil – 1999

Tabela 17 – Taxas de desemprego total, por cor e escolaridade (em %) Regiões metropolitanas do Brasil – 2001

Tabela 18 - Ocupações por Grupo de Prestígio e Cor 1987-1989 (%)

Tabela 19 - Ocupações e Qualificação por Cor 1987-1989 (%)

Tabela 20 – Consumo de produtos étnicos por indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Tabela 21 - População residente no Bairro da Pituba por cor/raça - 2000

Tabela 22 – Renda Média por Pessoa Residente no Bairro da Pituba - Salvador - Bahia

Tabela 23 - Anos de Estudo da população do bairro da Pituba (em %) – 2000

Tabela 24 - Opção religiosa da população do bairro da Pituba - 2000

Tabela 25 – Classe de Renda população do bairro da Pituba - 2000

Tabela 26 - Distribuição da População por Região Metropolitana em (%) - 2000

Tabela 27 – Classe de renda da população do bairro da Pituba por Cor (%) - 2000

Tabela 28 - Atividade principal da população do bairro da Pituba - 2000

Tabela 29 - Opção Religiosa - Bairro da Pituba - 2000

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	15
<b>2 ESPAÇO URBANO E TERRITÓRIO</b>	19
2.1 ESPAÇO URBANO	19
2.2 TERRITÓRIO	23
2.3 PITUBA: LUGAR CENTRAL	31
2.3.1 <b>Evolução e Transformação Espacial</b>	33
<b>3 ESTRUTURA SOCIAL E MOBILIDADE</b>	36
3.1 PAPEL DA CLASSE SOCIAL	37
3.2 O NEGRO NA ESTRUTURA DE CLASSE	44
<b>4 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA</b>	54
4.1 IDENTIDADE DE CLASSE	57
4.2 IDENTIDADE DE RAÇA	63
<b>5 DISCRIMINAÇÃO X MOBILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA</b>	71
5.1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E RENDA	81
<b>6 NEGROS COM RENDA MÉDIA</b>	88
6.1 INSERÇÃO DO NEGRO NA ECONOMIA BAHIANA	92
6.1.1 A NOVA INDUSTRIALIZAÇÃO	95
6.1.2 MERCADO DE TRABALHO	97
6.2 A NOVA COR DA CLASSE MÉDIA	100
<b>7 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO NEGRO NO BAIRRO DA PITUBA</b>	104
7.1 PERFIL DA POPULAÇÃO	105
7.1.1 <b>Renda</b>	107
7.1.2 <b>Instrução</b>	109

<b>7.1.3 Profissão</b>	112
<b>7.1.4 Instrução X Renda</b>	112
<b>7.1.5 Religiosidade</b>	113
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	117
<b>REFERÊNCIA</b>	124
<b>APÊNDICE</b>	136
<b>ANEXO A</b>	145

# 1 INTRODUÇÃO

A persistência de elevados níveis de desigualdade econômica e social entre as raças é uma das características que marca a história recente do Brasil. Tal desigualdade se manifesta de várias formas e estrutura boa parte das relações sociais da população. Em que pese o mito da igualdade racial, o Brasil é uma sociedade fortemente hierarquizada que estabelece sutilmente papéis bem definidos na estrutura social. Portanto, o surgimento e crescimento de grandes cidades socialmente desiguais, de que Salvador é exemplo, coloca diante da análise urbana a necessidade de reconhecer que a urbanização é, além de outras coisas, a interação de diferentes experiências sociais e da condição econômica de seus moradores.

O objetivo deste estudo é tratar dos negros com renda média na cidade de Salvador, tendo como exemplo aqueles que moram no bairro da Pituba. Especificadamente, aqueles que se auto-declararam negros e que estão nas camadas de renda média segundo critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Ou seja, analisar a vida dos negros que passaram por um processo de mobilidade social ascendente, afastando-se da maioria negra que continua a viver em condições materiais precárias.

A escolha do bairro da Pituba como exemplificação geográfica para o estudo proposto, justifica-se, especialmente, por ter uma história simbólica importante para a população de renda média de Salvador, uma vez que o bairro esteve sempre vinculado ao processo crescente de urbanização da cidade, estando inserido no seu tecido urbano como uma área valorizada e bem servida de serviços e equipamentos urbanos. Sua localização estratégica privilegiada atrai o interesse do capital imobiliário e demonstra a importância desse espaço no contexto da cidade e região.

Especificamente a pesquisa buscou:

- 1) Investigar a trajetória de ascensão econômica dos negros de renda média;
- 2) Investigar a construção da identidade operacionalizada na classe e raça;
- 3) Investigar como se identificam em termos de classe;
- 4) Investigar a origem da renda operacionalizada pelo trabalho;
- 5) Investigar o papel da discriminação racial no processo de ascensão social e econômico;
- 6) Investigar o perfil da classe média afro-descendente residente no bairro da Pituba e sua propensão ao consumo de produtos para negros.

Para alcançar esses objetivos, utiliza-se uma combinação dos métodos de abordagem histórico, comparativo, monográfico e estatístico, e o uso de diversas técnicas para coleta de dados. Optou-se pelo método histórico em consideração à vida do negro no Brasil e ao entendimento da história de ascensão social que este grupo percorreu. O método comparativo permitirá verificar as diferenças materiais e simbólicas entre grupos de cor no período.

O método estatístico será a base da análise e da coleta dos dados que, direta ou indiretamente, se relacionem ao objeto de estudo, permitindo a descrição quantitativa e qualitativa dos dados sócio-econômicos, perfil do grupo, entre outros.

Como técnicas de pesquisa foram utilizadas:

- a) A pesquisa bibliográfica - baseou-se nos autores que escrevem acerca dos conceitos utilizados nesta dissertação e das obras que versam sobre o mesmo.
- b) A pesquisa documental - foi feita para a coleta de dados e textos que fundamentassem esta Dissertação. Os principais acervos foram os da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) e do Centro de Recursos Humanos da UFBA (CRH). Foi rastreada também informações em outras esferas públicas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Textos de jornais como “A Tarde” e das revistas “Groterra”, “Raça Brasil”, “Veja” e “Isto É”.

Esta pesquisa será apoiada nos dados catalogados pelo IBGE, nas áreas de ponderação do Censo 2000, na cidade de Salvador, estado da Bahia e na pesquisa de campo realizada com moradores do bairro da Pituba. Seu objeto será os negros<sup>1</sup> que residem nos bairros da Pituba e Parque Nossa Senhora da Luz, que doravante chamaremos apenas Pituba, por representarem historicamente uma delimitação físico-geográfica concentradora de população que se distingue pela situação econômica elevada e pelo pertencimento à classe média.

Como os negros de renda média não estão concentrados em determinada área da região estudada, decidimos escolher nossos entrevistados através de indicações de amigos, parentes e vizinhos. No que diz respeito à metodologia, a pesquisa foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2006 em residências, locais de trabalho e via internet. Realizamos 41 entrevistas, sendo 26 homens e 15 mulheres, entre moradores negros do bairro sem a identificação de seus nomes a fim de evitar possíveis constrangimentos.

Quanto à estrutura do trabalho, o mesmo foi dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado introdução, apresenta a problemática da pesquisa, seus objetivos, justificativa da escolha do tema e delineamento dos limites do trabalho. No segundo capítulo abordamos as principais teorias sobre o espaço urbano, território e a representação do negro de renda média no contexto do bairro da Pituba para o espaço urbano da cidade. O terceiro capítulo é dedicado ao estudo da estrutura social e seus reflexos para o processo de ascensão social e econômica do negro. No quarto capítulo analisamos a formação da identidade do negro de renda média a partir dos conceitos de classe e raça. O quinto foi reservado à análise da discriminação racial e seu rebatimento na trajetória de ascensão sócio-econômica do grupo. O sexto capítulo abordará a formação de uma classe média composta por negros e seu potencial de consumo para produtos étnicos. O sétimo capítulo é dedicado à representação social e econômica do negro com renda média no bairro da Pituba. Por fim, o oitavo capítulo,

---

<sup>1</sup> Para fins de estudos demográficos, no Brasil, a atual classificação racial do IBGE é a que é tomada como oficial desde 1991. Tal classificação tem como diretriz, essencialmente, o fato da coleta de dados se basear na autodeclaração. Ou seja, a pessoa escolhe, de um rol de cinco itens (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) em qual deles se identifica. Como toda classificação racial é arbitrária e aceita não sem reservas, a do IBGE não foge à regra, pois possui limitações desde 1940, quando coletou pela primeira vez o “quesito cor”. Sabendo-se que raça não é uma categoria biológica, todas as classificações raciais, inevitavelmente, padecerão de limitações. Todavia, os dados coletados pelo IBGE, ao reunir informações em âmbito nacional, são extremamente úteis, pois apresentam grande unidade, o que permite o estabelecimento de um padrão confiável de comparação. Um outro dado que merece destaque é que a população negra, para a demografia, e conseqüentemente para este estudo, será o somatório de preto + pardo.

tece considerações finais sobre a pesquisa empreendida e destaca, como conclusões principais, fatores que impulsionaram, de forma distintiva, a ascensão econômica do grupo. Essas conclusões são feitas à luz dos conceitos apresentados e sob a ótica do autor, dentro da perspectiva de contribuição prática deste estudo.

## **2 ESPAÇO URBANO E TERRITÓRIO**

### **2.1 ESPAÇO URBANO**

O espaço, em sua definição, toma diversas formas nas diversas escolas da Geografia. Na escola tradicional o espaço não constitui um conceito chave. Segundo Hartshorne (1983, p.27), “espaço é somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe em realidade [...] A área, em si própria, está relacionada aos fenômenos dentro dela, somente naquilo que ela os contém em tais e tais localizações.” Na Geografia teórica-quantitativa o espaço passa a ser admitido como ponto de partida, uma superfície uniforme no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana. No entanto, uma das definições mais discutíveis são aquelas que fogem ao seu aspecto físico para, ontologicamente, surgir como lugar da reprodução das relações sociais como defende a escola crítica.

[...] do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção [...]. (LEFÉBVRE, 2002, p. 67).

Santos (1999, p.50) define espaço como sendo “[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações [...]” Definido desta forma, não há segundo o mesmo autor, outra forma de entendê-lo, senão através das suas categorias analíticas, tais como: paisagem, configuração territorial, divisão do trabalho, espaço produzido ou produtivo, rugosidades e formas-conteúdo.

Sob esta ótica, devemos entender o espaço ser produto do tempo, através das ações (atos materializados e espacializados) e das ideologias que as coordenam. Sendo assim, um estudo analítico do espaço deve tratar de temas que partam do estudo das ações, das normas, dos eventos históricos, tentando apreender conceitos, que vão da universalidade à particularidade.

Neste contexto, Souza (1999), afirma que o espaço urbano é a expressão do modo de produção: é mundial e abstrato. Reproduz, em um mesmo momento, vários momentos da história. Santos (1988, p. 77), ainda conclui: “[...] o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade.”

A forma do espaço urbano é a materialização do desenvolvimento contínuo do capitalismo. Assim, os traços distintivos da morfologia espacial urbana estão dialeticamente relacionados com as mudanças estruturais na organização social. Estes conceitos permitem concluir que é muito importante, para compreender o espaço urbano ou a cidade, estudar e analisar a forma urbana e seu crescimento (GOTTDIENER, 1997).

O processo de estruturação espacial das cidades evidencia uma sujeição das formas aos desígnios da especulação fundiária. Os elementos morfológicos ao decompor a forma física urbana, permitem uma visão da organização das cidades, a partir do seu arranjo espacial. Deste modo, esses elementos apresentam-se como os mais estáveis da morfologia urbana. Assim, o arranjo espacial organiza-se a partir da comunicação e leitura do espaço urbano nas dimensões da estética, funcionalidade, e dos seus elementos morfológicos, entre outros.

Em Lamas (1993), a identificação de elementos morfológicos pressupõe conhecer quais as partes da forma e o modo como se estruturam nas diferentes escalas identificadas. A forma física da cidade pode ser entendida como uma figura material que emerge em qualquer descrição do espaço urbano. Sendo a leitura e composição urbana, essencialmente arquitetônicas, na qual se pode aplicar no espaço urbano os mesmos métodos interpretativos da arquitetura:

[...] Entendo por arquitetura da cidade dois aspectos: uma manufatura ou obra de engenharia e de arquitetura maior e menor, mais ou menos complexa que cresça no

tempo, e igualmente os fatos urbanos caracterizados por uma arquitetura própria. Este é também o ponto de vista mais correto para afrontar o problema da forma urbana, porque é através da arquitetura da cidade que melhor se pode definir e caracterizar o espaço urbano [...] (ROSSI, 1995, p. 59).

Para analisar a cidade tem-se que investigar também a relação desta com as mudanças na paisagem. Para entendermos a paisagem temos que relacioná-la à luz da interdependência e dinâmica de fatores, tais como clima, solo, vegetação, fatores econômicos, processos urbanísticos, o que define a paisagem como uma composição de formas. O desenho urbano pode ser definido como uma atividade multidisciplinar, interessada tanto no processo de transformação da forma urbana, quanto no espaço resultante de tal processo. Combinando questões técnicas e estéticas. As transformações neste desenho urbano trazem consigo também modificações na paisagem urbana.

O espaço urbano se exhibe com transparência. Tudo significa, mesmo se os significantes ‘flutuam’. Tudo tem relação com a forma ‘pura’, sendo conteúdo na e dessa forma. A ordenação e a forma tendem a confundir, ainda que essa forma seja simultaneamente percebida, concebida, surgida (sonhada). Mas se (os sujeitos, individuais ou coletivos, que também estão na realidade urbana e a constituem e nela se reúnem da mesma maneira que as coisas) percebe que essa transparência decepciona e engana. A cidade, o urbano, também é o mistério, o oculto. Atrás da aparência, e sob a transparência, empreendimentos são tramados, potências ocultas atual, sem contar os poderes ostensivos, como a riqueza e a polícia. (LEFEBVRE, 2002, p. 113).

Segundo Carlos (1994, p. 43): “[...] a paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, que os permite vislumbrar elementos para discussão da evolução da produção espacial, remetendo-nos ao modo pela qual foi produzida [...].” A paisagem se torna um elemento de leitura porque é nela que podemos encontrar e que estão estampados os fenômenos e as formas, para daí chegar às relações sociais e com isso na (re)produção do espaço, possibilitando-nos os questionamentos e não permanecendo somente na descrição do que se vê.

Portanto, a paisagem não é constituída apenas por formas como afirma Santos (1999, p. 83): “[...] a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza.” A cidade, como qualquer organismo vivo, encontra-se em contínuas modificações. Desta forma, à medida que a estrutura econômica das sociedades se transforma, com a preponderância dos setores secundário e terciário sobre o primário, a distribuição demográfica modifica-se, paralelamente, no sentido do adensamento e das concentrações urbanas.

Dessa forma, no que tange ao crescimento urbano, se existe uma possibilidade de ruralização da indústria, o terciário, é característico da vida urbana. É a própria essência da cultura das cidades. Com isso, pode-se afirmar que a nova filosofia da vida, impregnada do êxito social mediante o enriquecimento, aumentou as pressões, sem que houvesse uma preocupação quanto ao processo específico do crescimento urbano.

O mundo contemporâneo, que atualmente vive sob a égide da dinâmica e lógica capitalista, a rentabilidade econômica e a especulação fundiária dão uma nova dinâmica à cidade, criando uma nova ordem a exploração do uso do solo e dos investimentos.

A estruturação do espaço é a dimensão espacial das relações sociais, e, sendo estas lutas de classes, a estruturação do espaço é luta de classe, não somente no sentido do que ela é produto delas, mas no que, de que ela é o que está em jogo, mesmo, um meio delas. (LIPIETZ, 1979, p. 33-34).

A estruturação do espaço urbano é produto da articulação e produto do desdobramento do capital monopolista, baseado no desenvolvimento desigual, sendo, portanto, a valorização do espaço capitalista, antes de tudo, uma relação capital-espaço, onde o espaço pode ser visto tanto como valor ou como capital social geral.

Desta forma, é clara e redundante a relação existente entre as formas espaciais e os condicionamentos dominantes da estrutura econômica da sociedade. A formação das cidades implica também em um tipo especial de valorização da terra: a possibilidade de verticalização dos espaços e o reconhecimento de valores diferenciados para espaços formalmente equivalentes. Isso quer dizer que na relação de diferenças e igualdades nos espaços entram elementos objetivos, próprios da formação do espaço urbano, e este processo de formação do espaço tem ligação direta com a verticalização da cidade, pois depende das relações dos custos para a composição dos usos dos espaços (PEDRÃO, 2005).

A apropriação da renda fundiária urbana é feita cada vez mais pela pequena e média burguesia, que aproveita a fragmentação da grande propriedade fundiária. No entanto, a renda fundiária, operacionalizada pelos pequenos proprietários, cujo interesse entraria em oposição com o do desenvolvimento monopolista; cria dificuldades para o desenvolvimento econômico e para a livre circulação dos capitais, imprescindíveis para a sobrevivência das camadas sociais.

Para os modelos de expansão urbanística, em algumas cidades convergem os interesses das alianças dos diversos blocos que controlam a política e os interesses remanescentes de alguns grupos detentores do grande capital especulativo. Trata-se, então, de um jogo de agentes e atores políticos, econômicos e sociais, que disputam a modelagem do espaço urbano, resultado de conflitos entre interesses públicos e privados.

## 2.2 TERRITÓRIO

No particular das relações sociais no contexto urbano, as diferentes leituras e as ações dos grupos sociais acabam por gerar a fragmentação do espaço. Criam identidade e, ao mesmo tempo, promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. Como bem declara Santos (1999, p. 50) “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”

As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, singulares e, também, conflitivos. Essas frações do espaço é resultado da intencionalidade das relações sociais, que determinam as leituras e ações que projetam a totalidade como parte, ou seja, o espaço é apresentado somente como uma fração ou um fragmento do todo. Essa determinação constitui-se, portanto, numa forma de poder, que mantém a representação materializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade.

Essa representação exige uma intencionalidade, ou seja, uma forma de compreensão reduzida das qualidades do espaço. Nesse aspecto, a intencionalidade é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre (1991). Constitui-se em uma identidade e por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada.

Desse espaço geográfico e ou social específico surge o território. Espaço imaterial e abstrato que apropriado por uma determinada relação social que o produz, é mantido a partir de uma forma de poder. Entretanto, a similaridade das definições de Raffestin (1993, p. 63), e

Santos (1999, p. 50) mostram também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Ou seja, todo território é um espaço (social, geográfico, político, cultural etc.). Por outro lado, nem sempre todo espaço é um território, pois os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico.

São as relações sociais, por sua diversidade, que criam vários tipos de territórios, contínuos ou descontínuos, formados por diferentes escalas e dimensões. São, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial.

Quanto aos componentes negros neste contexto, a história reserva uma interpretação particular da sua interação com o espaço. As estratégias territoriais começam a serem colocadas em prática pela Europa a partir do século XV. Apoiando-se, inicialmente, nas teorias marxistas sobre circulação de mercadorias. Assim, a objetivação das coisas e dos seres é realizada por um sujeito que constitui o seu olhar como soberano num espaço homogeneizado.

Para Sodré (1999), segundo Marx, a abolição de quaisquer barreiras espaciais à circulação de mercadorias é uma exigência inerente ao desenvolvimento do capital. Nele o tempo de circulação apresenta-se como uma barreira tanto à realização quanto à criação do valor. Por isso, o capital tende a superar as barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo por meio da comunicação e do transporte. Para tanto, são convocadas as mais diversas tecnologias, desenhando a ideologia desterritorializante dos livres fluxos mercantis que procuram acabar com as territorialidades culturais, com o enraizamento, com as relações físicas e sagradas entre o indivíduo e seu espaço circundante. E só assim podemos entender as concepções que davam a Europa e África, por exemplo, aspectos de espaços de natureza diferente, isto é, desiguais em seu *status* jurídico-interacional.

No Brasil, o plano geral da cidade nos séculos XVI e XVII, representava o olhar, ao mesmo tempo ideal e realista, do poder. O plano vinha pronto do Velho Mundo, com simetria de rua, casas e etc. Política urbanizadora que para a metrópole não bastava a pura e simples exploração econômica, mas também aprofundar o aparato colonizador, estimulando a identificação entre Corte e Colônia através da homogeneização de padrões ideológicos, onde o urbanismo e arquitetura eram elementos de destaque (SODRÉ, 1999).

A “europeização” (absorção de aparências de cultura européia) por exemplo, dava *status*, compensava algumas características raciais, como pele não perfeitamente clara, mulatice e etc. e criava distâncias em relação ao espaço real, em face da população negra. Assim, colônia é também Metrópole. Ou seja, a colônia podia ser encontrada no próprio coração da Metrópole, assim como a Europa se instalava no espírito das classes dirigentes colonizadas.

Sodré (1999) defende a idéia de que o afastamento de escravos e ex-escravos afigurava-se fundamental a uma sociedade que, no final do século XIX, sonhava em romper social, econômica e ideologicamente com as formas de organização herdadas da colônia, e que já excluía o negro dos privilégios da cidadania, intensificando as regras de segregação territorial, tradicionais na organização dos espaços brasileiros. Para tanto, baseia-se na história das transformações urbanas da época.

Segundo o autor, havia um modelo de residência estigmatizada no século XIX por discursos modernizadores oriundos da Europa, produzidos no quadro de uma ideologia médico-higienista, motor das grandes transformações urbanísticas da época, o gerador de saber adequado às demandas de saúde do novo ambiente industrial-capitalista que havia triunfado na Europa. Contudo, aqui no Brasil, esses discursos surgem, como uma exigência nas novas disposições de banqueiros, industriais e comerciantes com relação ao espaço citadino, mas também como uma ressonância ideológica de doutrinas européias. O combate à insalubridade habitacional pressupunha também o consumo de materiais estrangeiros que nem sempre implicavam em higiene, mas que davam um toque de imitação, e o escravo configurava-se como um empecilho ideológico à higiene e à modernização (SODRÉ, 1988).

O projeto urbanístico de Salvador, de 1549, era o de cidade-fortaleza. Segundo Ferreira Filho (2006), neste contexto, as elites haviam eleito os espaços privados como o lugar central da sua vida comunitária. Com isso, o desordenado crescimento urbano, até o século XIX, era uma conseqüência natural de tal concepção. A rua, portanto, constantemente desprestigiada, transformou-se no lugar dos excluídos. Escravos de ganho, libertos, pobres, mendigos, prostitutas, ladrões e vagabundos faziam do espaço da rua, quando sujeito à intervenção das autoridades, um caso de polícia. Nessa desordenada paisagem urbana, hierarquias sociais foram se sedimentando: pobres e pretos conheciam e construíaam os seus lugares na geografia da cidade.

Ainda segundo Ferreira Filho (2006), agressiva e discriminada, palco das constantes arbitrariedades dos poderes públicos, a rua, durante a Colônia e o Império tornou-se o espaço dos mais vivos e mais hábeis e a possibilidade de liberdade para muitos. Em muitas atividades, eles acabaram delineando em grande parte o perfil do pequeno comércio urbano, produziram alternativas ocupacionais nos mais variados tipos de serviços domésticos e colocaram no mundo novos personagens da complicada trama do escravismo urbano.

No entanto, mesmo que a política de ordenação desse mundo das ruas remonte ao século XIX, serão os governos republicanos que lhe darão um cunho mais sistemático no Brasil. Na Bahia, para Ferreira Filho (2006), o governo J. J. Seabra (1912 - 1916) e o governo de Francisco Marques de Goés Calmon (1924 - 1928) constituíram-se nos momentos áureos da intervenção sanitaria e disciplinar, em acordo com os conselhos médicos e as queixas sistemáticas das elites letradas de Salvador.

No combate a epidemias e endemias, vírus, micróbios e outros inimigos invisíveis, um arrojado projeto de reforma urbana foi assumido por Seabra em seu primeiro mandato. No entanto, as intervenções reformadoras em Salvador guardaram questões peculiares, uma vez que elas não se impuseram, como no Rio de Janeiro e São Paulo, como resultado de um crescimento demográfico vertiginoso, propiciado, no Centro-Sul, pela industrialização em rápida escala. Se Pereira Passos, no Rio, lutava contra as feridas do progresso, J. J. Seabra, na Bahia, tentava curar as chagas do “passado colonial”, que haviam transformado, paradoxalmente, os vestígios do nobre e opulento passado colonial baiano na expressão de sua decadência, frente à nova ordem modernizadora (FERREIRA FILHO, 2006, p. 241).

A situação atrasada de Salvador se demonstrava nos fantasmas do passado que, onipresentes, assombravam as mentes sintonizadas com o ideal de civilização. Aos sombrios e decadentes casarões coloniais, às ruas estreitas e insalubres, à ameaça constante de epidemias e endemias, aos ineficientes serviços de transportes e saneamento urbanos, acrescentavam-se à predominante tez escura da população, os costumes africanizados largamente difundidos. Higienizar o espaço público era tarefa que exigia novos padrões de sociabilidade, com vistas à reorganização radical da família, do trabalho e dos costumes. Nessa perspectiva, o projeto de reforma urbana, para além do sentido manifesto de melhorar a qualidade de vida da população, tinha fortes bases ideológicas e morais.

Entretanto, o território (colônia) não se esgota no projeto explorador de uma metrópole, ele tem marcas próprias, tem sua particular dinâmica de relacionamento com o real (a cultura), capaz de refazer ou pelo menos expor as regras do jogo dominante (SODRÉ, 1999).

Assim, foi nessa esfera do consumo ou de um “resto” inassimilável pela produção dominante, que o negro “cavou”, com o impulso estruturante da força mítica, pequenos espaços de negócios sociais. Os terreiros, a disseminação e a reelaboração de cultos em todo o território nacional, o espraiamento de organizações sociolúdicas, a música urbana, pequenas redes de sociabilização, tudo isto resulta de uma inflexão histórica dessa capacidade realizante que autoriza o grupo economicamente e socialmente subalterno.

Nesses termos, o terreiro de culto religioso africano foi a forma de representar o território e transmitir conhecimento. Uma das características desses espaços foi sua capacidade de comunicar-se entre os diversos cultos oriundos da África, permitindo que conseguissem lidar com a questão da identidade e da diferença. Essa posição litúrgica foi sempre a de trocar, de entrar no jogo, desde que pudesse assegurar a sua identidade étnico-cultural e expandir-se. Fazendo surgir disso, o entendimento sobre o sincretismo religioso dos negros. “Por meio do sagrado, os negros refaziam em terra brasileira uma realidade fragmentada. O terreiro implicava a autofundação de um grupo em diáspora. Era grupo construído, reelaborado com novos ancestrais: as mães (*Iya*) fundadoras dos terreiros.” (SODRÉ, 1999, p. 67). Além disso, as dimensões territoriais e simbólicas do grupo patrimonial do terreiro levavam a presença do elemento político-econômico em sua estruturação. Isto se evidencia, principalmente, na posição dos quilombos no aspecto das relações comerciais entre os dois lados do Atlântico: África ou Brasil.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2002, p.10).

Entretanto, a reconfiguração imobiliária fez com que os negros deixassem de lado a reconstituição físico-espacial do palácio *Yorubá*<sup>2</sup>, passando o terreiro a ser representado apenas por uma casa, ou mesmo, um pequeno espaço dentro das residências. Passando a predominar o lado da regra litúrgico-associativa, com fortes impulsos de conquista de lugares interacionais, ou seja, embora geograficamente dispersos, os membros mantêm-se ligados por vínculos mítico-religioso. Por isso, a existência de derivações litúrgicas, como dança, música, culinária, medicina naturalista e etc (SODRÉ, 1988).

Mas a força do território é capaz de gerar espaço necessário para a sua atividade. A força realimentada pelo ritual pode assumir configurações históricas, como é o das adaptações necessárias à transição. Do ponto de vista econômico, isto se dá na esfera do consumo (habitação, alimentação, educação, lazer e etc.) ou da cotidianidade, uma vez que toda possibilidade de autonomia produtiva foi barrada aos negros, especialmente em grandes cidades. Assim, no resto do espaço residual, permitido pela ampla esfera das atividades de consumo<sup>3</sup>, que os negros desenvolveram sua capacidade de transação.

Vale ressaltar, segundo Sodré (1999), que consumo também é território, pois abrange áreas excluídas da dinâmica relacional de certos momentos da produção capitalista. Com isso, o espaço-tempo dos grupos negro-brasileiros - já que havia um projeto implícito, no desenvolvimento da consciência do bloco controlador do Estado, de afastar o negro da cidadania - deixou de ser diretamente marcado pelas estratégias de controle social.

Para o autor, o problema da habitação popular sustenta sua hipótese. As intervenções do Estado nesse setor visavam a reforma dos alojamentos de um abstrato “operário”, mas que não se preocupava com os subempregos e desempregados. Os negros, que entravam maciçamente nessa zona de excluídos pelos processos e sociabilização reconhecíveis, encontraram na esfera do consumo um vazio a ser preenchido por táticas econômicas de sobrevivência e por estratégias de persistência étnica conscientes (quilombos, terreiros) ou inconscientes (vegetativos), capazes de oferecer alguma proteção contra o desejo de latente de genocídio por parte das elites governantes.

---

<sup>2</sup> Nome de origem africana que significa terreiro de culto religioso (SODRÉ, 1999).

<sup>3</sup> Consumo não é aqui um momento puro e simples do ciclo de realização do calor capitalista, nem o consumidor é encarado como o usuário moderno que forma, ao lado do operário, o tipo ideal do escravo industrial. Em outras palavras, não se trata da “*propensão marginal a consumir*”, que os manuais de economia apontam como característica das classes de baixa renda.

As forças altamente valorizadas pelos brancos nos aparelhos de Estado brasileiros, ou seja, as forças de produção, não incluíam todo o território local em suas finalidades sociais, concentrando-se perversamente em seu próprio crescimento, na expansão dos meios de circulação das mercadorias, e no desenvolvimento dos simulacros de modernização cultural. Essa impotência do capital em ocupar todos os espaços nacionais possíveis (características de um modo de produção dependente de centros capitalistas estrangeiros) era ideologicamente compensadas por doutrinas de elite (jornalistas, etnólogos, psiquiatras, sociólogos, políticos e clero) que tentavam figurar o negro como sujeito impossível de se integrar na relação valor-trabalho ou na disciplina do tempo racional e contínuo.

Deste modo, a sacralização dos espaços implica em resistência. E dessa forma, afasta qualquer possibilidade de aceitação, por parte das elites, de soluções que venham de baixo para cima. Identificando tal lugar como sendo lugar do povo, espaço marginalizado, da falta de educação e de ordem. Morros, favelas e o subúrbio representam tais lugares na cidade de Salvador. Para Santos (2002), a favelização se explica pela adoção de modelos de consumo recém-adotados. A falta de dinheiro fazia com que os indivíduos economizassem com habitação dando preferência a outros tipos de consumo, o que chama de circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Onde as regras e os comportamentos não são controlados pela ordem produtiva dominante. O que para alguns parece irracional e passível de correção educacional é visto do lado popular como uma oportunidade para decisões autônomas, inclusive com a possibilidade de consumo excessivo de festas, sacralização e etc. Assim, naquilo que foge ao estabelecido pela ordem dominante, que são as bases dos lugares próprios, foi adequado à expansão da identidade do grupo. Como bem constatou Campos (2005, p.22):

A apropriação do espaço pelos mais pobres, segundo entendimento de diversos autores conservadores, era (e é) considerada como uma transgressão ao ordenamento do solo urbano. A esses grupos, a Lei de Terras de 1850 não contemplou e/ou ratificou as posses antigas, criando um descompassado entre os que puderam tomar a si o direito de possuir terras devolutas e os que ficaram excluídos do processo. [...] .

Hoje, ao verificarmos a distribuição da população dentro da cidade do Salvador, fica clara a eficiência das políticas de expulsão dos negros das áreas centrais. A concentração do componente negro em áreas periféricas desprovidas de infra-estruturas básicas, distantes dos centros urbanos e de baixa renda, comprova que, apesar de resistente, o território negro dentro da cidade não conseguiu se reproduzir fora do “círculo inferior da economia”. Em sua maioria

são famílias composta por 04 pessoas, rendimento médio *per-capta* inferior a 02 salários mínimos e estudaram até, no máximo, o segundo-grau, ou seja, 12 anos de estudo. (ver Tabela no APÊNDICE A)

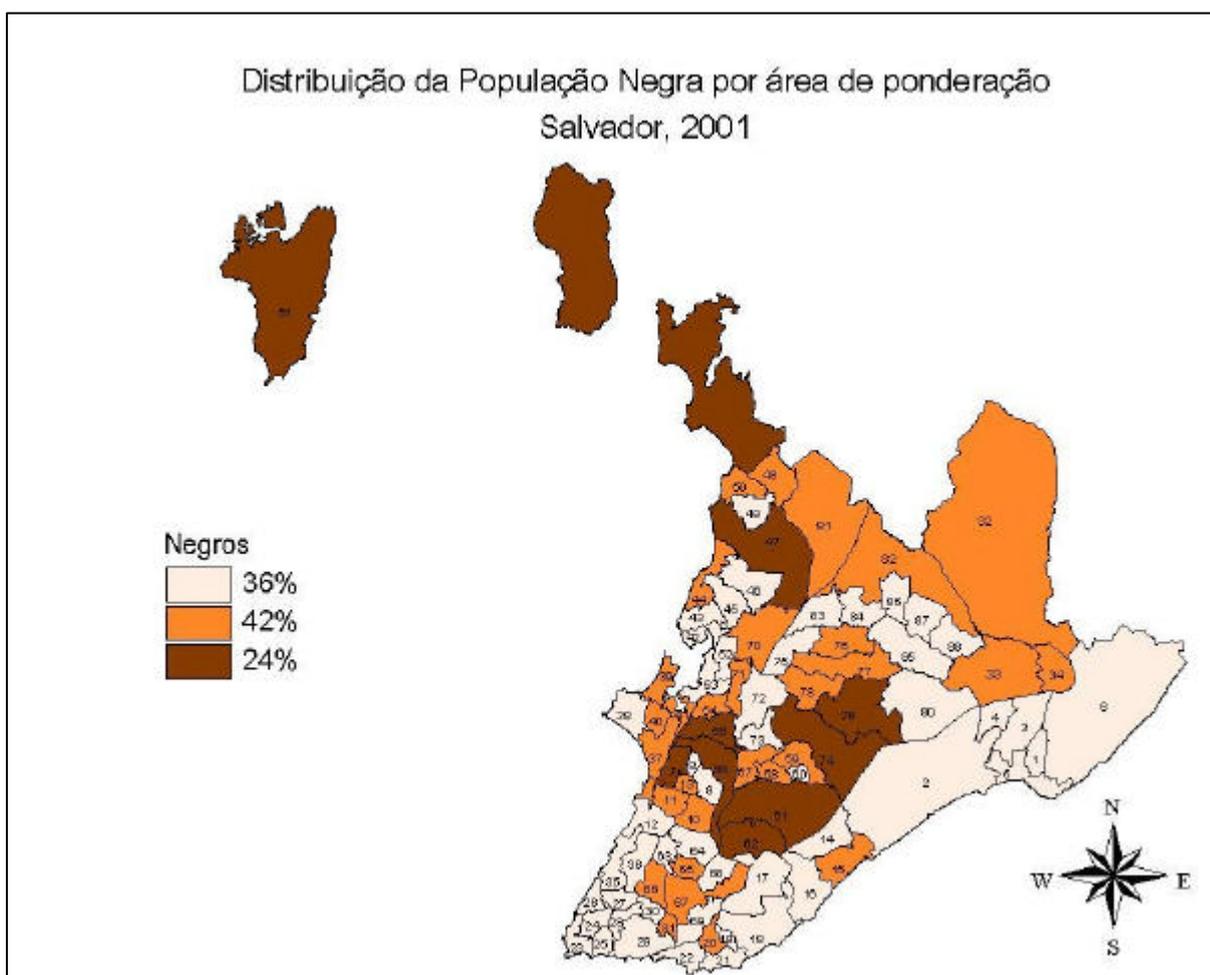


Figura 1- Mapa de distribuição da população negra na cidade de Salvador – Bahia - Brasil

Os negros estão espalhados em toda a cidade, porém, como mostrado na Figura 1, há uma concentração 24% da população nas áreas mais escuras, que equivale aos bairros de São Marcos, Canabrava, Recanto das Ilhas, Colinas de Pituauçu, Vivenda dos Pássaros, Vivendas do Campo, Nova Cidade, Jardim das Limeiras, Vale dos Lagos, Paralela Park, Lagoa Verde, Sussuarana/Nova Sussuarana, Bosque Imperial, Cabula/Cabula VI, Recanto dos Pássaros, Saboeiro, Doron, Condomínio Amazonas e Solar dos Pássaros, Pernambués, Jardim Brasília, Saramandaia, Fazenda Grande, Largo do Tanque, Alto do Peru, Bom Juá, Retiro, Barros Reis, São Caetano, Santa Luzia, Liberdade, Bairro Guarani, Sieiro, Japão, Periperi, Mirante de

Periperi, São Bartolomeu, Boa Vista do Lobato e Alto do Cabrito. Vale ressaltar que esta concentração se dar em função de dois aspectos. Primeiro, esta pesquisa baseia-se na auto-declaração. Segundo, as áreas citadas representam apenas 14% do espaço urbano da cidade. Logo, cruzando as informações da Figura 1 e da Tabela do APÊNDICE A, concluímos que há uma concentração de negros em áreas onde a renda tem seus patamares mais baixos.

### 2.3 PITUBA: LUGAR CENTRAL

Em Salvador, sob a lógica produtora de espaços fragmentados e reservados para a reprodução social da elite encontramos o bairro da Pituba. Território construído e dominado por uma população de cor branca, é um lugar de ocupação relativamente recente, sua ocupação como área urbana inicia-se efetivamente a partir da década de 1940-1950, quando foi aberta a Avenida Beira Mar, hoje Otávio Mangabeira.

A história do uso do seu solo surge dos tempos das capitânicas hereditárias, mas precisamente na capitania doada ao Conde de Castanheira, D. Antonio de Ataíde. No entanto, foi Tomé de Souza, instituído governador geral pela corte de Portugal o responsável em distribuir as terras na forma de Seismarias, que deveriam ser confirmadas pelo rei, sendo esse sistema empregado até o século XIX, época da publicação da Lei de terras.

Nesse sistema, em 1774, então governado Manoel da Cunha Menezes, Visconde do Rio Vermelho, se tornou o primeiro proprietário das terras da Pituba. Passando, após sua morte, às mãos do filho Felix da Cunha Menezes.

Segundo Ragepo (2005), com a morte de Felix da Cunha Menezes as terras foram vendidas para Manoel Dias da Silva, rico comerciante português estabelecido no Brasil, responsável pelo desenvolvimento da Pituba. Que tomando como base a capela Nossa Senhora da Luz, solicitou ao engenheiro civil Teodoro Sampaio em 1917, a confecção de uma planta para lotear a região.

Após a ida de Manoel Dias da Silva a Portugal para cuidar de problemas de saúde, as terras foram deixadas como herança para seu cunhado Joventino Pereira da Silva que tomou posse da fazenda Pituba e traçou o plano da Cidade-Luz, trazendo consigo a idéia de

implantar na Pituba uma estrutura igual a de Belo Horizonte, sua cidade natal, com quadras divididas estrategicamente em ruas largas e muitos espaços onde os adquirentes dos lotes se comprometeriam a construir belas e imponentes casas.

É a terra da Pituba e da Armação que, em 1881, José Felix, já Barão do Rio Vermelho, transmite à sua viúva, Joaquina Júlia Navarro de Andrade e mais filhos [...]. A partir daí é que, por compra, boa parte da gleba se transfere à propriedade de Manoel Dias da Silva, em poder de cuja família se processou o “Loteamento Cidade Luz”, hoje vigente na urbanização da Pituba [...] Embora a planta do loteamento “Cidade Luz” – que é a base do atual bairro da Pituba – tenha-se viabilizado sob a administração técnica do engenheiro Teodoro Sampaio, a idéia de urbanização da gleba é bem anterior. Já em 1865, José Feliz da Cunha, filho homônimo do barão do Rio Vermelho e neto do Visconde deste título, lançava uma sociedade por ações que pretendia, exatamente, urbanizar a área, então de propriedade da sua família, inclusive, com o mesmo título de “Cidade da Luz”, em referência à antiga capela ali existente, cuja padroeira era Virgem Maria sob a invocação de Nossa Senhora da Luz. (TEIXEIRA, 1978, p. 12).

Até então, bairros como Rio Vermelho, Amaralina, Pituba e Itapuã eram ocupados por vilas de pescadores e fazendas com extensas faixas de praia. Ainda no início do século XX, a região que hoje é o bairro da Barra ainda era um arrabalde e o Rio Vermelho o fim de duas linhas de bonde (Rio Vermelho de Baixo e Rio Vermelho de Cima), para onde algumas famílias se deslocavam para o veraneio.

Segundo Barros *apud* Vasconcelos (2002, p.305), apesar de publicado em 1918, o projeto da Cidade da Luz com 1.307 lotes, foi aprovado pela Prefeitura Municipal do Salvador apenas em 1932 com 807 lotes, numa área de 503.304 m<sup>2</sup>, cujas ruas em quadriculas receberam nomes dos estados brasileiros. Apesar disso, mesmo o projeto não ter sido cumprido em sua totalidade, os marcos fundamentais foram construídos, como as ruas largas e retilíneas, entremeadas por praças que serviriam de nós viários como a atual Avenida Manoel Dias da Silva e os espaços para uso comercial.

Contudo, nas últimas décadas do século XX, o bairro passou por alterações que o transformou em um das principais concentrações de residências de alta renda de Salvador, deixando de ser uma remota vila de pescadores com alguma produção agrícola e fazendas de cocos (NEVES, 2005).

### 2.3.1 Evolução e Transformação Espacial

Apesar de peculiar, a história do bairro da Pituba confunde-se com o ritmo de crescimento e desenvolvimento da cidade, que apesar de voltada para a Baía de Todos os Santos, somente conquistou a orla no século XX.

O processo de industrialização e, conseqüente, urbanização determinou a expansão urbana das cidades, expansão esta que só veio a ocorrer na cidade do Salvador a partir dos finais da década de 1940, com o seu iniciante processo de industrialização.

Segundo Brito (1993), desenrola-se da década de 50, importante evento que deu origem as bases da industrialização da Bahia. O primeiro momento ocorre a partir da intervenção do governo Federal, por uma necessidade regional, na implantação em 1954 de atividades de extração e refino de Petróleo no Recôncavo baiano através da Petrobrás. Levando a cidade a experimentar uma explosão demográfica sem precedentes na sua história.

Nos anos 60 é criado o sistema de incentivos fiscais através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo Sodré apud Vasconcelos (1993, p. 232), “a Bahia recebeu 41% dos investimentos para o Nordeste entre 1960/1970, dos quais 58% serão empresas estrangeiras.”

Salvador passou por um significativo processo de acréscimo demográfico. Em 1920 havia 283.422 habitantes, em 1940 290.443 habitantes, e na década de 60 o número de 389.422 habitantes, representava uma taxa de crescimento de 3,0%, marcando o início da explosão demográfica que Salvador experimentou na segunda metade do século XX. (NEVES, 1985, p. 20).

O segundo momento é como um marco referencial, que caracteriza quase toda década de 1970. Este período pode ser definido a partir da efetivação dos grandes projetos da indústria dinâmica da Região Metropolitana de Salvador (RMS), centrados nas indústrias química/petroquímica e de metal-mecânica, quando nos anos 1970/1980, ocorreu a ampliação do CIA e Pólo Petroquímico de Camaçari.

A cidade passou a adquirir, cada vez mais, uma dinâmica acelerada de construção, inovação e renovação do espaço. Desta forma, ocorreu o crescimento e acelerada modernidade, que se deu, ou pela busca dela, através do crescimento urbano da cidade do

Salvador. Nesse processo, a Pituba, bairro inicialmente criado para ser um local de veraneio, ocupando lotes mais próximos da praia, posteriormente firmou-se como zona residencial, surgindo, a partir daí modernas casas que passaram a ser uma alternativa para aqueles que buscavam sair dos bairros como a Vitória, Barra, Graça e Barra Avenida. Começa a constituir-se então o processo que tornaria o bairro uma nova centralidade dentro da cidade do Salvador. Ressalte-se que a população que se deslocava do antigo centro ou chegava com fluxos migratórios eram estimulados pela industrialização tardia da Região Metropolitana de Salvador (NEVES, 2005).

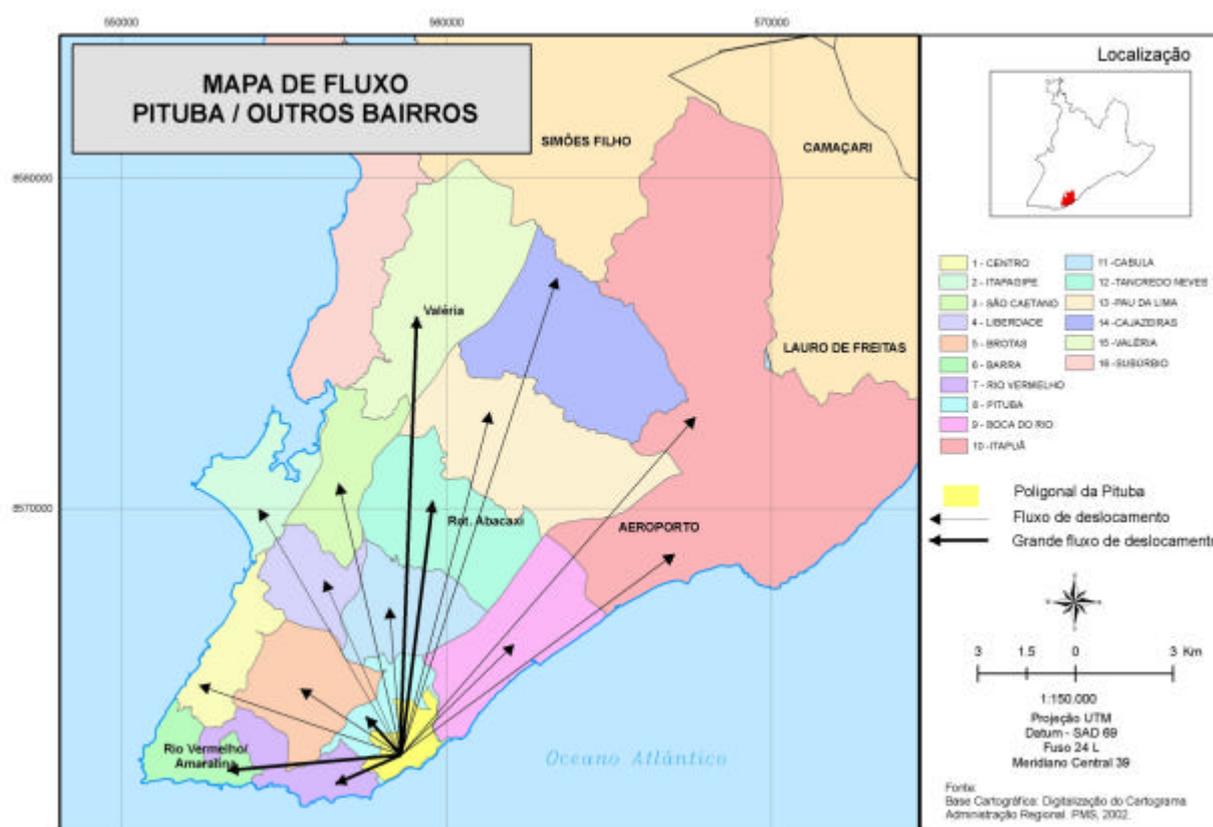


Figura 2 – Mapa de Articulação da Pituba com Outros Bairros – Salvador - Bahia – Brasil - 2003

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador (PMS).

Nota: Pesquisa feita na SET em 2003. Execução Geocad. Extraído de Neves (2005).

A Figura 2, mostra a articulação do bairro da Pituba com outros bairros de Salvador, mostrando a sua centralidade e sua importância, no que concerne ao seu fluxo de deslocamento. Segundo Neves (2005), no início do século XX, precisamente na década de 70, o bairro da Pituba se afirmou como área preferencial para grandes investimentos imobiliários. E, atualmente, em face da sua localização privilegiada e da concentração de

moradores da classe média e alta, confirma a sua centralidade e continua atraindo investimentos e recursos públicos.

A valorização do espaço dos novos núcleos centrais é configurada com a ação de agentes que causam ação e retração em determinadas áreas, a partir da combinação de preços da terra, infra-estrutura, acessibilidade e perfil de consumo. Esse processo, enquanto fenômeno urbano, trouxe mudanças para a paisagem das grandes cidades. Sendo estruturas finitas, as paisagens são lidas e interpretadas dentro de uma escala de um dado observador e considerada como um produto e como um sistema. Como um produto, é vista como resultado de um processo social de ocupação e gestão de determinado território. Como um sistema, considera-se a unidade paisagística, onde qualquer ação no ambiente resultará em uma alteração morfológica parcial ou total da paisagem.

De acordo com Macedo (1999, p.72) “o conceito de paisagem refere-se à paisagem como a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo.”

De um lado temos a expansão urbana, a mudança de paisagem, o desenvolvimento econômico, do outro, temos a concentração desigual da renda, que não se dá de forma consoante com a sua distribuição espacial. Assim, cresce a área urbana, mas a concentração de riqueza está num determinado território, menor, mas concentrado e com poder de decisão.

A partir dos anos de 1980 até o final da década de 1990 e início do ano 2000, o terceiro momento vai se cristalizando. Este período atinge seu ponto mais significativo com a implantação do parque automotivo que deverá assegurar a complementação da matriz industrial da Bahia, exercendo consideráveis efeitos na aceleração e multiplicação da economia regional.

Hoje, a Pituba está totalmente vinculada ao processo crescente de urbanização da cidade do Salvador e, está inserida no seu tecido urbano como uma área valorizada, e bem servida de serviços e equipamentos urbanos. Devido a sua localização estratégica privilegiada ela continua a atrair o interesse do capital imobiliário o que demonstra a importância desse espaço no contexto da cidade e região.

### 3 ESTRUTURA SOCIAL E MOBILIDADE

Diferenciações de posição na estrutura social são tão antigas que podem ser encontradas em trechos bíblicos ou até mesmo na filosofia clássica grega. Entretanto, a questão da desigualdade de classe só começou a ser vista pelos pensadores ocidentais como um “problema” a partir do momento em que as grandes revoluções conduziram ao desmonoramento do regime feudal. As classes ou as velhas ordens deixaram de justificar-se por desígnios naturais ou divinos e passaram a ser entendidas como fenômenos eminentemente sociais. Assim, é só na segunda metade do século XIX que a questão ganha verdadeira dimensão política e passa a merecer a atenção de grandes estudiosos. *Karl Marx, Max Weber, Saint Simon, Durkheim*, por exemplo, dedicaram grande parte das suas obras ao fenômeno da integração, desigualdades e mudanças sociais.

A análise de classes já ocupa lugar essencial na explicação da estrutura da sociedade. Relaciona o coletivo com a totalidade concreta de cada sociedade e expõe as ligações entre os aspectos culturais e os tecnológicos da sociedade. Hoje, entretanto, novos desafios são enfrentados. Os movimentos de discriminação racial e a proliferação de migrantes não documentados, que engrossam o exército de reserva de trabalho, torna-se necessário estudar a exclusão, examinar suas condições e sua possível reversão.

Independente de como seja interpretada, as classes são coletivos. Procura explicar a estrutura social mediante uma progressão de relacionamentos entre seus coletivos essenciais. Sendo reconhecidas como essenciais a partir do momento em que se admite que as relações econômicas são essenciais (PEDRÃO, 2005).

[...] De fato, classe é um dos mais confusos entre os mais importantes termos sociológicos. [...] As populações têm sido ordenadas em classes sociais, entendendo-se haver uma identidade comum, um sentimento de pertença e a expectativa, por

consequente, de respostas comuns a pressões várias [...]. (GUIMARÃES, 2002, p. 37).

Nesse sentido, acreditamos que na sociedade brasileira, classe e raça ainda sejam duas referências fundamentais para que as pessoas possam pensar o seu lugar na estrutura hierárquica. Ambas implicam em abertura ou restrição de oportunidades na sociedade (GUIMARÃES, 2002). Ou seja, a origem social e a cor atuam limitando ou ampliando os espaços sociais a determinados grupos.

### 3.1 PAPEL DA CLASSE SOCIAL

Sucessor direto dos primeiros economistas políticos, Karl Marx é um dos autores mais comentados quando nos referimos aos estudos de estratificação social. Apesar de influenciado pelos estudos, sobretudo, de autores como Adam Smith e David Ricardo, sua teoria de classes é mais que uma simples derivação das idéias da economia política clássica, é uma alternativa de discussão do tema. O mesmo se pode dizer de Max Weber, que sucede Marx no tempo e conhece suas idéias, mas distingue seus estudos dos apresentados por Karl Marx.

A origem das teorias de estratificação moderna podem ser identificadas na economia política clássica. Adam Smith (1983), demonstra um esquema de classes fundamentado nos rendimentos dos indivíduos que divide a sociedade entre capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores. Já David Ricardo (1983), trabalhando com um esquema semelhante, utiliza os tipos de rendimentos como critério de distinção entre as classes. Entretanto, em ambos os casos, a fonte de rendimentos são indicadores da função de cada indivíduo dentro da sociedade, e é utilizada como elemento explicativo da dinâmica econômica da sociedade. A primeira diferença fundamental entre eles é que, enquanto Smith (1983), focaliza na necessidade que uma classe tem da outra, David Ricardo (1983), ressalta o contraste de interesses entre os proprietários da terra e os industriais. Apesar de ambos estarem presos à contradição entre a ambiguidade de suas interpretações sobre a acumulação de capital e a forte cobrança que fazem dos mecanismos da produção. Pois, a teoria da tendência geral à queda da taxa de lucro, nada diz acerca da possibilidade de que os proprietários de terra acumulem de modo semelhante aos industriais (PEDRÃO, 2005).

Segundo Pedrão (2005), a segunda diferença entre esses dois teóricos está no tratamento dado à questão da distribuição da renda, que indiretamente afeta a formação de classes. Enquanto David Ricardo (1833), coloca o aparecimento das classes no modo de distribuição do produto social, Smith (1833) o remete à relação entre a participação no atual período de produção e as aplicações do capital. Para o Pedrão (2005), Smith (1833) admite a possibilidade de conversão completa dos usos do capital entre diferentes aplicações, que permite, em princípio, que um capitalista se torne um proprietário que vive de patrimônio sem trabalhar e depois volte a ser capitalista. Já David Ricardo (1833) não explora essa possibilidade, por isso, sua teoria fica delimitada às condições operacionais do sistema de produção, enquanto Smith (1833) liga essas condições operacionais à gestão do patrimônio constituído. A classe, deste modo, tem a ver com o capital acumulado e com as condições legais por ele criadas. Assim, desde então a teoria das classes sociais fica devendo uma explicação satisfatória sobre o papel do patrimônio na formação de um conjunto dado de classes sociais.

Pedrão (2005), destaca que o significado da continuidade das profissões implica em distinguir entre classes estáveis e um trabalho flutuante, em que este é parte estrutural do funcionamento da sociedade mercantil-agrícola-manufatureira. E reconhece a diferença entre as condições de classe dadas pelo controle de patrimônio e as que decorrem da produção. Já nos estudos de David Ricardo (1833), o essencial da sua contribuição está na estruturação de seu modelo interpretativo do sistema de produção, que distingue dois circuitos de produção nitidamente diferentes, que interagem em suas conseqüências no processo de acumulação. Um circuito de produção onde se congregam recursos para produzir para os que só podem pagar pelo consumo existencial; e outro, que produz para os que podem diversificar e aumentar o consumo. O primeiro circuito opera, tendencialmente, com pouco capital e com baixa eficiência, já que seus atrativos de lucro são limitados. O segundo tende a tornar-se mais eficiente ao longo do tempo e a absorver mais capital, onde se realiza a renovação tecnológica. O que significa uma diferenciação entre trabalhadores que ingressam nos dois circuitos, portanto, que há diferenças intra-classe encontram correspondência do lado do capital no fato de que uma parte significativa dos capitalistas permanece limitada a operar com baixa lucratividade.

A luta de classe e a evolução histórica são as referências analíticas na teoria de classes de Marx (1965). O que diferenciava as classes sociais em sua teoria era o modo de produção

(capitalista, feudal) e os interesses antagônicos entre a burguesia e o proletariado e na posição que as pessoas ocupam na produção social.

O modo de produção para Marx (1965), determina a posição que cada indivíduo ocupa numa estrutura de relações historicamente constituídas, produzindo condições materiais para sua existência. A infraestrutura, base econômica da sociedade, determina a superestrutura, que é dividida em ideologia e política. Assim, a visão que temos do mundo são reflexos da base econômica da sociedade. Ou seja, as idéias que surgiram ao longo da história são oriundas das necessidades das classes sociais daquele tempo. A história do homem é, segundo o autor, a história da luta de classes. A evolução histórica se dá pelo antagonismo irreconciliável entre as classes sociais de cada sociedade, como por exemplo, a escravista, a feudalista e também a capitalista. Nessa última, por exemplo, a divisão social decorre da apropriação dos meios de produção por um grupo e na expropriação na mão-de-obra por outro.

Nesse sentido, a sociedade capitalista estaria organizada em uma estrutura entre aqueles que possuem os meios de produção e os que vendem a sua força de trabalho. O termo classe faz referência a um grande grupo que luta entre si para garantir seu sustento, o que gera relações de dominação para produzir o mínimo para a subsistência e para apropriar-se do excedente. Num sentido mais restrito, as classes sociais só existem na sociedade capitalista a partir do surgimento de uma burguesia que monopoliza os meios de produção, reinvestindo o capital para valorizá-lo através da mais-valia (trabalho não pago aos proletários), que, para sobreviver, são obrigados a vender sua força de trabalho (RIDENTI, 1994).

Entretanto, não será apenas a posse ou não dos meios de produção que irá produzir uma classe social. Sua constituição se consolida também a partir do momento em que os indivíduos começam a se organizar para lutar pelos seus interesses. A partir dessa mobilização, surge o que Marx (1965) chamou de consciência de classe, que constitui uma ideologia própria, o modo pelo qual os seres humanos podem produzir sua existência. Revelar-se às casualidades da sociedade e produzir mudanças.

Segundo Poulantzas (1975, p.13), interpretando os conceitos marxistas, as classes podem ser classificadas como “um conjunto de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica.” Ou seja, as classes são definidas a partir do posicionamento dos agentes no conjunto das

práticas sociais e pelo seu lugar na divisão social do trabalho. Assim, é mediante a divisão social do trabalho que as classes, camadas ou categorias sociais ocupam seu lugar na sociedade, ou seja, a partir da base material e da organização do trabalho no modo de produção capitalista, dá-se a sua determinação estrutural. Contudo, tal determinação é afetada pela interação com a superestrutura, isto é, pelas relações de dominação e subordinação políticas, ideológicas e econômicas (POULANTZAS, 1975).

Nessa interação entre a base material e a superestrutura, temos o lugar ocupado pelo conjunto dos agentes de acordo com a propriedade dos meios de produção e a divisão social do trabalho. Dessa mistura origina-se a luta de classes, prática nas esferas política, ideológica e econômica, que definirá a conjuntura, a posição das classes que vão se constituindo em forças sociais. Assim, a determinação estrutural da classe não se refere somente à sua situação econômica. Refere-se também à luta política e ideológica das classes.

Todo esse debate guarda a identidade com processos econômicos, por outro, liga-se às dimensões simbólicas que, abarcadas todas as dimensões sociais, terminam por se transformar em um lugar privilegiado de construção e reprodução das classes. Talvez, por isso, Weber (1987) constitui um marco entre os estudos sobre estratificação social, cuja importância só pode ser comparada ao trabalho de Marx. O esquema weberiano de estratificação social baseia-se em três eixos: diferenças econômicas, que definem as classes; diferenças de poder, que definem os partidos; e as diferenças de prestígio, que definem o *status* (WEBER, 1987).

A situação de classe dos indivíduos é uma situação de mercado, mas pode ser influenciada por diversos fatores, inclusive aqueles que possuem pouca relação direta com a atividade econômica individual. O autor não subestima a importância de fatores institucionais que asseguram, por exemplo, a transmissão de heranças, ou mesmo a distinção da qualificação profissional dos indivíduos, mas boa parte de seus principais livros dedica-se à análise da motivação para o trabalho e o comportamento capitalista (WEBER, 1987).

Na obra *Economia e Sociedade*, apesar de não trabalhar o conflito como antagonismo nos moldes de Marx, Weber (1977), construiu um raciocínio sobre classes partindo da consideração da existência de uma ordem social, regulada por leis gerais, que funcionam como freio e estabelecem limites ou possibilidades de sanção a possíveis transgressores. Nessa linha, toda ordem social constitui-se numa estrutura estratégica na distribuição do poder

na sociedade, numa ação comum mesmo com a resistência de outros que participam da ação. Ou seja, o poder calcado apenas no critério econômico, na posse de bens e moeda, não se traduz automaticamente por uma honra ou prestígio social, e não é a única base de honra social. [...] “o poder econômico não é, evidentemente, idêntico ao “poder” como tal, pelo contrário, o surgimento do poder econômico pode ser consequência de um poder que tenha outro fundamento.” (WEBER, 1977, p. 53).

Esta honra, que vem do *status* social, está ligada à semelhança de estilos de vida comum aos indivíduos participantes e que impõe aos que desejam entrar no círculo a adaptação de seus estilos de vida àquele do grupo. Ou seja, pertencer a um mesmo grupo de *status* social não significa ter mais ou menos propriedade. Resumindo, diríamos que mesmo se apresentando como algo natural, no essencial trata-se de um conjunto de regras, na maioria informal e consensual, que desenvolve junto aos participantes do grupo um *status* próprio ao grupo e percebido pelos que estão externos a ele como um identificador de seus membros. Assim, o morar em certo bairro ou rua, o estilo de se vestir, os lugares que frequenta são exemplos do *status* social weberiano.

Ao final do século XX, a vida urbana solidifica e surgem novas contribuições à teoria de classe social. Em Giddens (1989), uma classe seria um agregado em grande escala de indivíduos no qual as relações seriam definidas impessoalmente. Ou seja, enquanto as reflexões de Marx (1998), se basearam na concepção de propriedade como referente apenas a objetos físicos, Giddens (1989) acrescenta os direitos associados a esse objeto. Assim, para o autor, o trabalhador assalariado goza dessa possibilidade, pois detém consigo a força de trabalho que é necessária ao empregador. Portanto, não é apenas a posse de objetos que qualifica o indivíduo dentro da escala social, é também do valor da escassez que o indivíduo possui no mercado, ou seja, suas qualificações educacionais e etc.

A idéia de Marx (1998) que a abolição formal da propriedade privada superaria a sociedade de classes é totalmente descartada em Giddens (1989). O autor mostra que isso não significaria o fim da exploração, pois o caráter de exploração não é criado necessariamente na esfera da produção. A exploração das estruturas de classes se encontra na separação entre o indivíduo produtor e seus produtos que é a essência da divisão de classes.

Giddens (1989) expõe também que a questão essencial não é o conhecimento das diversas classes e dos seus conflitos, e sim a identificação das formas estruturadas. Para o autor, Marx não deu a atenção devida às maneiras como as classes se assumem e se expressam em formas sociais definidas. Por isso, pondera que o uso do termo “classe” para referir-se a uma categoria econômica ou grupo social é um erro de conceito, o correto seria dividi-las em mediata ou imediata. Na primeira, considera os fatores que influenciam na existência de possibilidades de mercado e na formação de classes como sistemas estruturados de relações de classe, supondo possibilidades de mobilidade. A imediata enfoca fatores que condicionam ou moldam a formação de classes e não considera possibilidades de mudanças. Portanto, a classificação entre classe trabalhadora, média e alta só é possível quando o padrão de mobilidade é fechado. Entretanto, no sistema capitalista a mobilidade não tem muita limitação e por isso, as classes formadas não são facilmente identificadas.

Na estruturação imediata estão relacionadas a divisão do trabalho dentro da empresa, as relações de autoridade e a influência dos grupamentos distributivos. Nesse esquema, a técnica separa o trabalhador manual do administrador, influenciando a divisão do trabalho dentro da empresa que é forçada pelo sistema de autoridade da mesma. Os grupamentos distributivos dizem respeito ao consumo e constituem a terceira fonte da estruturação imediata. Giddens (1989) divide os grupos de *status* de Weber (1979) em grupos de consumo e de *status*, cuja diferença encontra-se em um valor não-econômico que produz uma escala de honra e prestígio. Os grupamentos mais significativos são aqueles formados pela tendência de segregação em comunidades, seja pela renda, seja por outros fatores como o acesso à política. As subclasses são os desempregos ou subempregos, ocupações mal-remuneradas, ou qualquer situação onde, devido às condições étnicas, haja desqualificação da oportunidade de mercado.

Em Maffesoli (1989), a constituição de classe é um jogo que se trava no interior da sociedade. Guarda por um lado identificação com os processos econômicos; por outro, liga-se, intimamente, às dimensões simbólicas. Por isso, quando se quer analisar classes e estratificação nas sociedades urbanas, faz-se necessário compreender alguns símbolos do cotidiano como as práticas culturais.

Pode-se dizer que o espaço que nos ocupa é um conjunto complexo constituído, ao mesmo tempo, pela materialidade das coisas (ruas, monumentos, tráfego) e pela imaterialidade das imagens de diversas ordens. É o que faz desse conjunto uma ordem simbólica. (MAFFESOLI, 1998, p. 264).

Quando analisa a passagem do feudalismo ao capitalismo, Weber (1987) defende que é nas “cidades”, então em gestação, que estaria sendo gerada a autonomia dos campos econômicos, jurídicos e políticos, ou seja, uma estrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo. Por isso, o espaço urbano corresponderia a uma típica espacialidade das classes então nascentes e é a cidade o lócus por excelência. Esse espaço é também a moradia de um habitante peculiar, aquele que se insere numa lógica monetarizada de mercado. Seu aparecimento, segundo Maffesoli (1998), irá induzindo a uma divisão do trabalho e a criação de grupos distintos. Complexando a sociedade em seu desenvolvimento e adquirindo uma conformação social que inclui o indivíduo como ser especial. Se distanciando daquela sociedade calcada nos valores simbólicos da religião.

Portanto, para Weber (1987), o espaço urbano constitui uma imagem do capitalismo, que para compreendê-la é necessário tomar não apenas como referência a produção das coisas e seu consumo, mas também a reprodução das relações sociais nela contidas. O lugar de construção da identidade social se dilui num cotidiano complexo e muitas vezes, descolado do mundo do trabalho. Por tanto, as questões de classe contemporânea estão no mundo do trabalho e no mundo simbólico, ou seja, do não trabalho. Ambas as dimensões da vida desempenham funções estratégicas na determinação do lugar social do indivíduo dentro da organização da sociedade.

A importância decisiva das qualificações e habilidades como recursos decisivos para as oportunidades de mercado dos indivíduos e, portanto, fatores de diferenciação entre as “classes”. A questão da propriedade, segundo Weber (1979), é importante, sobretudo pelos direitos a ela associados que conferem diferentes possibilidades na esfera do mercado, pois, daí resulta evidentes discrepâncias de poder negocial, ou seja, de oportunidades no mercado de trabalho. Classe corresponde à oportunidade de oferta de bens e de condições de vida. Oportunidade que é determinada pelo volume e tipo de poder de dispor de bens em uma determinada ordem econômica. O que determina a situação de classe do trabalhador e do empresário são as ações e relações sociais que se estabelecem no mercado de trabalho, no mercado de produtos e na empresa capitalista.

Entretanto, Weber (1979), não limita a discussão sobre o conceito de classes às estruturas econômicas e enfatiza a importância dos grupos de *status* e dos partidos. Para os primeiros (os grupos de *status*), o prestígio social é estruturante; para os segundos (partidos

políticos) o que está em causa é a distribuição do poder na sociedade, por meio da capacidade de suggestionar outros grupos.

Esta reflexão nos dá o sentido de que os símbolos desempenham um papel estratégico na ordenação da vida social. Dentro do contexto característico de cada grupo social, as diferenças vão se estabelecendo com base nas práticas cotidianas. Bourdieu (1989), quando fala em estrutura social, pressupõe que cada classe pode ser afetada pelas relações que as unem a outras partes da estrutura. A classe não é um componente autônomo, mas cria uma estrutura própria e a reproduz. Assim, cada classe ocupa dentro da estrutura social um espaço que ultrapassa os de natureza meramente econômica. Isto posto, Bourdieu (1989) se afasta das perspectiva marxista sobre classes e considera que os objetos do mundo social podem ser percebidos de várias maneiras. Ou seja, a indeterminação gera múltiplas visões de mundo que impossibilitam a abordagem objetivista de Karl Marx. Como o próprio autor diz:

[...] a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado objetivo, ela está socialmente determinada; do outro lado subjetivo, está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizadas são produto de lutas simbólicas e exprimem de forma diferenciada o estado das relações simbólicas. (BORDIEU, 1989, p.32).

Visto dessa forma, fica claro que as inter-relações do desempenho de papéis e símbolos, constituem ponto fundamental para o entendimento das classes sociais. Portanto, o universo social seria dentro dessa perspectiva, composto por múltiplas visões de mundo. O conjunto simbólico constitui sistemas hierarquizados que se locomovem à procura de uma diferença que irá distinguir um grupo de outro. Assim, os mecanismos de honra e prestígio, por exemplo, são orientados por uma coleção de regras quase imperceptíveis que surgem nos traços da cultura.

### 3.2 O NEGRO NA ESTRUTURA DE CLASSE

No Brasil, a sociedade de classe em rápida expansão, o negro se inseriu desfavoravelmente em decorrência da sua condição de escravo no passado imperial e do racismo até hoje preservado e remodelado. A prova inquestionável dessa observação verifica-se na lentidão com que os negros foram integrados à sociedade de classes. Sua participação nesse “mundo dos brancos”, estabelecido desde os primórdios da colonização, deu-se a um branqueamento psicossocial e moral. Entretanto, ainda que fosse difícil atravessá-las, as

portas não estavam totalmente cerradas, constatou Fernandes (1972, p.16) “[...] para atravessá-las, porém, os negros e mulatos passam por um abasileiramento que é, inapelavelmente, um processo sistemático de branqueamento.”

Foi Donald Pierson, em 1937, um dos primeiros a analisar a mobilidade social ascendente do negro que se tem notícia. Em um dos seus livros mais importantes, *Negrões in Brazil*, publicado em 1942, Pierson diz não existir em Salvador preconceito racial então vigente nos Estados Unidos. Admitia a existência de preconceito contra os negros, só que não racial, mas de classe. Pois, no Brasil, os negros não estavam separados em castas como em sua terra natal. “[...] Não existem castas baseadas na raça; existem somente classes. Isto não quer dizer que não exista algo que chamar propriamente de ‘preconceito’, mas sim que o preconceito existente é um preconceito de classe e não de raça.” (PIERSON, 1942, p. 402).

Todavia, Pierson (1942), ponderava que a ausência de preconceito racial pudesse ocorrer em virtude dos negros não terem, até aquele momento, entrado em competição com os brancos. Entretanto, na introdução escrita à edição brasileira do autor, Artur Ramos esclarece que como os negros de cor mais escura haviam sido escravos por mais tempo, sofriam mais com o preconceito que os mulatos, que já contavam com representantes que haviam ascendido socialmente.

O negro de cor mais escura parece bastante ser o que emergiu mais recentemente da escravidão e por isso ocupa ainda os degraus mais baixos da vida econômica e social, sofrendo com mais intensidade o preconceito de classe. (RAMOS, 1942 apud PIERSON, 1942, p.24).

Na mesma época, outra pesquisa obteve notoriedade. Thales de Azevedo publicou, em 1953, como parte do projeto da Unesco, uma pesquisa feita na Bahia com o objetivo de analisar a dinâmica da ascensão social dos negros. Em seu estudo, constatou que na Bahia, havia um alto grau de mestiçagem, que o preconceito racial se manifestava de forma amena e que existiam relações pacíficas entre os indivíduos descendentes de vários estoques raciais. “[...] tais discriminações são muito brandas e dificilmente se podem distinguir dos antagonismos de classe, uma vez que a cor da pele é historicamente considerada no Brasil um símbolo de *status*.” (AZEVEDO, 1996, p.163).

Segundo o autor, o *status* era mais relevante do que a cor, concluindo que a Bahia representava uma sociedade multirracial de classes, sem a ocorrência de castas. Ou seja, todos

tinham a possibilidade de ascender socialmente, dependendo apenas dos seus méritos pessoais. Portanto, as barreiras encontradas pelos negros era resultado de um preconceito de classe, em razão dos mesmos serem provenientes de classes baixas. A ascensão dos negros passava necessariamente pela incorporação de comportamentos e valores aceitos pelos brancos. “[...] As pessoas de cor têm seu *status* condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com o branco.” (AZEVEDO, 1996, p. 164).

O Projeto da Unesco gerou outras pesquisas no país. O trabalho de Wagley (1952) sobre as relações entre raça e classe no Brasil rural resultou no livro *Race and class in rural Brazil*. Essa obra tinha como objeto pequenas comunidades rurais. Na Amazônia esses estudos ficaram sob a responsabilidade de Charles Wagley. Na Bahia, *Harry Hutchinson, Marvin Harris e Ben Zimmerman*, estudaram comunidades rurais de características distintas no interior. Suas conclusões seguem a mesma direção da pesquisa de Pierson (1945), consideravam que o preconceito de classe teria preponderância sobre o de raça.

Today it may be said that Brazil has no ‘race problem’ in the same sense that it exists in many other parts of the world; people of three racial stocks, and mixtures and varieties of these stocks, live in what are essentially peaceful relations. (WAGLEY, 1952, p. 7).

Segundo Wagley (1952), a prova inequívoca dessas conclusões estava na presença de negros e pardos entre as elites locais, embora ainda houvesse vestígios de castas brancas aristocratas cujo acesso estava fechado aos negros. A explicação para a sobre-representação dos negros nas camadas inferiores, segundo os autores, estava na proximidade que esse estrato populacional tinha com a escravidão.

A presença de pretos e pardos entre as elites dos locais é vista por Wagley (1952), como um claro signo da passagem de uma sociedade de castas, a dos períodos colonial e imperial, a uma sociedade de classes, embora em algumas das comunidades estudadas ainda houvesse vestígios de uma casta branca aristocrata cujo acesso estava fechado ao negro. A proximidade histórica da escravidão é indicada como explicação para a sobre-representação dos negros nos estratos sociais inferiores e para sua sub-representação.

No entanto, conclusões não foram unânimes em todas as pesquisas do Projeto da Unesco. Segundo Costa Pinto (1952) em seu estudo *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, o panorama se mostrava bastante distinto das anteriores.

Sua análise partiu da premissa teórica de que as castas e classes não são independentes, e sim momentos históricos diferentes de um mesmo fenômeno. Ou seja, a superação histórica da estrutura de castas levaria a criação de uma estrutura de classes, mas se o grau de mobilidade social proporcionado viesse ameaçar as posições já estabelecidas, a sociedade já estabelecida criaria um movimento de resistência, fazendo ressurgir elementos da estratificação por castas. Igualmente, Costa Pinto (1952) não visualizava na ausência de mecanismos formais de discriminação indícios de democracia racial, e sim uma outra forma de discriminação, intensa e eficiente, cujo objetivo era acobertar as discriminações de fundo étnico, como “boa aparência” nos classificados de emprego. “[...] Está longe de impedir o funcionamento dos critérios discriminativos que sempre encontram alegações não-étnicas para se justificarem.” (COSTA PINTO, 1952, p. 76).

Já na análise da relação entre raça e estratificação social a partir da estrutura ocupacional e ramos de atividade econômica, baseados nos Censos de 1872 e 1940, Costa Pinto (1952) conclui que os negros estão ali sobre-representados nos estratos inferiores, nas ocupações menos valorizadas e nos ramos de atividade econômica que remuneram menos e que oferecem trabalhos manuais. Para Costa Pinto (1952), a única mobilidade experimentada pelos negros no Rio de Janeiro em setenta anos, teria sido de escravo a proletário, não de cidadão, afirmando que [...] entre os industriários, 49,72% dos empregados são de cor, enquanto que entre os bancários esta quota é de 7,2%.” (COSTA PINTO, 1952, p. 98-99).

Pastore (1979) e Valle Silva (1979), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em 1973 pelo IBGE, estudou o perfil das ocupações dos homens adultos no mercado de trabalho. Revelando que a mobilidade social intergeracional havia sido por volta de 58%, ou seja, mais da metade da população estudada estava um estrato social diferente do de seus pais. Vale ressaltar, que tal situação não poderia ser considerada uma penetração ascendente das camadas sócio-econômicas inferiores, ela era provocada pela intensa industrialização e urbanização. O esquema montado por esses pesquisadores considerava as ocupações rurais como sendo de *status* inferior às urbanas, como os trabalhos manuais e não-manuais. Assim, os trabalhadores do campo e os trabalhadores manuais da construção civil eram considerados pessoas que ascendiam positivamente.

É claro que o modo de classificar não é neutro em termos dos resultados obtidos. Por exemplo, os estratos 1 (baixo-inferior) e 2 (baixo-superior), que têm índices de

*status* socioeconômico bastante próximos e com considerável superposição, se distinguem essencialmente pela dimensão rural/urbano. Isso faz com que, pela construção da escala, a migração do campo para as cidades represente sempre uma mobilidade ascendente. A urbanização recente da sociedade brasileira estaria, dessa forma, associada a uma melhoria de *status* dentro da estrutura social do país. (PASTORE; VALLE SILVA, 2000, p. 20-21).

Dessa forma, concluindo, a mobilidade social no Brasil tem duas faces. Uma das faces nos mostra uma sociedade dinâmica, aberta, com largas chances de mobilidade para a maioria dos seus membros e com as classes altas sendo recrutadas sobre larga base. Esse é o Brasil do desenvolvimento recente, da rápida urbanização e da industrialização acelerada. A outra face, entretanto, encoberta pela primeira a ponto de quase não se poder distingui-la, nos mostrou uma sociedade sensivelmente fechada, estruturada em classes de difícil comunicação. Tudo nos leva a crer que essa outra face, ora encoberta, se torne cada vez mais importante e aparente. As mudanças estruturais são efêmeras: completando-se a transição demográfica, os diferenciais de fecundidade e de mortalidade, tendem a desaparecer. Similarmente, os processos de urbanização e industrialização têm limites óbvios. Assim, a estrutura emergente de classes, expressão mais íntima da estrutura ocupacional brasileira, tende a se tornar cada vez mais aparente, mais palpável. (VALLE SILVA, 1979, p. 65-66).

Na Pnad de 1973, entretanto, não havia o quesito cor. Assim, nenhum dos estudos acima poderia avaliar o que aconteceria com a mobilidade coletiva do negro. Só nas próximas edições da Pnad, 1976, 1982, 1988 e 1996 esse dado foi coletado e realizado estudos específicos, que apesar de usarem metodologias diferentes, chegaram às mesmas conclusões.

Nesse período, algumas pesquisas estudavam as desigualdades raciais na mobilidade social baseado em pesquisas restritas à determinadas regiões. Os dados de uma dessas pesquisas realizadas em seis estados do centro-sul foram analisados por Hasenbalg (1979). O autor conclui que o preconceito contra os negros atuaria nos processos de mobilidade social e que tal situação só poderia ser atribuída à herança da escravidão.

O poder explicativo da escravidão com referência à posição social dos não-brancos decresce com o decorrer do tempo, isto é, quanto mais longe se está do fim do sistema escravista, menos se pode invocar o escravismo como causa da subordinação social atual dos não-brancos. Pelo contrário, a ênfase na explicação deve ser dada às relações estruturais e ao intercâmbio desigual entre brancos e não-brancos. (HASENBALG, 1979, p. 198).

Segundo Hasenbalg (1979), a permanência do racismo em seu componente histórico era o que provocaria a representação maciça dos negros nos estratos inferiores, pois a cada nova geração a proporção de negros partindo de baixo é maior que a dos brancos. O que, conseqüentemente, provocaria diferenças de mobilidade ocupacional.

[...] a sociedade brasileira é desigual e limitante para a maioria dos brasileiros; mas concluímos também que ela foi ainda mais desigual e limitante no passado remoto [...] se a situação é ruim hoje, ela foi muito pior ontem. O quadro da mobilidade

compara o que somos com o que éramos. O quadro do presente compara o que somos com o que deveríamos ser. (PASTORE, 1979, p. 197).

Analisando o grau educacional atingido segundo a origem social Hasenbalg (1979), constata que a graduação escolar dos negros era menor mesmo se comparado a dos brancos de mesma origem social. O mesmo ocorria na estrutura de ocupação profissional, os jovens originados de famílias negras concentrava-se em trabalhos de características e estratos inferiores, contribuindo para a manutenção do *status* coletivo de inferioridade.

Utilizando os dados da Pnad de 1976 e empregando a mesma metodologia de Hasenbalg (1979), Valle Silva (1988) publicam o primeiro estudo nacional sobre a influência da raça no processo de realização. Os resultados, mesmo com base empírica mais sólida e análise mais complexa e sofisticada, chegam às mesmas conclusões que a de Hasenbalg (1979). O fato novo era de que os negros eram proporcionalmente mais representados nas regiões de menor desenvolvimento sócio-econômico do país. Confirmando a tese de Hasenbalg (1979) de que o negro sofre duplamente, primeiro pelas limitações de origem social, segundo pelo acúmulo de desvantagem no percorrer da sua história.

[...] a evidência empírica indica que os brasileiros não-brancos estão expostos a um 'ciclo de desvantagens cumulativas' em termos de mobilidade social intergeracional ou intrageracional. Nascer negro ou mulato no Brasil, normalmente significa nascer em famílias de baixo status. As probabilidades de fugir às limitações ligadas a uma posição social baixa são consideravelmente menores para os não-brancos que para os brancos de mesma origem social. Em comparação com os brancos, os não-brancos sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de status. (HASENBALG, 1979, p. 220-221).

É importante ainda que se observe em relação às diferenças raciais na distribuição de rendimentos que, se por um lado as diferenças na situação de origem dos indivíduos, explicam quase metade das diferenças de rendimentos observadas, a metade restante dessa diferença é explicável pela discriminação sofrida por não-brancos ao longo do processo de realização sócio-econômica. As desvantagens se acumulam a cada estágio do ciclo de vida, tornando extremamente elevado o custo monetário de não se pertencer à maioria branca da sociedade brasileira [...] não se pode atribuir toda a responsabilidade pelas atuais diferenças de nível sócio-econômico entre brancos de um lado e de negros e mulatos por outro à desigualdade sofrida durante um remoto passado escravista. Mostrou-se que, ao longo de todo o ciclo de vida sócio-econômico, negros e mulatos sofrem desvantagens geradas por atitudes discriminatórias, desvantagens que se acumulam na geração de chances de vida profundamente inferiores àquelas desfrutadas por brancos. (VALLE SILVA, 1988, p. 162-163).

Com os dados da Pnad de 1976, Hasenbalg (1983) empreendeu o mesmo tipo de análise sobre o novo conjunto de evidências e constatou, como Valle Silva (1988), as confirmações do estudo anterior. A de que havia barreiras sociais eficazes no processo de mobilidade social do negro no Brasil.

Caillaux (1994) compara os dados de mobilidade social da Pnad de 1976 com os da Pnad de 1988, chegando também às mesmas conclusões dos estudos anteriores. Houve uma diminuição da mobilidade estrutural e o aumento da mobilidade de circulação, resultado da redução do crescimento econômico a partir do fim da década de 1970. “A análise da estrutura ocupacional entre os dois períodos demonstrou aumento da mobilidade, prevalecendo a mobilidade ascendente para os brancos em maiores proporções do que para pretos e pardos.” (CAILLAUX, 1994, p. 63).

Já as relações raciais, permaneciam conforme descrita nos estudos anteriores. O processo educacional mais uma vez foi considerado um dos principais fatores explicativos das desigualdades entre as raças.

Mais recentemente, Valle Silva (2000) trabalha novamente os dados da Pnad de 1996, lançando mão de técnicas estatísticas distintas. O autor propõe um modelo de mobilidade social na qual a cor não exerceria influência na estrutura ocupacional, e sim apenas social, ou seja, uma sociedade em que existisse apenas preconceito de classe e não racial. Entretanto, tal modelo não se mostrava adequado aos dados, não sendo, portanto, possível negar a existência de barreiras raciais atuando contra a ascensão social dos negros, mantendo-os nas camadas inferiores.

Também com base na Pnad de 1996, Osório (2003) tentou abordar a estrutura social de forma distinta das anteriores. Além da origem social, do destino e da raça, foram considerados o sexo, a educação e a idade da população adulta. Os resultados distinguiram-se dos demais por revelar baixas taxas de mobilidade social. A razão para tal proporção foi a representação da estrutura social em três grandes classes, distinta da usada por Pastore e Valle Silva (2000). Apesar disso, esse trabalho revelou os mesmos padrões dos descritos anteriormente sobre mobilidade social e raça, onde a origem social e a educação são os grandes determinantes das pessoas na estrutura social.

Uma outra pesquisa da Unesco, coordenada por Nogueira (1998) no município de Itapetininga, chega a conclusões acerca da mobilidade social semelhantes às de Costa Pinto (1952). O estudo de Nogueira (1998), parte da observação da estratificação social de Itapetininga ao longo da história. Segundo o autor, nas últimas décadas do regime escravocrata duas transformações demográficas teriam provocado intensas mudanças na de

classes. Uma delas refere-se ao crescimento do número de descendentes empobrecidos dos senhores e a outra se referia à imigração provocada pelo algodão. Formava uma nova classe de indivíduos instruídos que deveriam ser aproveitados, caso contrário, conspirariam contra as elites estabelecidas, tornando-se agentes de renovação.

Ainda em Itapetininga, Nogueira (1998) observou no fim dos anos 1940 que muitos mulatos e pardos que ascendiam socialmente eram descendentes ou filhos da elite branca, o que lhes franqueou de algum modo a promoção social. Quanto aos negros, não se moviam na estrutura social, permaneciam na mesma posição até o fim de suas vidas. Os poucos negros que ascendia era estável e não mudava o perfil histórico de inferioridade coletiva, ou seja os poucos casos de ascensão positiva de negros se mostravam instáveis no transcurso do tempo e, isso, não mudava o perfil histórico de inferioridade coletiva.

O fato de não sofrer o indivíduo de cor uma exclusão incondicional das camadas mais favorecidas na sociedade brasileira, bem como o de se encontrar indivíduos brancos, em todos os níveis, tem levado à suposição de que os elementos de cor, no Brasil, em seus esforços de ascensão social, estão sujeitos às mesmas barreiras de classe (e não raciais) que atingem os demais companheiros das classes menos favorecidas. Em face dessa hipótese, ganha um significado especial o fato de que exceções ou precedentes de ascensão social de indivíduos de cor, embora venham ocorrendo, na comunidade em estudo, sem interrupção, ao menos desde o final do século XIX, contudo, não parecem tender a aumentar, em proporção, de modo a propiciar, nas próximas gerações, uma mudança no *status* coletivo da 'gente de cor', dado que a estrutura social permaneça, em suas linhas gerais, tal qual se apresenta nos dias atuais. (NOGUEIRA, 1998, p. 167).

Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960), pesquisando as relações raciais e a mobilidade social em Florianópolis, desenharam o mesmo quadro de Costa Pinto (1952) e o de Nogueira (1998), embora seguindo teorias distintas. Segundo os autores, o preconceito quanto à cor e a discriminação racial existia. A desigualdade entre negros e brancos teriam sido baseada na cor da pele, permitindo que, mesmo após a abolição, as relações sociais se mantivessem quase inalteradas. Tendo a estagnação econômica como parte relevante dessa situação, na história, já que Florianópolis teria apresentado os primeiros passos de industrialização e desenvolvimento no pós-guerra.

As mudanças recentes apenas afetaram as condições nas quais eles prestam, regularmente, os seus serviços. Tornando-se trabalhadores livres e assalariados, nem por isso conseguiram até recentemente, em escala precíval, novas oportunidades de especialização e classificação social. No presente a aceleração do ritmo de mudança econômica parece tender a favorecer o aproveitamento mais amplo dos negros no sistema ocupacional da cidade, abrindo, dessa forma, maiores possibilidades de ascensão social. (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 120).

No início da década de 1980, o crescimento econômico foi intenso. O produto Interno Bruto (PIB), no período de 1950-1980, cresceu mais de 4% ao ano, com aumento da participação da indústria de 24% para 41% do PIB (BAER, 2002). Conseqüentemente, a urbanização acelerou, em 1980 o percentual de brasileiros que residia em áreas urbanas chegou a 68% e a população passou de 52 milhões para 119 milhões (IBGE, 2003).

Essas intensas mudanças colaboraram significativamente para uma elevada mobilidade social. Novas divisões internas no seio dos assalariados (manuais, não manuais, tecnocratas e burocratas) e o papel do mercado e da concorrência individual para acrescentar posições mais compensatórias tiveram como conseqüência novos setores da classe média. Assim, a crescente diferenciação interna e as novas tensões fazem surgir novas profissões, especificamente o aparecimento do setor de serviços (FERNANDES, 1965).

O prognóstico era de que o crescimento e desenvolvimento econômico contribuiriam para superar as diferenças econômicas entre negros e não-negros. Com a industrialização e urbanização, os negros seriam mais integrados à sociedade e progressivamente o preconceito racial seria esquecido. Entretanto, em um dos trabalhos mais recentes sobre o tema publicado por Figueiredo (2002), quando pesquisou a relação entre ascensão social e identidade étnica, entre os profissionais liberais negros de Salvador demonstrou o contrário.

As combinações de transformações ocorridas na década de 90 do século passado, no nível econômico, político, cultural fez eco em todo campo do país. A intensa reordenação urbana, a reorganização da sociedade civil em torno de entidades de caráter político como o movimento negro e a emergência de um amplo movimento político em prol da valorização das referências afro-brasileiras<sup>4</sup>, alterou profundamente o panorama das relações sociais, raciais e econômicas. Essas mudanças provocaram um deslocamento de interesse da mídia, dando visibilidade aos negros, especialmente os de renda média, fazendo nascer o interesse por esta temática. Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do Ministério do Planejamento, em estudo realizado no ano de 1999, constatou que a classe média negra das capitais brasileiras teve um crescimento relativo de 10% entre 1992 e 1999. Segundo destaca Marcelo Néri, um dos autores do estudo, a classe média negra tem uma fatia 10% maior do que a que tinha na classe média em 1992.

---

<sup>4</sup> 300 anos de abolição / Marcha Zumbi(1995) / Conferências preparatórias para Durban(2000-2001).

É evidente que a dimensão do consumo joga aqui um papel fundamental e, por esta via, ela ganha um novo relevo no plano das subjetividades, visto que se inscreve nas trajetórias e experiências dos agentes sociais. Deste modo, incide sobre os processos de ação e de classificação, modeladores dos estilos de vida e dos *habitus* individuais ou classe (BOURDIEU, 1974). É cada vez mais incontornável o extraordinário papel que o mercado de bens materiais e simbólicos vem desempenhando na modelação das práticas e atitudes das classes sociais.

## **4 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

Na Sociologia, assim como em outras ciências, existem idéias centrais que separam as correntes do pensamento. Entretanto, no que diz respeito à educação, existe entre elas um ponto de encontro: a educação constitui um processo de transmissão cultural, ou seja, valores, normas, atitudes, experiências, imagens e representações cuja função principal é a reprodução do sistema social.

[...] longe de a educação ter por objeto único e principal o indivíduo e seus interesses, ela é antes de tudo o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência. A sociedade só pode viver se dentre seus membros existe uma suficiente homogeneidade. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando desde cedo na alma da criança, as semelhanças essenciais que a vida coletiva supõe. (DURKHEIM, 1973, p.52).

De acordo com Portelli (1971), um dos primeiros estudiosos que se debruçou a entender os chamados “aparelhos ideológicos” foi Gramsci. As superestruturas do bloco histórico constituem uma totalidade complexa em cujo interior se distinguem duas esferas essenciais: a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política agrupa o aparelho de Estado, entendido este em seu sentido restrito, realizando o conjunto das atividades da superestrutura que dão conta da função de “dominação”. Por sua vez, a sociedade civil constitui a maior parte da superestrutura e é formada pelo conjunto dos organismos comumente chamados “privados” e que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo social dominante exerce sobre a sociedade global. Esta sociedade civil pode ser considerada sob três aspectos analiticamente diferentes e complementares. Como ideologia da classe dominante, ela alcança todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito, etc. Como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos: daí provêm seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, sentido comum, folclore; como direção ideológica da sociedade, ela se articula em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura

ideológica” - isto é, as organizações que a criam e a difundem - e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia: sistema escolar e bibliotecas (PORTELLI, 1971, p.23).

Este esquema tenta demonstrar que a sociedade se organiza não apenas a partir de bens econômicos, mas também a partir da produção de bens simbólicos, de *habitus* de classe, que, transmitidos fundamentalmente pela escola, levam a que os indivíduos organizem um modo de vida e uma determinada concepção do mundo.

Já para Bourdieu e Passeron (1976), as diferenças propriamente econômicas são explicadas por distinções simbólicas na maneira de usufruir esses bens, ou melhor, é através do consumo, e mais, através do consumo simbólico ou ostentatório que se transmitem os bens simbólicos, as diferenças se transformam em distinções significativas. A lógica do sistema de ações e procedimentos expressivos não pode ser compreendida de maneira independente de sua função, que é dar uma tradução simbólica do sistema social, mas também significar a comunidade ou a distinção, transmutando os bens econômicos em atos de comunicação. De fato, nada é mais falso do que acreditar que as ações simbólicas (ou o aspecto simbólico das ações) nada significam além delas mesmas; em verdade, elas expressam sempre uma posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social: a lógica da distinção (BOURDIEU; PASSERON, 1976, p.217).

A família, para esses autores, passa a ser mecanismo de reprodução das distinções simbólicas, ou seja, reprodutora do sistema social. A família é que insere o indivíduo no mundo da cultura, as crianças são socializadas muito antes de entrarem na escola. Essa socialização corresponde a valores que são patrimônio cultural do universo social a que pertencem. Por isso, para Bourdieu e Passeron (1976), diferente de Durkheim (1973) e seus seguidores, não existe uma cultura única, mas que na realidade, devido ao fato de que elas correspondem a interesses materiais e simbólicos de grupos ou classes diferentemente situadas nas relações de força, esses agentes pedagógicos tendem sempre a reproduzir a estrutura de distribuição do capital cultural entre esses grupos ou classes, contribuindo do mesmo modo para a reprodução da estrutura social: com efeito, as leis do mercado em que se forma o valor econômico ou simbólico, isto é, o valor enquanto capital cultural, dos arbítrios culturais reproduzidos pelas diferentes ações pedagógicas (indivíduos educados) constituem um dos mecanismos mais ou menos determinantes segundo os tipos de formação social, pelos

quais se acha assegurada a reprodução social, definida como reprodução das relações de força entre classes sociais (BOURDIEU; PASSERON, 1976).

A escola para esses autores reproduz a nível social os diferentes capitais culturais das classes sociais e, por fim, as próprias classes sociais. Os mecanismos de reprodução encontram sua explicação última nas “relações de poder”, relações essas de domínio e subordinação que não podem ser explicadas por um simples reconhecimento de consumos diferenciais. As estruturas objetivas produzem os *habitus* de classe e, em particular, as disposições e predisposições que, gerando as práticas adaptadas a essas estruturas, permitem o funcionamento e a perpetuação das estruturas. Nesse sentido, o sistema escolar impõe uma norma lingüística e cultural determinada, mas aproximada àquela que é parte do universo simbólico das famílias burguesas, e distanciada, em conseqüência, daquela dos setores populares. O êxito ou o fracasso das crianças na escola se explica pela distância de sua cultura ou língua em relação à cultura e à língua escolares.

Para Bourdieu (1974), *habitus* é um sistema de disposições, duráveis e transponíveis, que integra todas as experiências passadas e que funciona como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, constituindo uma espécie de *ethos* de classe. Daí que *habitus* + *champ* = *practique*. Há um processo de interiorização de normas, usos e obrigações.

Nesse particular, a cultura, enquanto denominação de experiência reconhecida surge segundo Pedrão (2005), inevitavelmente como referência geral de uma pluralidade que se desdobra segundo trilhas abertas por diferentes modos de viver e conviver, antes que por preferências e formatação ideológicas, em condições de sobrevivência. Cultura é portadora de identidade, porque como diz Sodré (1999 apud PEDRÃO, 2005), identidade é de fato algo implícito, em qualquer representação que fazemos de nós mesmos. Implícito, mas não necessariamente reconhecido, já que a pluralidade de condições de inserção social faz com que muitos dos elementos de um mesmo contexto cultural sejam alheios, distantes e mesmo, rejeitados. Assim, cultura é um campo aberto, que se distingue da civilização, que envolve escolhas ideológicas, vetos estéticos e valorações.

## 4.1 IDENTIDADE DE CLASSE

Hasenbalg (1983), em estudo realizado com “estratos médios da população negra do Rio de Janeiro”, constatou que apenas 20% dos entrevistados se identificavam com a classe média. Em Salvador, Figueiredo (2002) realizou uma pesquisa sobre os negros de classe média e constatou que, para os entrevistados, “não há um sentimento de pertencimento à classe média e quando isso ocorre quase sempre vem acompanhado de uma distinção em relação àqueles indivíduos que se consideram como classe média.” Tal situação pode estar relacionada ao fato dos entrevistados serem provenientes de famílias cujos pais ocupavam posições manuais de baixa remuneração.

Em conformidade com Bourdieu (1974), a identidade social não deve ser compreendida somente a partir da posição de classe. Não se pode analisar um indivíduo ou grupo a partir de um ponto estático, considerando apenas a situação de classe. O que importa dentro desse contexto é a trajetória desses indivíduos dentro do sistema de estratificação, ou seja, onde este se desloca na estrutura social: ascensão ou descenso.

Segundo Hasenbalg (1983), a pequena classe média negra é o resultado de um processo constante de circulação social ao redor das atividades manuais e não-manuais, em que os movimentos para cima são compensados por outros descendentes. O caráter que singulariza a “classe média negra” é a sua precariedade. Além das dificuldades dos negros para transporem as barreiras das ocupações, este segmento grupo encontra dificuldades em transmitir as posições alcançadas às gerações seguintes. Essa teoria é reforçada por Figueiredo (2002), quando assinala que esse grupo não se percebia como classe média por conta, muitas vezes, da instabilidade da sua situação de classe, entendida pelos entrevistados como frágil ou instável, ou seja, incerto em relação ao futuro.

A noção de classe considera a relação existente com alguns fatores como escolaridade, posse de bens, ocupação e estilo de vida. Vários pesquisadores utilizaram critérios parecidos para demarcarem seu objeto de estudo. Maggie e Rezende (2001) definiram “a classe média negra” de Porto Alegre a partir de itens como escolaridade, profissão, posse de bens, bairro e qualidade da moradia. Já Figueiredo (2002) definiu a elite negra da Bahia a partir da ocupação

(profissionais liberais). Assim, uma vez que o conceito de classe definida pelo senso comum utiliza critérios semelhantes aos dos pesquisadores, não se pode desprezar a eficácia analítica dos instrumentos como referencial importante para pensar a classe social.

O argumento ideológico de que vivemos em uma sociedade na qual a raça não influencia na posição social foi respaldada, historicamente, pelo fato do negro ter ascendido de forma individual. Essa lógica nos leva a crer que o mais “esforçado” e o mais “inteligente” obterão sucesso. Assim, a grande massa negra vive em condições precárias, em função da sua própria incapacidade de absorver as oportunidades disponíveis na sociedade. Segundo Fernandes (1965), ao analisar a presença de negros em espaços sociais da classe média branca, na década de 1950, observou que só a alguns poucos negros, os considerados exceção, era dado o direito de freqüentar os famosos bailes. Entretanto, nem todos os brancos os tratavam de forma cordial, resultando em inúmeras situações de constrangimento. Ou seja, dispensar aos negros bem sucedidos um tratamento diferenciado cumpre a função social de manter a hierarquia racial e perpetua a discriminação sobre a raça negra.

[...] a aceitação do ‘negro’ em termos de exceção anima o ‘branco’ a definir-se, ininterrupta e fatalmente, como o agente ativo e dominante das relações raciais. E introduz, na perspectiva social do segundo, uma deformação ótica inevitável: os poucos ‘pretos’, que são aceitos e tratados com equidade relativa, servem de símbolo e de evidência perenes para a subestimação e a rejeição da grande massa dos ‘homens de cor’ [...]. (FERNANDES, 1965, p. 226).

Assim, a identidade dos negros de classe média é construída através de uma trajetória de ascensão social, baseada em capital cultural, econômico e escolar. Entretanto, não pode ainda usufruir plenamente da sua condição de classe média como os brancos.

Segundo Bourdieu (1989), a luta de classes é uma luta pelo domínio do poder simbólico como dito anteriormente. Ou seja, tem por finalidade conseguir o monopólio da violência simbólica legítima, o poder de impor instrumentos de conhecimento e classificações arbitrárias da realidade social.

[...] uma classe social nunca é definida somente por sua situação e por sua posição numa estrutura social, isto é, pelas relações que elas mantêm objetivamente com as outras classes sociais; ela deve também muitas de suas propriedades ao fato de que os indivíduos que a compõem entram deliberadamente ou objetivamente em relações simbólicas que, expressando as diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendem a transmutá-las em distinções significantes. A independência relativa ao sistema de atos e de procedimentos expressivos ou, se for preferível, de marcas de distinção, graças aos quais os sujeitos sociais exprimem e, ao mesmo tempo, constituem, para eles mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com essa posição), realizando uma duplicação expressiva dos ‘valores’ (no sentido dos lingüistas) necessariamente

ligados à posição de classe, autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural [...]. (BOURDIEU, 1974, p. 63-64).

Resumidamente, poderíamos dizer que as classes sociais não se distinguem apenas pela posse ou não de bens, mas pela maneira como os utilizam. Ou seja, o consumo de bens transforma-se em signos, transformando a maneira como utilizar um objeto é mais relevante que sua função.

[...] de todas as distinções, as mais prestigiosas são aquelas que simbolizam mais claramente a posição na estrutura social como a roupa, a linguagem ou o sotaque e sobretudo as “maneiras”, o bom gosto e a cultura porque elas pretendem aparecer como propriedades essenciais da pessoa, como um ser irreduzível ao ter, em poucas palavras, como uma natureza, mas, paradoxalmente, uma natureza cultivada, uma cultura tornada natureza, uma graça e um dom [...]. (BOURDIEU, 1974, p. 66).

Os diversos grupos sociais se distinguem a partir das preferências, gostos que referenciam um estilo de vida. Portanto, o universo simbólico é essencial para hierarquizar os vários segmentos da sociedade.

Segundo Cohen (1974, p.40), os símbolos reúnem linguagem, objetos, idéias e atitudes. “Elas aparecem usualmente em atividades formalizadas como cerimoniais, ritos, trocas de presente, gracejos consagrados pela tradição, juramentos, comer e beber em grupo, etiqueta social e vários outros traços culturais que constituem o estilo de vida de um grupo.” (COHEN, 1974, p.40). Os valores, regras normas, prestígios ganham significados através dos símbolos, que torna mais poderoso quanto maior for sua capacidade de possuir significados.

Portanto, como uma das propostas deste estudo é investigar a construção da identidade operacionalizada na classe e raça, buscamos compreender como os indivíduos de cor negra que reside num bairro de classe-média como a Pituba se percebem no sistema de estratificação social, quais os grupos elegem como uma referencia para sua identificação e qual sua estratégia de ascensão. Para tanto, utilizamos o recurso da auto-identificação para saber como o grupo se reconhece dentro da estrutura social. Constatamos que a maior parte dos entrevistados (83%) se identificou como classe média, apesar da renda ser igual ou superior aos componentes não-negros daquela mesma região.

Tabela 1- Auto-representação da classe social de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Classe	%
Classe média	83
Classe média baixa	17
Classe baixa	0
Pobre	0
Ricos	0
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Além de definir as linhas que os demarcam dentro do segmento de classes, é importante também perceber que nenhum dos entrevistados se classificou como pobre, portanto, ao menos sob esse aspecto, se diferenciam do conjunto da população negra do país. Além disso, percebemos que nesse item da pesquisa sempre havia indagações dos entrevistados sob quais fatores poderiam utilizar para poder conceber a sua posição de classe. Itens subjetivos como bairro onde mora, nível de escolaridade, renda e posses foram os mais citados.

Como asseveramos anteriormente, a identidade do negro com renda média é construída através de estratégia de ascensão baseada no capital intelectual e econômico. Portanto, a fim de compreender como o grupo estudado se comporta, buscamos informações a respeito da renda e escolaridade.

Tabela 2 – Classe de renda (salários-mínimos) de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Classe	%
5  — 10	5
10  — 15	17
15  — 20	14
20  — 30	52
Mais de 30	12

<b>Total</b>	<b>100</b>
--------------	------------

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Os dados coletados a respeito da renda, como demonstrado na Tabela 2 revelam que 100% dos entrevistados estão em classes de renda superior a da maioria da população. Além disso, podemos concluir que a classe média formada por negros que residem no bairro da Pituba concentra-se na faixa de renda que vai de 20 a 30 salários mínimos e formam um grupo de relacionamento dentro da estrutura de classe, visto que os entrevistados foram indicados por pessoas de dentro do próprio grupo.

Entretanto, a renda não vem descolada do nível de escolaridade, como demonstra a Tabela 3, 85% dos entrevistados têm no mínimo o terceiro grau concluído. Assim, quando cruzamos as informações sobre renda e escolaridade, percebe-se uma forte relação entre o nível de escolaridade e a classe de renda (ver Tabela 4), que sobre quanto maior for nível de escolaridade. Com isso, concluímos que a acumulação de capital cultural é unânime a aqueles que ascenderam economicamente, ou seja, houve aí uma capacidade em transformar o capital intelectual em renda.

Tabela 3 - Nível escolaridade de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Nível	%
Segundo grau	15
Terceiro grau	22
Pós-Graduação	32
Mestrado	24
Doutorado	7
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Tabela 4 - Escolaridade X Renda de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Classe (em s.m.)	Segundo grau		Terceiro grau		Pós-Graduação		Mestrado		Doutorado		Total	
	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)
5  — 10	-	-	1	11,1	1	7,7	-	-	-	-	2	4,8
10  — 15	3	50,0	1	11,1	2	15,4	1	10,0	-	-	7	16,7
15  — 20	-	-	1	11,1	3	23,1	2	20,0	-	-	6	14,3
20  — 30	3	50,0	6	66,7	4	30,8	6	60,0	3	75,0	22	52,4
Mais de 30	-	-	-	-	3	23,1	1	10,0	1	25,0	5	11,9
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>9</b>	<b>100,0</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>42</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Vale pontuar, entretanto, que a capacidade em transformar o conhecimento adquirido em renda passa por estratégias de sobrevivência que ultrapassa o fato de apenas adquirir uma certificação de nível superior. Os dados apontam para uma história de ascensão que vence um histórico de pobreza, da falta de oportunidades e da falta de preparo educacional, tendo como premissa ser a escola privada mais preparada materialmente para a formação do segundo grau.

Tabela 5 – Instituição de Origem do 2<sup>o</sup> grau x Instituição de Origem do 3<sup>o</sup> Grau - Indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Origem 2 <sup>o</sup> Grau	Instituição Pública		Instituição Privada		Total	
	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)
Pública	8	40,0	12	60,0	20	55,6
Privada	5	31,3	11	68,8	16	44,4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>	<b>23</b>	<b>100,0</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Tabela 6 - Trabalho durante formação superior - Indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Resposta	%
Sim	58
Não	42
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Podemos observar na Tabela 5 que o grupo é formado por uma maioria de pessoas que vieram da escola pública e foram obter o seu primeiro diploma de nível superior na instituição privada. Certamente pela necessidade de trabalhar no turno diurno, já que 58% dos entrevistados trabalharam durante sua primeira formação de nível superior. (ver Tabela 6)

## 4.2 IDENTIDADE DE RAÇA

As idéias sobre raça não nasceram em terras brasileiras, foram importadas de locais bem distantes e floresceram em terras estrangeiras para serem dilema permanente na história. Desde o século XV, a palavra “raça” já se fazia conhecida na França. Hoje, todas as línguas do mundo ocidental a têm no seu vocabulário. Porém, o que mais interessa para esse estudo é o conceito da palavra. Ou seja, o seu sentido histórico e específico em nossa sociedade. Portanto, esta pesquisa busca explorar o contexto intelectual em que surgiu a velha concepção de raça e evidenciar como a avalanche de conceitos e categorias que se metamorfosearam e operaram no campo ideológico<sup>5</sup>, de sorte a dificultar a compreensão e perversidade do racismo que ainda persiste nessa sociedade.

A definição da palavra “raça” tem dois sentidos, um biológico e outro social. A biologia e a antropologia física criaram a idéia de raças humanas, ou seja, de que a espécie humana poderia ser dividida em sub-espécies, tal como o mundo animal, e de que essa divisão estaria associada a um determinado grau de desenvolvimento, ou seja, valores morais e intelectuais.

No século XVIII, a palavra raça era primeiramente usada para a descendência comum de um conjunto de pessoas; as suas características distintivas eram dadas por consentimento e a categoria raça usava-se para explicar como as conseguiram. No século XIX, raça tornou-se um meio de classificar as pessoas por essas características, ou seja, erguia-se uma doutrina de que a humanidade se encontrava dividida numa série de tipos raciais distintos, concluindo que brancos e pretos eram espécies diferentes. O termo “raça” passa a significar uma qualidade

---

<sup>5</sup> Compreensão e desdobramentos no terreno marxista que Gramsci (1978) dá a esse conceito. A ideologia aqui é entendida como falsa consciência, mistificação, falsa realidade nas relações de domínio histórico entre as classes sociais. Este é o significado que Marx e Engels deram a este conceito ao fazer a crítica à burguesia, enquanto classe dominante do sistema capitalista, que busca difundir seus interesses, valores, sentimentos, visão do mundo e da realidade particular como sendo universal.

física inerente. Assim, embora a definição continuasse incerta, as pessoas começaram a acreditar que a humanidade estava realmente dividida em raças. Com isso, tinha-se de explicar a razão destas diferenças raciais.

Godoy (1988, p.3) afirma que segundo Alan Templeton, biólogo americano que estudou e comparou mais de oito mil amostras genéticas colhidas aleatoriamente de pessoas de todo o mundo, “não existem raças porque as diferenças genéticas entre as mais distintas etnias são insignificantes. Contudo, foi no Brasil que o mesmo aprendeu que o conceito de raça não é biológico, mas puramente cultural.”

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido por ele. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece como tema da sua ação. É deste outro, é o reconhecimento por este outro, que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida. (FANON, 1983, p. 176).

Para Carneiro da Cunha e Carvalho (1989, p. 44) “a cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste.”

Pensar a realidade de uma forma estática e sem interação com a sociedade abrangente, não permite apreender o seu curso descontínuo e assimétrico. Para Reitz (1980, p.15), primariamente, a persistência étnica de um grupo depende de atributos que possibilitam a sua coesão social. Isto supõe que os agentes concebam que essa coesão é “baseada na origem comum (que) existe e é mantida através do tempo.” O que não significa que as motivações culturais, nas quais se baseia, permaneçam inalteradas ao longo do tempo. Ao contrário, diz o autor, as transformações culturais correspondem ao processo de experiência dos membros que se referenciam na etnicidade para preservar-se como grupo (REITZ, 1980, p.18). Nesse sentido, os traços culturais têm validade como elemento coesionador, mas, não são esses traços culturais os únicos componentes da conformação étnica de um grupo. Reduzir a identidade a seu pressuposto cultural, é não observar os interesses políticos e ideológicos que envolvem os agentes sociais quando lançam mão da etnicidade como sinal diacrítico. Carneiro da Cunha detectou que os nigerianos assumiam posturas identitárias distintas, ao retornarem à sua terra, após serem escravizados no Brasil e outras partes do mundo, e, à luz do que observou, sustenta o seguinte:

a noção que se depreende é que a tradição cultural serve, por assim dizer, de ‘porão’, de reserva onde vão buscar, à medida das necessidades do novo meio, traços culturais isolados do todo, que servirão essencialmente como sinais diacríticos para identificação étnica. A tradição cultural seria, assim, manipulada para novos fins, e não uma instância determinante. (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p.88).

As próprias características étnicas de um grupo devem ser apreendidas em sua dinâmica. É o que sustenta Carvalho (1989), a partir das contribuições de Michael Moerman, que define a etnicidade como um elemento mutável, que poderá inclusive alterar a forma de identificação do grupo. O que coincide com o caso dos nigerianos que retornaram à África, estudados por Carneiro da Cunha (1986). A identidade negra, em Rio das Rãs, nessa perspectiva, não têm uma característica imóvel - é histórica e contextual. A categoria “preto” tinha um significado para os afro-brasileiros, no início do século, completamente diferente de como é apreendida nos dias atuais - antes era designação positiva de pertencimento e hoje é uma expressão carregada de sentido negativo. Daí Carvalho ressaltar o construto das etnias e seus símbolos como “realidades móveis [...]” (CARVALHO, 1989, p.14).

A partir dos estudos de Barth (1976), o que aproxima e torna consensual, na antropologia, a definição de identidade é o seu caráter contrastivo e situacional. O compartilhamento cultural, por essa perspectiva, seria uma resultante, não uma marca primária de identificação. E a sua manipulação, como sinal distintivo para tornar coeso o grupo, implica na seleção daqueles símbolos culturais que correspondem às necessidades dessa coesão. Por ter a identidade negra como essência, a sua contrastividade, isto é, a afirmação do nós diante dos outros (OLIVEIRA, 1986, p.5), um grupo, ao afirmar sua identidade, seleciona os sinais (cor da pele, idioma, religião, origem comum, etc.) que se configuram singulares diante dos signos dos outros grupos. “Quanto mais marcas houver e quanto mais claramente elas distinguirem os grupos, mais forte tenderá a ser a identidade étnica.” (TELLES, 1996, p.121-122). O que não exclui que o mesmo grupo possa compartilhar identidades similares a de outros grupos sociais.

A contrastividade e o seu caráter relacional em um dado contexto, deve-se agregar a percepção da diferença como critério básico de identificação. Para Barth (1976, p.15), “os traços que são levados em conta não são a soma de diferenças ‘objetivas’, e sim aquelas que os atores mesmos consideram significativos.”

No mesmo sentido Carneiro Cunha (1986, p. 116) ressalta que “esse é um processo recorrente na afirmação étnica: a seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo.”

Vale ressaltar a afirmação de Carvalho (1996, p.182) de que a identidade é um fenômeno político ou

é através de uma relação política que se constitui. [...] [...] a construção do presente por um processo contínuo de aprendizagem, de comunicação entre gerações das suas memórias, pela fala das suas diferenças históricas, é, também, falar dos seus direitos [e] da luta pelo reconhecimento desses direitos.

Enfim, a identidade racial pode ser entendida como uma dimensão da identidade social, relacionada ao fato de pertencer a um grupo étnico. Assim, essa identidade contém, além da sua dimensão social (coesão e organização social), uma natureza ideológica. O que consiste no uso simbólico dos aspectos culturais; através dele, um grupo procura intensificar sua coesão interna e reforçar aquilo que os distinguem dos outros grupos.

A criação da identidade negra é uma resposta à crise de valores e, ao mesmo tempo, instrumento de discurso de um grupo que está tentando adquirir status e cidadania. Nesse sentido, esta identidade tem aspectos racionais e irracionais, sendo impulsionado pela cabeça ou pelo estômago.

Pertencer a um grupo étnico nunca irá definir inteiramente uma personalidade. Ou seja, em alguns momentos, os indivíduos são infiéis a algumas características do grupo. Pois em situações complexas como a grande cidade onde há o contato com outros estilos de vida, modas e diversidades, a identidade étnica cria-se também em relação com a redefinição das outras identidades sociais, fundadas sobre diversos aspectos.

Uma outra abordagem dos estudos das relações raciais parte da afirmativa de Marx (1965), quando o mesmo dizia que as idéias dominantes de qualquer época não são mais que a expressão ideal da relação material dominante. Nessa, a raça é entendida como uma idéia política originada pela estrutura econômica. Raça pode ser vista como idéia propagada pela classe dirigente ou como uma mera idéia política.

Em Banton (1977), a ciência social contemporânea vê a raça, a nação e a classe como grupos sociais, ou seja, como processo pelo qual os indivíduos se juntam uns aos outros para formar tanto coligações como facções. Este processo social de alinhamento está inter-relacionado com um processo psicológico pelo qual os indivíduos são condicionados a identificar-se com os outros e a apreender o mundo social em termos de associações em que participa. Há muitas características que associam às diferenças raciais e que depois são transmitidas ao longo das gerações como parte de um processo cultural. Nessa categoria entram não só juízos desfavoráveis relativamente a outros como também os modos como os indivíduos concebem os seus próprios grupos.

Em conformidade com Banton (1977, p. 18), “as relações raciais têm de ser entendidas não como resultado de qualidades biológicas, mas como o modo de os indivíduos em diferentes situações alinharem com aqueles que percebem como aliados, em oposição a outros.”

Atualmente, os discursos intelectuais, os meios de comunicação ou mesmo as manifestações de grupos fazem cada vez mais referência à identidade étnica. O confronto identitário acirrado pelo processo de globalização da economia vem fomentando reivindicações mundo à fora. Na França e Espanha, os bascos reivindicam sua autonomia política. Na ex-Iugoslávia, há conflitos entre sérvios e croatas; e na Holanda, ocorre o embate entre católicos e protestantes (MUNANGA, 2002, p. 11).

Onde houve escravidão, houve resistência. Reis e Gomes (1996) observam que, mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. O tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão foi a fuga e formação de grupos de escravos fugidos, denominados: *palenques*, *cumbes* (na América espanhola); *maroons* (na América inglesa); quilombos, mocambos (no Brasil).

No período escravista, a resistência estava associada à identidade negra, ou seja, uma forma de manter preservados os padrões culturais de um povo. Após a abolição da escravatura (1888), a questão do negro e, em especial, dos remanescentes de quilombos, em todo território nacional, ficou invisível. Sobre a invisibilidade simbólica e

social do negro pode-se fazer duas leituras. A primeira, de Oliveira Júnior (1996), mostra a invisibilidade como estratégia do Estado e da sociedade brasileira no sentido de obstruir a diversidade étnica de populações negras, processo herdado do regime escravista. Já a segunda, de Carvalho (1996, p. 46), afirma que foi uma estratégia dos negros para sobreviver. Nesse caso, a sobrevivência pela invisibilidade exigiu das comunidades negras, em muitos casos, uma ausência quase total de trocas com a sociedade abrangente.

Nesta última perspectiva, a exigência de invisibilidade está sendo abandonada. Hoje, as comunidades rurais negras, para sobreviverem, necessitam se inserir no sistema de mercado. Algumas comunidades negras não só querem sair do isolamento como querem reconhecimento de seus valores culturais, fazendo surgir o conceito de remanescentes de quilombos.

Para O'Dwyer (1995), a identidade étnica, tanto na Amazônia como em outras realidades regionais, emerge num contexto de luta em que os negros resistem às medidas administrativas e ações econômicas através de uma mobilização política pelo reconhecimento do direito às suas terras. Almeida (1997) refere que, nos pleitos e reivindicações, o dado étnico conjuga-se e, por vezes se sobrepõe, à condição camponesa, constituindo-se, juntamente com os critérios relativos à consciência ecológica e aos vínculos locais profundos, numa das características elementares dos “novos movimentos sociais”.

Essas práticas recolocam em pauta não apenas a garantia de livre acesso aos recursos naturais básicos, mas, sobretudo, o reconhecimento formal de suas identidades coletivas, de seus territórios efetivamente ocupados, das normas consuetudinárias e atos cotidianos que disciplinam o uso comum da terra e o manejo dos demais recursos. Sob esse aspecto, os quilombos não são mais abordados pela questão racial, mas consistem num instrumento através do qual se organiza a expressão político-representativa necessária à constituição, ao reconhecimento e à fixação de diferenças intrínsecas a uma etnia. Desse modo, o conceito de etnia não é mais definido pelos critérios naturais de nascimento, tribo, religião, mas é construído também a partir dos conflitos sociais.

Quando se trata do negro da classe média, o senso comum, como em algumas literaturas acadêmicas, sempre enfatiza o embranquecimento social do negro. Para Souza (1983), em pesquisa pioneira sobre a emocionalidade do negro em ascensão no Rio de

Janeiro, o caminho de ascendência do negro passa pela tentativa de assemelhar-se ao branco, ou seja, incorporar comportamentos e valores aceitos pelos brancos. Nesse processo, o negro fragmenta sua identidade desestruturando a solidariedade do grupo. Ou seja, a história de ascensão do negro seria a história de negação da identidade negra.

Entretanto, a pesquisa realizada no bairro da Pituba demonstra uma realidade contrária a encontrada por Souza (1983). Utilizando a auto-identificação como forma de investigar como esses negros de renda média constroem sua identidade, questionamos como se classificavam em termos de cor e qual melhor termo para se referir a eles. Obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 7 – Auto-identificação de cor - Indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Resposta	%
Branco(a)	2,44
Pardo(a)	46,34
Preto(a)	51,22
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Tabela 8 – Termo que melhor referencia - Indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Resposta	%
Negro (a)	68,29
Moreno (a)	29,27
Mulato (a)	2,44
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Podemos verificar que enquanto a maioria se identifica com a cor Preta (ver Tabela 7), o mesmo termo é, contraditoriamente, rejeitado quando o assunto é a referencia que se quer ter das outras pessoas (ver Tabela 8). Na maioria dos comentários, os entrevistados relacionavam o termo Preto com algo “pejorativo”, relacionado à inferioridade. Essa situação talvez esteja relacionada ao reconhecimento de que, ao menos para esse grupo, o termo “negro” tenha um significado social mais relevante, ligado a uma categoria política que faz referencias a pessoas com mesma origem e compartilhem alguns aspectos culturais.

Segundo Guimarães (2003), a expressão negro, preto e mulato, foram atribuídos pelos senhores de engenho, que distinguia o negro do preto. O preto era o escravo submisso,

enquanto o negro era o quilombola, fugitivo, aquele que representava perigo à ordem social. Assim, com o passar do tempo, o termo negro passou a ser associado à violência, assumindo conotações pejorativas. No entanto, o termo foi paulatinamente sendo ressignificado pelas associações negras deixando de ser algo negativo, o que, ainda segundo Guimarães (2003), foi consequência de uma revolução identitária ocorrida desde o final do século XIX até meados do século XX em nível mundial. Nesse período, o nome da maior associação negra da época (Frente Negra Brasileira) já incorporava a nova nomenclatura. A instituição visava, além de outras coisas, preparar o negro para enfrentar o preconceito de cor, o que passava pelo esquecimento da imagem de inferioridade. Assim, foi a partir desses acontecimentos que a categoria política negro ganha força.

## **5 DISCRIMINAÇÃO X MOBILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA**

Desde abril de 1500, o Brasil nunca mais se viu livre da discriminação que nasceu com ele. Tudo começou com os índios, passando pelos negros escravos e alcançando os nossos dias, com a discriminação dos pobres, deficientes físicos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes entre outros. Mas de todos os excluídos, os negros, com toda a certeza, foram os que mais sofreram, pois além do preconceito recaia sobre seus ombros todos os malês ocasionado pelo racismo. Junto com os indígenas, foram as grandes vítimas no “Novo Mundo”, vivendo agonias e sofrimentos, participando de lutas, morte e martírio, em busca da libertação da horrível escravidão que lhes foi imposta. Segundo Hasenbalg (1979) durante os três primeiros séculos de história de nosso país, foram trazidos para cá, como escravos, mais de três milhões de africanos, os quais, através da força do seu trabalho, acumularam riquezas que hoje formam o patrimônio das atuais elites econômicas brasileiras.

A base da economia e da riqueza no Brasil Colônia estava no trabalho escravo. O Brasil foi o último país da América a abolir o terrível regime escravista, no ano de 1888 (ver Tabela 9), ato que condenou a Monarquia e abriu as portas para a República. Na época, o trabalho assalariado livre já despontava como o mais adequado à sociedade industrial em formação. Os negros, que em sua grande maioria não tinham outro trabalho a não ser o braçal, se viram, repentinamente, sem labor ou onde morar, pois sua permanência nas terras do antigo senhor de escravos não era mais possível, transferindo para o novo processo de produção o papel de expulsá-los agora do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o Brasil abriu suas portas à mão de obra imigrante, principalmente de pessoas vindas da Europa, abandonando deliberadamente os ex-escravos negros, em sua grande maioria, deixando-os marginalizados, sem trabalho e sem acesso à escola, refugiados em quilombos, favelas, mocambos e palafitas. Os negros foram declarados livres e, após a alegria inicial, descobriram-se sem teto, trabalho e

meios de sobrevivência. Mas a marginalização não acabou, pois sua discriminação ganhou outras perspectivas (FIGUEIREDO, 2005).

Tabela 9 - Data de Abolição da Escravidão na América Latina e Caribe

País	Ano
Haiti	1803
Chile	1823
Federação Centro-Americana	1824
México	1829
Ilhas do Caribe Britânicas	1834
Guiana Britânica	1834
Uruguai	1846
Ilhas do Caribe Francesas	1794 - 1802/1848
Guiana Francesa	1794 - 1802/1848
Colômbia e Panamá	1850
Equador	1852
Argentina	1853
Venezuela	1854
Peru	1855
Bolívia	1861
Ilhas do Caribe Holandesas	1863
Guina Holandesa	1863
Paraguai	1870
Porto Rico	1878
Cuba	1886
Brasil	1888

Fonte: Appiah e Gattes Jr. (1999, p.6).

Segundo Moura (1977), o negro foi “naturalmente” e “informalmente” segregado, mantido em posição subalterna com restritas possibilidades de ascender na sociedade. A proximidade da abolição, o aumento de fuga de escravos e o aumento do número de imigrantes na cidade, jogavam os negros cada vez mais para as áreas suburbanas das cidades. Além disso, a representação simbólica dos negros não cabia no processo de expansão urbana que seguia os moldes europeus.

O negro e o mulato foram elementos das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e serviços, fortalecendo-se de modo severo à tendência a confiná-lo a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas (MOURA, 1977).

Tal raciocínio é reforçado por Andrews (1998). Segundo o autor, na virada do século XIX poucos imigrantes traziam experiência de trabalho da indústria ou até mesmo do estilo de vida urbana, suas habilidades eram adquiridas no próprio trabalho. Portanto, a opção pela mão-de-obra imigrante seria mais do que uma escolha técnica seria uma escolha política.

Retornando ao passado, percebemos que o racismo baseado na inferioridade humana foi um erro histórico bem mais amplo que pensamos. Segundo Silveira (1999), após a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948, e ainda sob o impacto da brutalidade nazista, a Unesco publicou estudos de cientistas de todo o mundo que desqualificaram as doutrinas racistas e demonstraram a unidade do gênero humano. Desde então, a grande maioria dos próprios cientistas europeus reconheceu o caráter discriminatório da pretensa superioridade racial do homem branco e condenou as aberrações cometidas em seu nome.

Segundo Banton (1977), o século XIX foi testemunha de dois movimentos contraditórios no pensamento racial. De um lado, os movimentos abolicionistas triunfaram por todo o mundo do Atlântico Norte e, finalmente, até o Atlântico Sul. No entanto, nesse momento em que a escravidão recuava sob o impacto das mudanças econômicas e da pressão moral, pensadores europeus ocupavam-se em sistematizar as teorias das diferenças raciais inatas. Um corpo de pensamento sistemático que postulava a inferioridade do não-branco não existia na Europa de 1800, todavia, por volta de 1860, essas teorias obtiveram o consentimento da comunidade científica e a plena aceitação por parte de líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa. “Não há no século XIX qualquer idéia clara e definida de raça.” (BANTON, 1977, p.15).

Assim, foi que no curso do século emergiram três escolas principais que teorizavam a raça e o racismo. A primeira foi a escola etnológica, que sistematizou sua formulação filosófica nos Estados Unidos, nas décadas de 40 e 50. Essa escola pretendia sustentar a criação das raças humanas através das mutações diferentes das espécies. Seus estudos sobre medidas cranianas de múmias egípcias concluíram que as raças humanas tinham sempre exibido diferenças fisiológicas em sua conformação racial-genética. Ofereciam, na realidade, uma nova versão da antiga hipótese poligenista da criação do homem. A base do seu argumento era que a pretendida inferioridade da raça negra podia ser correlacionada com suas diferenças físicas em relação aos brancos; e que tais diferenças eram resultado direto da sua

criação com espécies distintas. Assim, a superioridade branca recebia uma base científica para se tornar um fato indiscutível. Contudo, essa linha de reflexão foi derrubada pela teoria de Darwin. Por outro lado, ao peso da evidência científica que ela reuniu, indicando diferenças físicas e mentais, revelou-se duradoura, se estendendo à Inglaterra e Europa. Foi nesse momento que linhas teóricas como a de Louis Agassiz, partidário dos etnógrafos, influenciou diretamente na geração do pensamento racista brasileiro, difundindo tais idéias às elites (BANTON, 1977).

Outra escola histórica, representada por Gobineau, que emergida nos Estados Unidos e Europa, também influenciou diretamente no Brasil. Esses pensadores partiam da hipótese de que as raças humanas podiam ser diferenciadas uma das outras. Explicavam a história como uma sucessão de triunfos das raças, dentre as quais a anglo-saxônica era superior. A abordagem cresceu com o culto do arianismo, onde tudo era bem sustentado por elaboradas monografias históricas (BANTON, 1977).

A terceira escola do pensamento racista era o darwinismo-social. Que, embora diferisse de maneira singular da escola etnográfico-biológica, as duas acabaram por mostrar-se conciliáveis. A tese do darwinismo só podia ser aceita com o abandono da hipótese poligenista, já que Darwin defendia um processo evolutivo que, por definição, começava com uma espécie única, vendo a negra como uma raça iniciante.

Chatterton-Hill (1907 apud BANTON, 1977), mostra que os conceitos básicos do darwinismo social, segundo Chatterton-Hill (1907), são quatro. Primeiro, variabilidade: não há dois seres vivos iguais. As espécies se modificam ao longo do tempo, de modo que não existem tipos permanentes. Segundo, hereditariedade: as características individuais não são adquiridas por adaptação, mas sim herdadas dos antepassados. Este princípio limitava o poder do indivíduo para realizar determinadas tarefas. Terceiro, fecundidade excessiva: defendiam que eram gerados muitíssimos mais organismos que os necessários para a manutenção e expansão da espécie. Quarto, seleção: a tese de que certos indivíduos, por causa de variações acidentais, se veriam favorecidos pelo processo seletivo.

Entre 1888 a 1914, a teoria da superioridade ariana era aceita como fato de determinismo histórico pela elite intelectual do Brasil. Levando inclusive alguns escritores a endossar a teoria da superioridade européia e da degenerescência portuguesa como sendo os

mais atrasados da Europa. A aplicação da teoria ariana aos africanos servia como uma luva, pois “ariano” podia ser prontamente traduzido por “branco”. As obras social-darwinistas tinham grande influência no Brasil, já que tentavam aplicar as suas teorias à situação nacional. Onde a única “peça” que não se encaixava da trama social eram os mulatos, resultado da união entre brancos e pretos ou índios.

Os que pregaram o nacionalismo no século XIX estavam ansiosos por juntar em unidades políticas singulares os povos que eles pensavam ter uma origem comum. Os grupos intermediários e as minorias nacionais destruíram este esquema. Em vez de serem eliminados de um ou outro modo, estes grupos multiplicaram-se e tornaram-se mais significativos. (BANTON, 1977, p. 17-18).

Assim sendo, essas três escolas do pensamento racista influenciaram sobremaneira os brasileiros que teorizavam sobre o “problema racial”. A vulnerabilidade às doutrinas vindas do exterior tornou-se pano de fundo à prática racista em toda a América latina. O racismo científico foi, segundo Silveira (1999), uma força estruturante, referência fundamental na montagem de uma esquema industrial de entretenimento, controle da opinião e formação do consenso, onde novos e complexos mecanismos burocráticos de integração, enquadramento e discriminação, bem adaptados às novas condições, tornaram-se operativos.

Nos estudos mais contemporâneos sobre ascensão econômica e social do negro visto mais adiante, a discriminação racial<sup>6</sup> é, consensualmente, o maior obstáculo para a população ascender. O imaginário social brasileiro se habituou a ver o negro apenas como pobre e desprovido de inteligência. Quando a diferença de riqueza entre brancos e negros toma dimensões abissais, a cor conta menos. Porém, quando os negros começam a querer ser classe média, quando eles passam a competir pelas mesmas coisas, a querer ascender socialmente é que começa a desencadear o processo de segregação racial, tornando suas perspectivas de futuro frustradas, ou seja, reconhecer que uma possibilidade pode se tornar inviável para um negro, limitando suas possibilidades, já que nem sempre o capital cultural acumulado pelos negros pode ser convertido em posição social.

A constatação acima é reforçada pelos dados das entrevistas realizadas entre negros que hoje vivem num bairro de classe-média como o da Pituba. Quando perguntado se já sofreram discriminação racial, 71% responderam afirmativo, o que demonstra o caráter atual e

---

<sup>6</sup> Distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outro campo da vida pública.

persistente do preconceito, que até hoje faz parte do cotidiano das pessoas (ver Tabela 10). Entretanto, o fato de existir 29% de pessoas que admitiram nunca ter sofrido discriminação racial pode ser consequência do mito da democracia racial e do modelo racial brasileiro que por ter um caráter difuso, normalmente se manifesta de forma velada, muitas vezes é confundido com preconceito de classe. No entanto, como demonstra a Tabela 11, a maioria é favorável às cotas universitárias, ou seja, reconhecem o prejuízo acumulado pelos negros no processo de ascensão social.

Tabela 10 – Discriminação racial sofrida por indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Resposta	%
Sim	71
Não	29
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Tabela 11 – Opinião em relação às cotas universitárias, de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007 em relação às cotas universitárias

Resposta	%
Favorável	73
Não Favorável	27
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Ainda sobre discriminação racial, a Tabela 12 confirma que a maioria dos entrevistados discute sobre o assunto na família. Muitos afirmaram que apesar de não ser um hábito comum, o tema é sempre discutido em reuniões familiares. Acreditamos que a ausência da discussão do tema nas famílias dos 24% entrevistados atrasa a construção da identidade negra, fazendo com que essa descoberta ocorra, muitas vezes, de forma traumática fora do leito familiar como na escola. Nesse sentido, acreditamos que como a maioria desses negros da classe-média teve a oportunidade de discutir as questões raciais na família, foi possível criar uma auto-imagem afirmativa que pudesse impor resistência.

Tabela 12 – Abordagem da discriminação racial na família de indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Resposta	%
Sim	76
Não	24
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

A imagem estereotipada do negro, desde que chegou ao Brasil, foi construída e reforçada cotidianamente nas escolas e na mídia. Queiroz Júnior (1975), em estudo da representação da mulata na literatura brasileira, constatou que essa expressão artística colaborou muito para a solidificação do estereótipo da mulata, retratada com atributos de sensualidade, beleza e ao mesmo tempo, irresponsabilidade, amoralismo e infidelidade. Sempre ocupando lugares e papéis secundários, reflexo da posição de “inferioridade” que ocupava na estrutura social.

Na década de 1960, Pereira (1987), examinando a imagem do negro no rádio, constatou a construção de um negro caricatural. Modelada a partir de estereótipos fundados em padrões estéticos como “feio”, “macaco” e “tição” ou a partir do seu baixo *status* social e devassidão moral como “malandro”, “mau caráter”; ou ainda, referidos a determinadas qualidades positivas como talento musical, esperteza, ingenuidade.

Segundo Sodré (1999), as telenovelas não refletiam a composição étnica do país. Nas novelas, há um reforço dos estereótipos clássicos dos negros: empregadas, jagunços, malandros, criados, mordomos, pobres, favelados e marginais. Como as telenovelas têm grande audiência, elas dialogam com o imaginário popular e têm um caráter de verossimilhança, pois encontram uma “comunidade de sentidos” que faz com que os casos apresentados por ela se pareçam com a vida real. Assim, as telenovelas, historicamente, não contribuíram para uma identidade positiva do negro. Nelas, o racismo também é tratado como tabu. O ideal de branquitude, enfatizado pelas novelas, valoriza os traços brancos como único referencial de beleza. Sendo assim, ao não dar visibilidade à composição racial do Brasil, acaba exercendo uma “negação da diversidade racial”.

Os estudos sobre a população negra brasileira, principalmente após a década de cinquenta, privilegiaram o contexto urbano e enfatizaram as questões do preconceito racial e da mobilidade social. Nina Rodrigues e seus discípulos foram os precursores dos estudos sobre a cultura negra no Brasil. Posteriormente, Gilberto Freyre em 1933 e 1936 empreendeu uma história social das relações entre brancos e negros no país. No entanto, podemos dizer que foi Donald Pierson (1945) que inaugurou uma tradição disciplinar de estudos sobre relações raciais brasileiras.

A influência da Escola de Chicago orientou-o para a preocupação quanto à assimilação cultural do negro à sociedade moderna e urbana. Para Pierson (1945), os grupos raciais ou étnicos seriam grupos de pertença identitária desvendados a partir da autoclassificação dos indivíduos. Os grupos de cor seriam meros epifenômenos das classes sociais. Para ele não poderia haver no Brasil discriminação de raça, mas apenas discriminação de classe, uma vez que o país havia sido bem sucedido em desfazer as castas raciais da escravidão e em estabelecer uma sociedade multirracial de classes. No país, os grupos de cor pertenceriam a uma ordem de classe e não a uma ordem de casta, conseqüentemente seriam grupos abertos, mais ainda, no sentido estrito sequer seriam grupos por que aos seus membros faltaria consciência coletiva. Sob esta ótica, a raça não se definiria somente pela cor, mas também por critérios sociais como riqueza e educação. A cor, enquanto categoria nativa seria algo mais que a pigmentação, mas também um certo tipo de características físicas (como tipo de cabelo) e traços fisionômicos.

Marvin Harris (1974), Oracy Nogueira (1985; 1998), Thales de Azevedo (1966; 1996) e Florestan Fernandes (1965; 1972; 1988) tomaram como ponto de partida para suas análises a posição de Pierson (1945). Marvin Harris (1974) aceitou as raças como categorias nativas de pertença identitária negando-lhes o estatuto de grupos sociais. Segundo este autor, os fatores demográficos e econômicos peculiares ao desenvolvimento do país forçaram as elites a definir seus privilégios a partir de uma linha de classe, abandonando uma linha de cor. Para Harris (1974), não fazia sentido falar em discriminação no Brasil, uma vez que inexistia uma regra clara para a pertença a grupos raciais ou de cor, e na medida em que as diferenças de *status* e de classe são suficientes para manter a dominação de uma elite branca. Para ele, assim como para Pierson (1945), o caso brasileiro era sempre contrastante numa problemática universalista das relações raciais.

Nogueira (1985) situa o preconceito racial brasileiro como um preconceito de marca (cor) e não de origem (raça) posicionando-se no campo da teoria do preconceito racial. Para ele, nós conheceríamos um preconceito racial diferente do norte americano que teria conseqüências menos graves sobre as oportunidades de vida de pretos e mulatos.

Azevedo (1966) redefine a natureza do grupo de pertença dos negros, deslocando-o da classe para o grupo de *status*. A inovação deste autor consiste em teorizar a transição do Brasil colonial e arcaico para um Brasil moderno e capitalista, em termos de uma passagem de uma sociedade de *status* para uma sociedade de classes. Entretanto, a associação entre *status* e cor permanece intacta nessa transição. Para ele há um círculo de relações pessoais, definido a partir da cor e da origem familiar, que configura uma verdadeira comunidade de *status*, fazendo dos brancos, ricos e dos pretos pobres. Segundo este autor, a cor no Brasil, além dos traços já identificados por Pierson (1945), incluía marcas não corporais, como vestimentas, modo de falar e boas maneiras.

A análise de Fernandes (1965; 1972) sofrerá também grande influência de seu contato com Roger Bastide em 1955 e Van den Berghe (1967). Este último entendia que as relações raciais em países com passado escravista seriam herdeiras de relações de castas. O caso brasileiro é concebido como uma formação paternalista em oposição às formações competitivas identificadas nos EUA e na África do Sul (BARCELLOS, 1996).

Prado Júnior (1965) afirma a existência do preconceito racial e por conseqüência reconhece implicitamente a sobreposição de duas ordens: econômica e racial. Desta maneira ele abre a possibilidade teórica de analisar empiricamente as relações entre essas duas ordens que serão exploradas por Azevedo (1966) e o próprio Fernandes (1965; 1972).

Na obra deste último, o preconceito racial existente no presente seria uma tentativa das oligarquias dominantes, da elite branca e não do povo, de preservar os privilégios de uma ordem social arcaica, fundada no prestígio de posições herdadas, opondo-se às novas relações sociais próprias de uma ordem social competitiva. Trata-se, na verdade, de uma passagem incompleta à ordem social competitiva que preservou o padrão de relações raciais do período escravocrata. Haveria uma confluência de barreiras de classe e de cor à mobilidade social e a integração do negro nesta nova ordem. Para Fernandes (1955; 1972), assim como nos estudos desenvolvidos por Fernandes e Bastide (1955), os grupos raciais eram fenômenos da estrutura

social, locais definidos numa estrutura de posições. O preconceito racial brasileiro se revestiria de um caráter oculto, pois o branco que ocupa uma posição social superior não reconhece no negro um competidor, mas alguém inferior que está deslocado de lugar. Perdurava o antigo modelo de absorção gradativa dos elementos de cor que se identificassem e se mostrassem mais leais aos valores e interesses dos círculos dirigentes da raça dominante.

Essa orientação alimentou a ilusão de que as relações entre brancos e negros se adaptavam à nova ordem social democrática - o mito da democracia racial. Esse mito se torna um sistema de referência consistente com o regime republicano. Atribuía-se ao negro a sua sorte, ao mesmo tempo em que isentava o branco de sua responsabilidade para com este após a abolição da escravatura. Reforçou-se assim a forma de avaliação das relações entre brancos e negros através de sinais exteriores e aparentes das interações e ajustamentos raciais, fazendo com que se pensasse que o negro não tem problemas no Brasil, uma vez que inexistem distinções raciais e que as oportunidades de prestígio e riqueza foram indistinta e igualmente acessíveis a todos durante a expansão urbana e industrial de São Paulo (local escolhido por Fernandes (1965) para desenvolver sua análise). Portanto, não haveria motivo para o preto estar insatisfeito com a sua condição de vida, já que o único problema de justiça social que lhe tocava havia se resolvido com o fim da escravidão.

A fábula da democracia racial, no entanto, não pode ser utilizado pelos negros como forma de promover o desenvolvimento nas relações raciais, visto que ele não se constituiu como um ideal da sociedade, mas como uma falácia que buscava encobrir e adiar as mudanças no padrão de interações entre brancos e negros. Pois, como bem define Sansone (1996), toda e qualquer comparação das relações raciais traz implícita ou explicitamente o olhar do pesquisador que é composto por, pelo menos, três elementos: sua agenda político-cultural, a tradição colonial de seu próprio país e a sua consciência étnica. Nesse sentido, ele acredita que muitos dos pesquisadores americanos que estudaram as relações raciais brasileiras buscavam, sobretudo, respostas para os problemas enfrentados no seu país de origem. Vendo o negro brasileiro como depositário de algo que é essencialmente africano e que no contexto cultural brasileiro tende a se miscigenar.

Segundo Abranches (1999, p.35), cientista político, essa desigualdade tem quatro pilares no Brasil: “a segregação racial, a discriminação das mulheres, os privilégios conferidos pelo Estado aos mais ricos e a inflação prolongada”. Assim, percebemos que a

desigualdade que separa negros de brancos é um fenômeno de longa duração, de natureza estrutural e que tem raízes profundas na origem do escravismo. Um processo ideológico resultante da necessidade de depreciação da sua força de trabalho, e não uma etapa do processo e formação de uma comunidade.

## 5.1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E RENDA

As pesquisas realizadas pelo IBGE e Dieese mostram uma realidade mais precária enfrentada pelos negros no mercado de trabalho, em comparação com a enfrentada pelos não-negros, quando se consideram dados como as taxas de desemprego, a presença nos diferentes postos de trabalho e os valores dos rendimentos, entre outros. Os dados estatísticos aqui analisados revelam quão camuflado é o racismo brasileiro, desmistificando a tão “democracia racial”.

[...] o mercado de trabalho é uma das esferas em que se distingue com mais clareza a eficiência dos mecanismos discriminatórios no Brasil, assim como seu modo sutil de operar. Pois, ocultado por fatores aparentemente objetivos, derivados de novas e tradicionais exigências produtivas, velhas questões permanecem: os indivíduos negros estão sujeitos mais ao desemprego, permanecem mais tempo nesta situação e, quando tem trabalho, lhe são reservados postos de trabalho de menor qualidade, status e remuneração [...] (DIEESE, 2001, P.127-128).

Apesar de representarem 41,13% do total da População em Idade Ativa (PIA) segundo Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a proporção de assalariados negros e não-negros em ocupações de direção e chefia mostram níveis de desigualdade de oportunidades, além de variações regionais, quando se comparam os resultados para as seis regiões metropolitanas pesquisadas. Na região de Salvador, os negros eram a grande maioria 82,4% da PIA, seguida por Recife 65,2%, Distrito Federal 58,8%, Belo Horizonte 53,3%, São Paulo 31,4% e Porto Alegre 10,4% (DIEESE, 2001, p.129).

Os dados acima nos revelam o processo histórico de formação econômica e social, no qual os grandes latifúndios, fundamentados pelo trabalho escravo, concentravam em sua maioria na região nordeste do Brasil. Portanto, explica-se a maior concentração da população negra nestas regiões. Outra informação que fica evidente é a participação superior dos negros nas idades entre 10 a 24 anos e também acima dos 40 anos de idade, já que a PIA compreende as idades entre 10 e 40 anos ou mais. Já nas idades considerada mais produtiva pelo mercado

(de 25 a 39 anos) os “não-negros” aumentam a sua taxa de participação no mercado de trabalho, chegando a ser maior em relação aos negros em Recife, Salvador e São Paulo.

Tabela 13 – Taxas de participação da PIA específica segundo cor e faixa etária Regiões metropolitanas – ano 1999 (em %)

Regiões	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	Faixa Etária	Total	Negra	Não-Negra	Total	Negra	Não-Negra	Total	Negra
<b>Total</b>	<b>57,2</b>	<b>57,9</b>	<b>56,4</b>	<b>62,0</b>	<b>62,7</b>	<b>60,9</b>	<b>58,3</b>	<b>59,5</b>	<b>58,2</b>
10 a 15 anos	7,4	8,0	6,5	6,4	6,9	5,6	7,7	(1)	7,4
16 a 24 anos	67,3	69,8	64,3	68,1	69,7	65,6	69,6	69,0	69,7
25 a 39 anos	79,8	79,5	80,2	85,4	85,9	84,7	82,0	82,7	81,9
40 anos e +	50,8	52,0	49,6	57,8	59,0	56,3	53,0	56,4	
Regiões	Recife			Salvador			São Paulo		
	Faixa Etária	Total	Negra	Não-Negra	Total	Negra	Não-Negra	Total	Negra
<b>Total</b>	<b>54,0</b>	<b>54,3</b>	<b>53,5</b>	<b>62,0</b>	<b>60,7</b>	<b>57,8</b>	<b>58,3</b>	<b>59,5</b>	<b>58,2</b>
10 a 15 anos	9,1	9,8	7,7	9,9	10,4	(1)	7,7	(1)	7,4
16 a 24 anos	60,1	61,6	57,2	66,6	68,0	59,0	69,6	69,0	69,7
25 a 39 anos	77,2	76,8	78,0	84,4	84,3	85,1	82,6	82,1	82,8
40 anos e +	49,0	49,9	47,6	56,0	57,3	51,2	55,9	61,2	54,1

Fonte: DIEESE (2001, p.131).

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Assim, percebe-se que negros tem uma maior participação no mercado de trabalho nas faixas etárias mais extremas, antes dos 16 anos e depois dos 40 anos de idade, o que evidencia a necessidade desta população se inserir na infância no mercado de trabalho e, por outro lado, de permanecer por muito mais tempo do que os “não-negros” trabalhando. Podemos afirmar também com esses dados, que quanto mais cedo o trabalhador se insere no mercado, menos tempo existe para o investimento em educação de qualidade, o que contribui de forma negativa para que este permaneça em ocupações precárias por muito mais tempo. Auferindo rendimentos abaixo do mínimo necessário a uma existência digna.

Colaborando com os dados acima, em outra pesquisa realizada em 2001, o Dieese considerando diferentes ramos de atividade, demonstra que a proporção de pretos e pardos ocupados é maior nos ramos agrícola, construção civil e prestação de serviços, enquanto os brancos estão mais presentes na indústria de transformação, no comércio de mercadorias, na área social e na administração pública como mostra a Tabela 14. Quanto à posição ocupada no trabalho, 13,7% dos pretos e 9,1% dos pardos trabalham, por exemplo, em serviços domésticos, enquanto a proporção de brancos na mesma posição é de 6,3%. Por outro lado, em regime estatutário e como empregadores, há mais brancos (7,3% e 5,8%, respectivamente) do que pretos (6,1% e 1,3%) e pardos (5,3% e 2,3%).

Tabela 14 – População ocupada, segundo ramo de atividade, por cor (em %) Brasil – 2001

Ramos de Atividade	Branca	Preta	Parda
Agrícola	16,1	17,5	27,5
Indústria de transformação	14,1	11,2	10,1
Indústria da construção	5,3	10,0	7,7
Outras atividades industriais	1,0	1,3	1,3
Comércio de mercadorias	15,6	11,4	12,7
Prestação de serviços	18,9	27,2	20,9
Serviços auxiliares da atividade econômica	5,6	3,2	2,7
Transporte e comunicação	4,4	4,0	3,9
Social	11,5	8,4	7,7
Administração pública	5,2	4,4	4,3
Outras atividades	2,3	1,3	1,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE. PNAD (2001).

Mais recentemente, nas seis regiões metropolitanas analisadas pelo Dieese, embora haja diferenças de região para região, as taxas de desemprego são maiores entre os negros do que entre os não-negros. Em Salvador, onde são encontradas as maiores taxas em ambos os casos, 29,0% dos negros encontram-se desempregados, enquanto a taxa entre não-negros é de

19,9%. Em São Paulo, essas taxas são de 23,9% e 16,7%, entre negros e não-negros, respectivamente. Além disso, as mulheres, tanto negras como não-negras, têm taxas de desemprego superiores às médias, em todas as regiões pesquisadas, enquanto as taxas entre os homens, tanto negros como não-negros, são sempre inferiores às médias. Entre os quatro grupos, as mulheres negras têm as maiores taxas de desemprego e os homens não-negros, as menores (Tabela 15).

Tabela 15 – Taxas de desemprego total, por sexo e cor Regiões metropolitanas (%) Brasil – 2002

Regiões Metropolitanas	Negros			Não-Negros		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	<b>19,9</b>	22,4	17,9	<b>16,1</b>	19,9	12,8
Distrito Federal	<b>23,0</b>	25,2	21,0	<b>17,2</b>	21,2	13,3
Porto Alegre	<b>22,7</b>	24,7	20,8	<b>14,9</b>	17,9	12,5
Recife	<b>22,4</b>	25,8	19,8	<b>19,1</b>	23,3	15,3
Salvador	<b>29,0</b>	32,0	26,2	<b>19,9</b>	21,9	17,9
São Paulo	<b>23,9</b>	27,4	21,0	<b>16,7</b>	20,1	14,0

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Extraído de DIEESE (2006).

Notas: Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2002.

Negros inclui pretos e pardos. Não-negros inclui brancos e amarelos

A situação acima não é recente, segundo Pesquisa sobre padrões de vida 1996 - 1997, (IBGE, 1998), os dados da distribuição dos empregados segundo os direitos sociais e benefícios recebidos mostram que a porcentagem de empregados negros e pardos que recebem vale-transporte, vale-refeição e férias é inferior à de brancos, sendo que a situação se inverte apenas no caso do auxílio-moradia. Por exemplo, enquanto 29,84% dos trabalhadores brancos recebem vale-transporte, a porcentagem no caso de pretos e pardos é de 11,80%. Nesse contexto, ser negro significa não ter moradia digna e ocupar posições precárias e de pouco prestígio no mercado formal de trabalho quando são absorvidos. Tal situação nos remete a várias conseqüências, entre elas a falta de poder aquisitivo para participar do mundo capitalista, limitando diretamente no seu potencial de consumo.

Já considerando a distribuição das famílias por classes de rendimento médio mensal, as proporções de famílias chefiadas por pretos e pardos que recebem mais de três salários mínimos são de 7,7% e 7,6%, respectivamente, enquanto, entre os brancos, 25,2% estão nessa

faixa salarial. Por outro lado, 26,2% das famílias com chefes pretos e 30,4% com chefes pardos recebem menos de meio salário mínimo, sendo a proporção de famílias com chefes brancos nessa situação de 12,7%. Outro detalhe nos causa espécie, à medida que a renda aumenta, decresce a quantidade de pretos e pardos, demonstrando mais uma vez o quanto a renda é influenciada pela cor (Tabela 16).

Tabela 16 – Distribuição das famílias por classe de rendimento médio mensal familiar per capita, segundo a cor do chefe (em %) Brasil – 1999

Classes de Rendimento	Famílias segundo a cor do chefe		
	Branca	Preta	Parda
Até 1/2 salário mínimo	12,7	26,2	30,4
Mais de 1/2 salário mínimo	20,0	28,6	27,7
Mais de 1 a 3 salários mínimos	37,3	31,1	27,7
Mais 3 a 5 salários mínimos	11,1	4,3	4,4
Mais de 5 salários mínimos	14,1	3,4	3,2

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. (IBGE, 2000).

Esses dados também são confirmados pelo Instituto Ethos em pesquisa realizada no ano de 2001. Segundo o instituto, as empresas com bons salários e benefícios não contratam negros ou, quando o fazem, são para os postos menos qualificados e com menores remunerações. Além disso, nos setores mais “avançados” tecnologicamente a representatividade do negro é menor. A amostra da pesquisa releva ainda mais disparidade. Os índices de presença dos negros aumentam na medida em que desce o nível hierárquico. Em 2001, os negros ocupavam 2,6% dos cargos de diretora. Já em 2003, esse índice baixou para 1,8%. Em 2004 embora os negros formem 46% da população economicamente ativa do país, representavam 13,5% dos supervisores; 8,8% dos gerentes e 23,4% do quadro funcional.

A fantasia da existência de uma democracia racial faz com que a imprecisão entre raça e classe passe a justificar o modelo racial brasileiro, de convivência democrática, já que a pobreza não é exclusividade do negro e afeta a maioria de população. Esse raciocínio resulta no seguinte círculo vicioso: o negro não ocupa cargos com maiores níveis hierárquicos porque não tem formação acadêmica para atender as exigências do mercado e não consegue melhorar sua formação porque é pobre e tem origem escrava. Contudo, na pesquisa sobre padrões de vida de 1996 – 1997 (IBGE, 1998), analisando os níveis de escolaridade e sua relação com a renda, constatou que o valor do rendimento médio por hora no trabalho para pretos e pardos é

sempre inferior ao valor para brancos, em cada um dos níveis. Por exemplo, se os anos de estudo variam entre quatro e sete, o valor do rendimento médio é de R\$ 1,93 para pretos e pardos e de R\$ 2,86 para brancos. Para um nível de escolaridade mais alto, de 12 anos ou mais, os valores são R\$ 11,32 para pretos e pardos e R\$ 14,44 no caso de brancos. Assim, ainda que uma pessoa negra ou parda tenha estudado o mesmo número de anos que uma pessoa branca, seus rendimentos tendem a ser menor. Além disso, enquanto o número médio de anos de estudo é de 6,7 para a população de cor branca, o número de anos correspondente para pretos é de 4,5 e para pardos, de 4,6.

Relacionando os dados acima com as taxas de desemprego, o negro acumula desvantagem. O percentual de desempregados é mais elevado entres os trabalhadores, tanto entre negros como entre não-negros, que possuem ensino médio incompleto nas seis regiões pesquisadas pelo Dieese (ver Tabela 17). Em Salvador, para esse grau de escolaridade, a taxa de desemprego é de 42,1% entre os negros, sendo a maior em comparação com as outras regiões. Por outro lado, independente do grau de escolaridade, as taxas de desemprego são maiores entre negros do que entre não-negros, com exceção do Distrito Federal, para trabalhadores com curso superior, onde as taxas se igualam. Além disso, em Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, as taxas de desemprego entre trabalhadores que possuem ensino médio completo e ensino superior são inferiores às taxas entre trabalhadores analfabetos e trabalhadores com ensino fundamental incompleto ou completo.

Tabela 17 – Taxas de desemprego total, por cor e escolaridade (em %) Regiões metropolitanas do Brasil - 2001

Regiões Metropolitanas	Cor	Analfabeto	Fundamental		Médio		Superior
			Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
Belo Horizonte	Negra	-1	24,2	23,2	33,8	19,2	-1
	Não-Negra	17,9	15,6	16,3	22,3	12,6	4,8
Distrito Federal	Negra	23,1	27,2	25,5	33,8	19,7	7,3
	Não-Negra	15,9	22	23	30,3	18,3	7,3
Recife	Negra	17	22	23,3	30,9	22,4	-1
	Não-Negra	-1	20,5	21,9	29,7	22,5	-1
Porto Alegre	Negra	-1	24,2	23,2	33,8	19,2	-1
	Não-Negra	17,9	15,6	16,3	22,3	12,6	4,8
<b>Salvador</b>	<b>Negra</b>	<b>-1</b>	<b>31,5</b>	<b>29,3</b>	<b>42,1</b>	<b>25,3</b>	<b>-1</b>
	<b>Não-Negra</b>	<b>-1</b>	<b>26,5</b>	<b>27,3</b>	<b>-1</b>	<b>19,7</b>	<b>-1</b>
São Paulo	Negra	16,4	21,4	25,9	32,7	18,1	6,9
	Não-Negra	16,2	16,7	17,8	26,4	14,3	6

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Extraído de DIEESE (2006).

Notas: A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001.

Negros inclui pretos e pardos. Não-Negros inclui brancos e amarelos.

Analisando outros dados da pesquisa do Dieese de 1999, sobre condições de vida realizada em todo o território nacional, os números demonstram o qual eficiente foi o sistema de discriminatório no Brasil. Os níveis de pobreza e indigência mostram que os pardos e os pretos vivem em condições mais precárias do que os brancos: 48,4% dos pardos são pobres e 22,3%, indigentes; as proporções entre pretos são 42,9% e 18,3%, de pobres e indigentes, respectivamente; enquanto 22,6% dos brancos são pobres e 8,1% são indigentes. É importante ainda notar que, em números absolutos, os pardos pobres (30.041) e indigentes (13.841), somados aos pretos pobres (3.597) e indigentes (1.533), são em maior número do que os brancos pobres (19.008) e indigentes (6.862).

Os dados até aqui analisados descrevem sumariamente as características e as condições que vivem a população negra. Vê-se que mesmo naquelas regiões metropolitanas nas quais a maioria da PIA (População em idade Ativa) é negra, como Salvador e Recife, essa população sofre na mesma intensidade ou mais ou mais as conseqüências das medidas que os discriminam e os segregam socialmente. Como professa Sartre no prefácio de *“Os condenados da terra”* de Frantz Fanon, a violência colonial não teve somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados, procurou desumaniza-los. Ainda hoje os desdobramentos subjetivos da ação colonizadora causa prejuízos irreparáveis à população negra em todo mundo, pois o não consegue se desvencilhar de uma herança que os reduzem a uma “categoria humana inferior”.

## **6 NEGROS COM RENDA MÉDIA**

O serviço público foi a alternativa mais viável para o negro que buscava ascensão na sociedade, possibilitando distanciar-se do trabalho braçal e precário e suscitava a possibilidade de ocupar postos administrativos. Apesar dos cargos ocupados não serem de grande prestígio na sociedade soteropolitana (contínuos, escriturários, bedéis), a possibilidade em ter um emprego fixo representava um grande diferencial em relação à precariedade laboral vivida pela maioria dos negros, herdada do processo de discriminação racial. (ALMEIDA, 1977).

Segundo Fernandes (1965), os negros que ascendiam eram tomados por sentimentos exclusivistas e egoístas resultando numa auto-segregação em espaços de convivência a “elite negra”. Ou seja, a mobilidade social de alguns não resultava em benefício para a maioria, já que não proporcionava uma solidariedade entre os demais negros. Tal falta de solidariedade funcionava como um empecilho para a melhora da vida do grupo. O negro que tentava ascender socialmente sofria o preconceito dos seus parentes e amigos pela crença que o mesmo deixaria de ser negro assim que conseguisse “subir na vida”. Aquele que vislumbrava melhorar sua posição social não recebia apoio moral ou material dos seus pares.

O negro que ascendia estava sob constante observação pela sociedade branca. Seus méritos não beneficiariam o grupo, contudo, se incorresse em erro, seria a prova irrefutável da sua inferioridade e, conseqüentemente, do seu grupo. Portanto, a ascensão social do negro não implicou em uma redefinição do seu *status* social nas relações cotidianas com o branco. Acaba sendo compreendida como uma forma de traição que compromete a coesão do grupo, em função do processo de afastamento e embranquecimento social (FERNANDES, 1972).

Em conformidade com Fernandes (1972), a associação direta entre a raça negra e a pobreza, restringia as possibilidades dos negros em ascensão de usufruir os direitos e garantias das elites brancas segundo. Na prática, esses direitos funcionavam como privilégios dos brancos. Assim, quando o negro atingia a mesma situação econômica do branco e continuava a ser discriminado, ocorria aí o desmascaramento do mito da democracia racial. O que, ainda de acordo com o autor, um dos fatores que impedia que a contra-ideologia racial dos movimentos sociais, no meio dos negros, fosse mais eficaz, seria a tendência da “classe média negra” em obter afirmação social através de símbolos de riqueza e social próprios, afastando-se da grande massa negra. Já que essa classe média não é composta apenas por indivíduos em situação de classe média, mas, por pessoas que se destacavam por estarem em processo de ascensão social. Outra característica era sua impossibilidade em transmitir o *status* adquirido aos seus descendentes. Ou seja, um pai que estivesse inserido numa atividade não manual, teria uma grande possibilidade de ver seu filho ocupando uma atividade braçal.

Os estudos das relações entre negros e brancos no Brasil, inevitavelmente, contemplam a relação entre raça e classe, explícita ou implicitamente. No cotidiano, a situação do negro é incerta, pois o “problema” dele ora é compreendido como uma questão de raça, ora é percebido como uma questão de classe. A imagem idílica de democracia racial faz com que a ambigüidade entre raça e classe passe a justificar o modelo racial brasileiro, de convivência democrática, já que a pobreza que não é exclusiva do negro e afeta a maioria da população. Essa visão resulta na seguinte conclusão: o negro não ascende socialmente porque tem baixa escolaridade para atender às exigências do mercado e não consegue melhorar sua formação porque é pobre (FERNANDES, 1965).

No final dos anos 70 e início dos 80, os escritos de Hasenbalg e Valle Silva (1988), inauguraram uma outra linha de interpretação acerca das desigualdades raciais no Brasil, que se voltava para investigar a possibilidade da coexistência entre racismo e crescimento industrial capitalista. Esse trabalho questionava o argumento de Fernandes (1965) e defendia que o preconceito e a discriminação teriam adquirido novos significados e funções na estrutura social que emergia após a Abolição. Para Hasenbalg e Valle Silva (1988), racismo e discriminação relacionavam-se com os benefícios simbólicos e materiais obtidos pelos brancos, sustentados na desqualificação dos seus competidores não-brancos; isso reescrevia a discriminação, dando-lhe novo sentido na ordem industrial. O desafio analítico passava a ser, então, explicar as desigualdades raciais, uma vez que o legado escravista já não era mais

considerado uma importante variável causal. Suas interpretações chamaram a atenção para novas indagações relativas à produção das desigualdades raciais no Brasil contemporâneo. Duas delas se destacam:

Primeiro, a hipótese de que a segregação geográfica dos grupos raciais teria sido responsável por concentrar os negros “nas regiões predominantemente agrárias e mais subdesenvolvidas do Brasil, onde as oportunidades econômicas e educacionais são menores” (HASENBALG, 1983, p.180). Nesse sentido, o Nordeste se destacava como o *locus* dos trabalhadores negros brasileiros. Em 1950, estavam no Nordeste 51,2% dos trabalhadores negros brasileiros, e em 1980 eles ainda perfaziam 43,6%.

Segundo, a hipótese de que as práticas discriminatórias e a violência simbólica exercida sobre os negros reforçavam-se mutuamente, impedindo a efetiva mobilidade ascendente dos mesmos e fazendo com que eles regulassem suas próprias aspirações “de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como ‘lugar apropriado’ para pessoas de cor.” (HASENBALG, 1983, p. 181). Essa segregação social era reforçada no plano das representações, marcadas pela “internalização, por parte dos não-brancos, de uma auto-imagem desfavorável.” (HASENBALG, 1985, p. 28).

A década de 90 pode ser considerada um marco na história da ascensão do negro. Em 1997, a agência de publicidade Grottera fez uma pesquisa inédita sobre o perfil do consumidor negro que vive em áreas urbanas dos principais centros urbanos do país com o tema: “*Qual é o pente que te penteia?*”. Esse estudo revelou a consolidação de uma classe média composta por cinco milhões de negros com renda familiar acima de vinte salários mínimos.

Foi esse potencial de consumo que fez com que o negro começasse a ganhar uma maior visibilidade nos meios de comunicação. Prova disso, em 1995, o jornal Folha de São Paulo, comemorando o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, realizou a maior pesquisa sobre a questão racial no país, um investimento de setenta e sete mil dólares. Que segundo o próprio diretor do jornal, Otavio Frias Filho (apud TRICENTENÁRIO..., 1995), concorda que, tal empreitada deu-se em função do crescimento da classe média negra, apesar do mesmo jornal se posicionar contra as cotas em outras oportunidades.

[...] A gente não pode ter ilusões com relação à base social do leitorado dos jornais. Do ponto de vista social é um grupo relativamente, um leitorado urbano, basicamente de classe média. O que nos motivou a fazer um investimento sistemático, consistente nessas problemáticas ao longo de 95 foi simplesmente o gancho da efeméride dos 300 anos de Zumbi, toda a importância histórica, historiográfica que o tricentenário de Zumbi teve [...] a gente tem esse diagnóstico de que no processo de evolução da sociedade brasileira, do capitalismo no Brasil, uma quantidade crescente de pessoas negras está sendo incorporada ao que se chama classe média. E a Folha tem essa preocupação de estar se antecipando às tendências [...]. (FRIAS FILHO apud TRICENTENÁRIO..., 1995, p.8).

A empresa Símbolo Editorial já havia percebido essa tendência um pouco antes. Em 1996, lança a revista *Raça Brasil* com uma tiragem inicial de 300.000 exemplares. Seu público alvo eram os negros de classe média com poder aquisitivo para o consumo de supérfluos. Hoje direcionada à mulher negra, a revista foca em temas relacionados com comportamento, moda, beleza, atualidade e culinária. Como também, divulga os negros que conseguiram obter sucesso na vida profissional.

Pinheiro (1999) em matéria sobre a classe média negra, destaca o crescimento desse segmento. Formado por oito milhões de pessoas, representado por um terço da classe média brasileira. E entre relatos de sucesso, a reportagem também apresentava narrações de preconceitos e dados que refletiam as desigualdades raciais no Brasil.

Segundo Queiroz (1977), é preciso ressaltar que desde o processo de proletarização até os dias atuais, o racismo brasileiro proporcionou a ascensão social apenas a alguns negros que conseguiram ultrapassar as “barreiras de cor”, e por isso não tivemos a ascensão social de grupos negros. O que dificulta a consolidação de uma classe média negra, pois além da situação de classe não ser estável, não há ações coletivas dos negros que ocupam a mesma posição de classe, a fim de defender os interesses do grupo fundamentada na sua identidade. Por isso, o termo negros de classe média seja mais adequado quando se trata de indivíduos que conseguiram uma mobilidade social ascendente.

Diante desse contexto, torna-se necessário desenvolver análises mais profundas de situações empíricas significativas dentro da realidade nordestina, tanto pelo peso do seu contingente negro na força de trabalho, quanto pela radicalidade das transformações modernizadoras trazidas pelo crescimento econômico dos anos 70 e 80. Portanto, diante dessas indagações, a realidade da cidade de Salvador, bairro da Pituba, aparece como espaço privilegiado de observação. Em primeiro lugar, por tratar da cidade mais negra do país e um

bairro historicamente concentrador de pessoas das camadas médias da sociedade. Segundo lugar, Salvador é uma cidade pobre e, terceiro lugar, Salvador é a cidade que obteve mais êxito na economia regional nas últimas três décadas (FERNANDES, 1986).

## 6.1 INSERÇÃO DO NEGRO NA ECONOMIA BAHIANA

O Brasil é uma das mais antigas periferias da economia mundial. A ocupação, o povoamento do seu território não passa de episódios amplos do processo de expansão marítima. É sabido por todos nós que o país surge como sub-produto indesejado de um determinado empreendimento colonial. E desse processo nasce, ocasionalmente, um povo e uma sociedade. A terra nesse contexto era vista como parte do patrimônio pessoal do rei e uma espécie de domínio da Coroa. Sua aquisição decorria de uma doação pessoal, segundo méritos e serviços prestados à Coroa, em um sistema conhecido como patrimonialismo, impregnado até hoje em nossa sociedade.

Para o historiador Cid Teixeira (1985, p.37),

a cidade de Salvador não se formou por causa do Brasil, mas por uma imposição internacional. A cidade não evoluiu, como era comum, de um agrupamento que se transforma em vila e posteriormente em cidade: Salvador já foi planejada pelo governo português com fins transacionais.

Contudo, como conta a própria história, com o surgimento da extração do açúcar da beterraba, Salvador deixa de ser o grande exportador e passamos a ser apenas um pedaço de terra perdida. Deixando de ser a capital do Brasil em 1763, os engenhos entram em colapso e modificam toda a paisagem econômica da região.

Segundo Mariani (1977), a economia estava ligada à produção e ao comércio internacional do açúcar. Este produto, que junto com o ouro das Minas Gerais fora a fonte de toda a riqueza de Portugal no Brasil, começou a declinar em fins do século XVII e princípios do seguinte, frente à concorrência do açúcar antilhano, do açúcar de beterraba europeu e da rigidez na estrutura da produção escravista,

[...] além da queda progressiva dos preços, a zona apropriada à produção do açúcar já fora por assim dizer ultrapassada nos seus limites naturais, decaindo rapidamente

os engenhos fundados fora do massapê do recôncavo, uma vez esgotado o humus vegetal das terras virgens. (MARIANI, 1977, p.62).

Passando para um outro momento histórico, a economia primária exportadora esteve em expansão. A cafeicultura era próspera e caminhava por todos os oestes. Simultaneamente, expandia-se o mercado interno e a indústria já se manifestava. Entretanto, ainda segundo Mariani (1977, p.68), nos anos 40 do século XIX, o café que não “encontra condições geológicas ou climáticas para a expansão em larga escala” no território baiano, desenvolvendo-se rapidamente, no entanto, no sudeste do país. Mas, o dinamismo da economia agro-exportadora baiana mantém-se até 1868/69, graças ao aumento das exportações de diamantes, entre 1851 e 1865, e do algodão, entre 1863 e 1871. Daquele ano em diante, as exportações decrescem rapidamente para atingir uma média de valor da ordem de 696.353 libras esterlinas em 1886/87 quando, em 1868/69, era de 1.391.362 libras (BAHIA, 1978).

Entretanto, novos e mais fortes surtos de industrialização ocorreram após esse período. Em escala crescente, o capitalismo desenvolvia-se, e continuou a desenvolver-se, de modo extensivo e intensivo. Em diferentes momentos, e em distintas formas, a divisão social do trabalho articula e rearticula atividades produtivas e setores sociais. Aos poucos, desenvolvem-se as classes sociais, de permeio com os grupos raciais (BAHIA, 1978).

Em 1886, do total de 10 fábricas de tecidos existentes no Império, 6 estão localizadas na Bahia; em 1875, do total de 29, nada menos que 10 fábricas estavam localizadas na Bahia. De acordo com estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), três fatores foram responsáveis pelo desenvolvimento da indústria têxtil na Bahia:

- 1) A existência de um mercado, representado pelos engenhos de açúcar, principalmente.
- 2) As oscilações do câmbio, que prejudicavam sobremaneira os negócios de importação, e faziam da produção interna de alguns manufaturados um ótimo negócio.
- 3) A proteção governamental, que aplicava altas taxas aos produtos exportados com sacaria estrangeira e os tecidos grossos importados (BAHIA, 1978).

Os mesmos estudos ressaltam a ligação das fábricas de tecido com o capital comercial, inclusive no que diz respeito às suas origens. Foram os comerciantes importadores que, em determinado momento, instalaram fábricas de tecido, principalmente a partir da década de 70.

Os dados revelam alguns elementos a mais para a compreensão do século XIX, na Bahia. Por um lado, evidencia que a indústria têxtil baiana, como produtora de tecidos grossos para ensacamento de mercadorias para exportação e vestimenta de escravos, vincula-se, estreitamente, à economia agro-exportadora. Por outro lado, evidencia o caráter interprovincial de seu mercado de insumos e produtos, como sua dependência do grande comércio da Bahia e do grande raio de influência de sua praça. Não apenas a principal matéria-prima, o algodão, usado nas fábricas baianas, vem de outras províncias, preferencialmente Sergipe, Pernambuco e Alagoas, e até mesmo do exterior.

A comparação da produção baiana de algodão com as exportações, de 1850 a 1857, mostra que as exportações são maiores que a produção, induzindo à conclusão de que a Bahia, além de importar o algodão de outras províncias para o atendimento da demanda interna, importava também para atendimento da demanda externa. Tais importações realizavam-se com Alagoas, Sergipe, Pernambuco e também Minas Gerais. (BAHIA, 1978, p. 190).

Para Mariani (1977), o fim do modo de produção escravista marca uma nova articulação da economia nacional com o sistema internacional e fornece as condições essenciais para o desenvolvimento no país de um capitalismo propriamente industrial. À medida que se desenvolvem e se multiplicam as diversidades sociais, também se desenvolvem e se multiplicam as desigualdades, o desemprego, o subemprego e etc. E, conseqüentemente, surge a revolta, o saque e a violência urbana.

Aos poucos, começa-se a equacionar a questão urbana. As exigências da economia, o desenvolvimento das forças produtivas, as possibilidades da industrialização, exigem que as relações de produção sejam formalizadas, institucionalizadas. Desse modo, o trabalho pode atender melhor às exigências do desenvolvimento e diversificação do sistema econômico. Modernizar as relações trabalhistas, as condições de oferta e demanda de força de trabalho pode ser uma exigência do mercado, da grande empresa, da industrialização, do comércio exterior e até mesmo do capital estrangeiro (MARIANI, 1977).

Assim, desde o declínio do regime escravista, começou a redefinição do trabalho, como necessário e produtivo, no sentido de produzir mercadoria e lucro, de ser indispensável à vida do indivíduo e da sociedade. Começou um processo de redefinição ideológica do trabalho braçal, especializado ou não, qualificado ou sem qualificação. Naturalmente sempre priorizando o mais qualificado, pelas exigências da especialização e da produtividade.

Tratava-se de libertar a força de trabalho e o trabalhador do estigma criado por séculos de escravismo. Por muito tempo, o trabalho braçal foi classificado como atividade inferior, desprezível, de escravo, etc. Toda uma cultura se produziu durante a Colônia e o Império, valorizando o senhor, branco, administrador, advogado, proprietário, político. Em detrimento do escravo, negro, trabalhador da fazenda, do engenho e dos cafezais (MATTOSO, 1974).

A economia brasileira vista em perspectiva histórica ampla, moderniza-se de modo mais ou menos contínuo e crescente. Apesar dos ciclos, crises ou fluxos e refluxos, o sistema econômico amplia-se e diversifica-se. Depois de séculos de economia primária exportadora, de exportação de produtos tropicais, o Brasil ingressa na industrialização substitutiva de importações. Entretanto, a própria sociedade moderniza-se pouco. As relações sociais e políticas desenvolvem-se com dificuldade, deparando-se com obstáculos diversos. Além das heranças oligárquicas e patrimoniais, emergem os interesses dominantes aglutinados em diretrizes governamentais (MARIANI, 1977).

### **6.1.1 A Nova Industrialização**

A partir da década de 50 que a economia deu um dos seus maiores saltos, a industrialização moderna foi intensificada e, conseqüentemente, expandindo sua área urbana. A Petrobrás escolhe a bacia sedimentar do Recôncavo Baiano para iniciar pesquisa e, logo, a exploração do petróleo. Ficando durante três décadas o único produtor nacional de petróleo.

Segundo Oliveira (2003, p.43), essas atividades estranhas à matriz econômica e social baiana da um golpe de misericórdia na indústria da cana-de-açúcar. A massa de investimentos da Petrobrás não tem paralelo na história econômica do estado. Ainda segundo o autor, entre 1955 e 1959, esses investimentos corresponderam de 1% a 7,4% da renda total e de 8,1% a 66,9% da renda interna industrial do estado da Bahia. Entre 1958 e 1969 a massa salarial paga pela Petrobrás na economia baiana cresceu em 18%, e no mesmo período elevou de 7,64%

para 38, 7% o total da renda industrial interna do estado, tendo atingido o nível de quase 50% no ano de 1967. Toda essa monetária, digo investimentos e salários, transformou radicalmente a economia baiana.

Além disso, as demandas por insumos inerentes à atividade da Petrobrás e as necessidades de logística, estabelece o crescimento de muitos outros setores, sobretudo o da construção civil. Segundo Oliveira (2003, p.43), os investimentos na construção de estradas cresceram à taxa real média de 16% entre 1958 e 1959. Ao mesmo tempo, a massa de salários diante da escassez de habitações impulsiona ainda mais a indústria da construção civil. O que antes era fornecido por centros externos como São Paulo e exterior, passa a ser incentivado e, posteriormente, produzido dentro do próprio estado, dando impulso significativo às indústrias dos ramos da metalurgia e mecânica.

Segundo Sodré (1999, p. 232), “nos anos 60 é criado o sistema de incentivos fiscais Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene): a Bahia recebeu 41% dos investimentos para o Nordeste entre 1960/1970, dos quais 58% serão empresas estrangeiras”. Esse amplo movimento inverte a situação anterior de exportador de capitais a importante importador. Oliveira (2003) reforça a constatação anterior, segundo o autor entre 1960 e 1968, os índices de inversão na industrial passa de 100 a 559, chegando a atingir 800 em 1968.

A inversão industrial em relação ao Valor da Transformação Industrial do Nordeste passa de 8,1% em 1959 a 31,5% em 1968, esse altíssimo coeficiente de inversão somente pode ser explicado pela importação de capitais de fora da região, e portando por via dos incentivos fiscais. (OLIVEIRA, 2003, p.45).

Esse processo mudou a estrutura industrial do Nordeste, dando maior peso às indústrias chamadas dinâmicas. Ainda segundo Oliveira (2003), em 1959 as indústrias tradicionais correspondiam a 70% do Valor Agregado Industrial e 77,6% do emprego, caindo para 30% e 46% respectivamente no período de 1960 a 1970. Ao contrário, as indústrias dinâmicas que tinham em 1959, apenas 30% do Valor Agregado e 22,4% dos empregos, passam no período de 1960-1970, para 70% e 54,4%, respectivamente.

Tendo em conta que os recursos próprios para as indústrias do Nordeste correspondiam a um terço do total de investimentos, enquanto o Centro-Sul representavam 50%, a performance de rentabilidade industrial de 46% do nordeste e, sobretudo, da Bahia, ocorreram sobre a égide dos incentivos fiscais a época da Sudene, que tornava quase zero o

custo de oportunidade de investimento. Segundo Oliveira (2003), de um valor agregado de 500 cruzeiros da época, as indústrias do Centro-Sul destinavam 20% para depreciação, pagavam 15% de imposto de renda sobre a venda, 10% de juros e 35% de salários, obtendo um lucro bruto de 20%, dos quais 30% era destinado ao imposto de renda e 70% de lucro líquido. Já as indústrias beneficiadas no nordeste, os mesmos indicadores assinalavam um lucro líquido de 85%.

A década de 1970, marcou a efetivação dos grandes projetos da indústria dinâmica da RMS, centrados nas indústrias química/petroquímica e de metal-mecânica, quando nos anos 1970/1980, ocorre a ampliação do CIA e Pólo Petroquímico de Camaçari, que fornecerá todos os insumos básicos à Petrobrás. Salvador e região se beneficia especialmente pelo fato de que dentro da área da Sudene serem os pontos mais próximos do Centro-Sul, que devido à redução dos custos relativos do transporte, colocou na ativa a exploração das suas riquezas minerais e de outras matérias-primas. Por isso, a indústria que surge seja centrada, basicamente, na produção de bens intermediários. Foi esse modelo de complementaridade que integrou a Bahia mais rapidamente à economia nacional.

### **6.1.2 Mercado de Trabalho**

Nesse conjunto de acontecimentos Salvador vive o surgimento de uma classe média, formada por ocupantes de cargos técnicos, gerentes, trabalhadores da máquina estatal, engenheiros, trabalhadores do Pólo, Cia e Petrobrás. Segundo Castro e Barreto (1998, p.45), “desde os anos 70 a maior parte da população ocupada no estado deixou de depender do setor agrícola para a sua sobrevivência. Em 90, dois em cada três indivíduos ocupados sobreviviam, às custas de atividades urbanas.”

Esse intenso crescimento que a Bahia vinha sofrendo a partir principalmente da década de 70, elevou o PIB a um aumento de 20%, mudando a composição de agropecuária para indústria de transformação, e, em 1980, esse ramo já era responsável por 80% do PIB baiano. Elevando a demanda por trabalhadores pouco qualificados (grupo que a maioria dos negros pertencia na época) e aumentando o nível de dependência com a indústria (MATTOSO, 1974).

Apesar de Salvador não fugir ao seu caráter concentrador de renda, os novos postos criados foram importantes para a mobilização social. A importância da indústria baiana no contexto de ascensão social do negro passa pelo fato de que 93% dos que ali estão ocupados são assalariados e 89,6% dos ocupados têm carteira de trabalho assinada. Os negros (pretos e pardos) formavam, entre 1987 e 1989, 83% dos ocupados na indústria local. A Figura 3 sugere que a indústria moderna parecia ser mais permeável aos brancos que o da indústria tradicional. Assim, enquanto os negros constituem 83,5% do conjunto da indústria, na petroquímica onde há uma evidente tecnologia de ponta, a sua participação, embora permanecendo amplamente majoritária, caem dez pontos percentuais (72,7%); os brancos, ao contrário, alcançam quase 30% dos ocupados. Aqui, percebemos a ligação estrita entre a situação de segmentação laboral, o processo educativo e o estado, que mantiveram os negros presos a atividades manuais e de lazer. Valorizando as profissões portadoras de *status* e conseqüentemente as posições de privilégios, como mostram as Tabelas 18 e 19.

A renda média mensal familiar real baixou 5,8% entre 1962 e 1971. E quando se tomam os dados absolutos – visto que os termos até aqui assinalados referem-se aos decis da distribuição total – o fenômeno assume proporções ainda mais dramáticas em 1962, a renda familiar mensal do grupo mais rico era igual a 40 vezes a do grupo mais pobre, enquanto em 1971 esse coeficiente havia se elevado para 59 vezes. (OLIVEIRA, 2003, p.54.

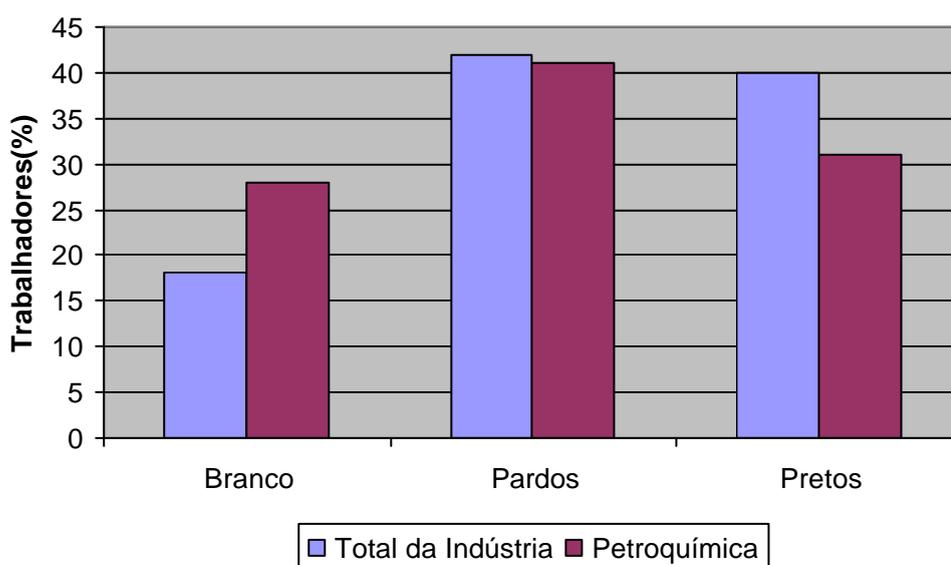


Figura 3 – Gráfico da Composição racial dos trabalhadores industriais – Região Metropolitana de Salvador – Bahia – Brasil - 1987-89

Fonte: PED/RMS. Extraído de Fernandes (1996).

Entretanto, após este período do “milagre econômico baiano”, o que vimos ocorrer foi um dos mais intensos processos de retração das oportunidades de trabalho. Esta passagem nos remete aos processos de ciclos econômicos sofridos pelo Estado, com um forte crescimento econômico e depois com um período de retração econômica. As empresas do Pólo reduziram, a partir desse momento, mais da metade dos seus 20.000 empregados diretos. Refletindo diretamente na vida da população negra já que a maioria dos postos extintos era de trabalhadores com pouca qualificação, o que era o caso dos negros, substituição de trabalhos pesados por máquinas, o que também era posto de negros e o conseqüente reflexo no mercado informal, que também era reduto de negros. Que passam a buscar a sua sobrevivência no trabalho precário, na atividade informal e em outros ramos da economia, colaborando para o fortalecimento da indústria cultural, que irá influenciar profundamente a economia local (ver Tabelas 18 e 19).

Tabela 18 - Ocupações por Grupo de Prestígio e Cor 1987-1989 (%)

Grupos de Prestígio	Branços	Pardos	Pretos
<b>Alto Prestígio</b>	<b>24,5</b>	<b>8,5</b>	<b>3,3</b>
Proprietário	5,7	2,0	0,9
Direção	1,0	0,4	0,1
Gerência	3,8	1,3	0,2
Chefia Intermediária	1,7	1,0	0,5
Técnico de Nível Superior	12,3	3,8	1,6
<b>Médio Prestígio</b>	<b>62,6</b>	<b>64,5</b>	<b>59,5</b>
Oc. Técnica	11,2	7,1	4,7
Oc. Manual Qualificada	7,8	11,3	13,0
Oc. Manual Semi-Qualificada	5,8	8,7	8,7
Oc. Não-Manual	37,8	37,4	33,1
<b>Baixo Prestígio</b>	<b>12,9</b>	<b>27,0</b>	<b>37,2</b>
Oc. Manual Não-Qualificada	9,2	21,3	30,0
Oc. Mal Definida	3,7	5,7	7,2

Fonte: PED/RMS. Extraído de Fernandes (1996).

Tabela 19 - Ocupações e Qualificação por Cor 1987-1989 (%)

Tipos de Ocupação	Branços	Pardos	Pretos
Manuais	22,5	40,7	50,8
Não Manuais	37,3	37,0	32,6
Técnicas	23,2	10,8	6,1
De Direção	12,1	4,6	1,9
Defesa e Segurança	0,4	0,6	0,8
Religiosa	0,1	0,0	0,0
Mal definidas	3,6	5,8	7,1
Não Declaradas	0,8	0,5	0,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PED/RMS. Extraído de Fernandes (1996).

## 6.2 A NOVA COR DA CLASSE MÉDIA

Algumas oportunidades de mobilidade social têm ocorrido no Brasil. De acordo com Pastore e do Valle Silva (2000, p. 56), “muitos brasileiros ascenderam socialmente entre o período de 1973 e 1996, fortalecendo a classe média da população.”. O geógrafo Milton Santos também considera o mesmo, pra ele,

[...] o chamado milagre econômico brasileiro permite a difusão, à escala do país, do fato da classe média. Na realidade, entre as muitas ‘explosões’ características do período, está esse crescimento contínuo da classe média, primeiro nas grandes cidades e depois nas cidades menores e no campo modernizado. (SANTOS, 2001, p. 135).

Essas constatações tornam-se mais importantes quando colocamos o quesito cor em tais estudos. Segundo o IBGE, o IDH-M<sup>7</sup> da população negra teve uma evolução ligeiramente maior que o dos brancos ao longo da última década, apesar de ter um longo caminho a percorrer, chegando a 0,700, enquanto o dos brancos chegava a 0,811. Em 1991, o índice dos

<sup>7</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda –, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

negros era de 0,619, contra um índice de 0,757 dos brancos. Na educação, entre 1991 e 2000, os negros brasileiros tiveram sua maior evolução. Seu índice saltou de 0,666 para 0,799, e o fator que mais contribuiu foi o crescimento da taxa bruta de frequência à escola que passou de 58,3% para 79,0% e a taxa de alfabetização passou de 70,8% para 80,3%. Na longevidade, os negros também avançaram. A Esperança de Vida ao Nascer (EVN) passou de 65,7 anos, crescendo 11,9%.

Esses números estatísticos do IBGE começam a revelar uma nova cor para a classe média brasileira. Pois, de cada seis negros que se movem na pirâmide social, cinco estão melhorando de vida. Ou seja, em cada grupo de dez negros, quatro estão parados na pirâmide social. Dos seis que estão se movendo, cinco estão subindo. No mercado de trabalho, também ocorreram avanços. Há dez anos, apenas 10% dos negros eram empregadores. Hoje, os patrões negros representam 22% do total.

Tudo isso é reforçado por um trabalho divulgado pelo (IPEA), que demonstra que a classe média negra obteve um crescimento de 10% nos últimos sete anos. Ou seja, a classe média negra tem uma fatia 10% maior do que detinha a mesma classe em 1992. Movimentando quase 50 bilhões de reais aproximadamente (OSÓRIO, 2004).

Isso é um avanço notável, contudo não podemos dizer que os negros estejam vivendo um momento maravilhoso em sua história. O que fica evidenciado nos números é que algo novo está acontecendo, que, talvez, a resistência esteja diminuindo, que as ações afirmativas estejam surtindo efeitos ou que os movimentos em pró da igualdade do negro esteja obtendo resultados. Mas, muita coisa ainda precisa mudar, como por exemplo, a participação em postos estratégicos no mercado de trabalho que hoje chega a apenas 1% em todo país (IBGE, 2000).

Em pesquisa realizada pela agência Groterra de publicidade em 1997, sobre o perfil do consumidor negro, demonstrou que essa classe média não era bem atendida em suas demandas, detectando grandes oportunidades de negócios. Foram identificadas 7 milhões de pessoas com um perfil em que a renda anual somava R\$ 46 bilhões e a sobra mensal para consumo, R\$ 500 milhões. O Brasil, segundo o IBGE (2000), tem a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria. São 90 milhões de pessoas com a pele negra, ou seja, 59% da população. Contudo, apenas a partir da década de 90, com a retração do mercado

consumidor, que a classe média negra começou a fazer alguma diferença como potencial de consumo.

A indústria de cosméticos foi a primeira a despertar para este segmento. Segundo o IPEA em estudo sobre a beleza como variável econômica de 1999, da professora Ruth Helena Dweck, antes os produtos e cosméticos eram feitos para mulheres de tez escandinava. Hoje, 25% de suas vendas, de R\$ 6 bilhões por ano, são absorvidos pela parcela negra da população. Atualmente, mesmo com as diferenças sociais, o potencial de consumo desta parcela da população chama a atenção de vários segmentos da economia, que vão desde agências de publicidade, moda e música voltadas ao consumidor da classe média negra. Hoje, temos de linha de cosméticos para negro até curativo politicamente correto, com a cor da pele negra.

A constatação do que dizemos acima é também revelado nos dados da Tabela 20. Quando perguntamos sobre o consumo de produtos étnicos, 95% responderam afirmativo. Ou seja, mesmo aquele grupo que não se reconhece sua cor como sendo negra, utiliza desse tipo de produto, demonstrando o quanto é promissor o segmento.

Tabela 20 – Consumo de produtos étnicos por indivíduos de cor negra residentes no bairro da Pituba – 2006/2007

Resposta	%
Sim	95
Não	5
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

O Itaú, segundo maior banco privado do país, colocou no ar uma campanha em que um cliente negro comenta as vantagens em abrir uma conta na instituição. Comenta Nizan Guanaes, publicitário responsável pelo anúncio: “quem fecha os olhos para o negro vira um fóssil. Hoje não há espaço para piadas ou posturas racistas. O negro tem dinheiro e paga pelo produto que quer.” (PINHEIRO, 1999, p.62).

Contudo, é preciso lembrar que o tamanho demográfico eleva a expansão da demanda efetiva somente na medida em que o acréscimo populacional se integra na economia de mercado. Se a economia se desenvolve, isto acontece, mas se ela retém sua estrutura colonial escravocrata, então o aumento da população ou seu tamanho não faz mais que engrossar as

fileiras dos desempregados. Existe a necessidade de uma mudança estrutural que tem que ser mantida para que o aumento e o tamanho da população sejam absorvidos pela economia de mercado. Entretanto, mesmo de forma lenta e tardia não se pode perder de vista que muitas coisas têm melhorado, os movimentos sociais ganharam mais visibilidade, o governo já inclui a questão da discriminação racial em suas pautas e as políticas de ações afirmativas começam a sair do papel e ganhar vida prática. É preciso, no entanto, ficar atento às manobras de mercado. Pois, essa cultura que cria resistência e demandas próprias, muitas vezes é aproveitada pela indústria cultural que esvazia o seu conteúdo político e ressalta os aspectos estéticos. Seu objetivo é diluir a identidade racial, um dos pilares mais fortes da agregação e da autodefesa.

O que não se pode deixar acontecer são identidades construídas de fora para dentro, quando o centro do poder neoliberal se articula na construção identitária desse grupo. Uma identidade negra construída pela elite branca, como a apropriação do pagode ou do Axé Music e etc. O importante aqui é construir um projeto de identidade que possa transformar a sociedade e garantir o bem-estar do conjunto.

Estamos falando de um modo de viver a identidade negra que parece ser muito específica e tão relevante quanto as outras formas de ser negro. Portanto, no último capítulo investigaremos a representação social e econômica do negro de renda média no bairro da Pituba, ou seja, sua estratégia de ascensão e sua compreensão da sociedade e de si mesmo.

## **7 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO NEGRO NO BAIRRO DA PITUBA**

Os resultados do Censo de 1991 e 2000 (IBGE, 2003) demonstram que, em todo o país, aumentou a proporção de pessoas que se declararam de cor negra. De 5,0% em 1991 para 6,2% em 2000, diminuindo a proporção dos que se declaravam de cor parda (de 42,6%, em 1991, para 39,1%, em 2000). Esses números indicam novos padrões de identificação e de auto classificação do brasileiro.

Aqui na Bahia, a mudança toma dimensões maiores, a proporção de pessoas de cor negra subiu de 10,2%, em 1991, para 13,1%, em 2000, e a proporção de pardos caiu de 69,3%, em 1991, para 62,5%, em 2000. Entretanto, os números do Censo 2000 mostram ainda que a população que se auto-declara branca ainda é maioria no país: 53,8% das pessoas se consideraram brancos, 39,1% pardos, 6,2% negros, 0,5% amarelos e 0,4% indígenas. A cor branca é maior nas Regiões Sudeste (62,4%) e Sul (84,2%), já a população parda é maior nas Regiões Norte (63,5%) e Nordeste (59,8%). A Região Centro-Oeste mostra um equilíbrio entre as proporções de brancos e o conjunto de negros e pardos.

O censo de 2000 também revelou que existe uma predominância feminina para a população que se auto-declara de cor branca. Para cada 100 mulheres que se declararam brancas existem 91 homens que também se auto classificaram brancos. Por outro lado, para cada 100 mulheres de cor negra, existem 109 homens de cor negra e ainda, para cada 100 mulheres de cor parda existem 102 homens da mesma cor.

## 7.1 PERFIL DA POPULAÇÃO

Os dados apresentados neste item foram levantados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000. As informações referem-se à área de ponderação **2927408999018**, o que equivale ao bairro da Pituba e Parque Nossa Senhora da Luz.

Salvador contava, segundo Censo demográfico do IBGE de 2000, com uma população de 2.443.107, sendo 48.579 apenas na área citada. Em termos de cor/raça, cerca de 65,77% da população do bairro é branca e apenas 5,05% forma o contingente de negros que ali residem como mostra a Tabela 21. Entretanto, vale ressaltar, que o quesito cor/raça foram auto-declarados pelo pesquisado. Ou seja, essa informação não sofreu alguma interferência do pesquisador.

Tabela 21 - População residente no Bairro da Pituba por cor/raça - 2000

Raça ou Cor	População
Branca	31.949
Preta	2.452
Amarela	160
Parda	13.747
Indígena	140
Ignorado	131

Fonte: IBGE. Extraído do Censo Demográfico 2000.

O bairro contava com 14.615 domicílios e um rendimento médio por pessoa, independente de cor/raça, equivalente a R\$ 2.104,00/mês (ver Tabelas 21 e 22). E um rendimento médio por domicílio igual a R\$ 3.500,00/mês, proveniente em sua maioria, do trabalho com carteira assinada como demonstra a Figura 4. O bairro, apesar de concentrar grande parte da população metropolitana de renda média, também reúne grande número de pessoas que exercem atividades de baixa remuneração como serviços domésticos, comércio diverso, motoristas, açougueiros, reparadores de eletrodomésticos e outras atividades associativas.

Tabela 22 – Renda Média por Pessoa Residente no Bairro da Pituba - Salvador - Bahia

Classes de Renda	%
Até 0,25 do salário- mínimo	0,22
Mais de 0,25 a 0,5 do salário- mínimo	0,98
Mais de 0,5 a 0,75 do salário- mínimo	1,02
Mais de 0,75 a 1 salário- mínimo	4,81
Mais de 1 a 1,25 salários- mínimos	1,04
Mais de 1,25 a 1,5 salários- mínimos	2,09
Mais de 1,5 a 2 salários- mínimos	3,56
Mais de 2 a 3 salários- mínimos	3,56
Mais de 3 a 5 salários- mínimos	6,27
Mais de 5 a 10 salários- mínimos	12,80
Mais de 10 a 15 salários- mínimos	7,70
Mais de 15 a 20 salários- mínimos	6,87
Mais de 20 a 30 salários- mínimos	6,06
Mais de 30 salários- mínimos	8,08
Não aplicável	8,85
Sem rendimento	26,08
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Extraído do Censo Demográfico 2000.

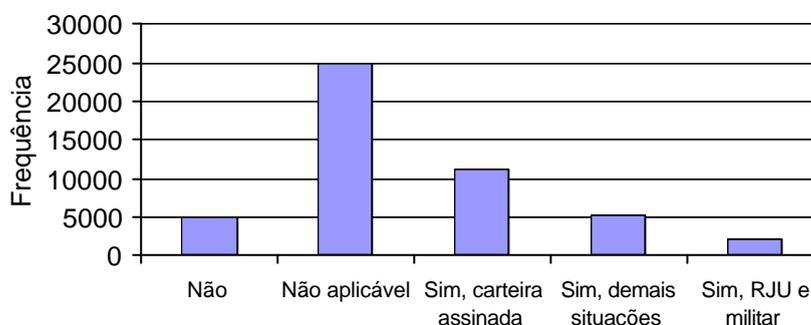


Figura 4 - Gráfico da Contribuição Previdenciária Salvador – Bahia– Brasil - 2000

Fonte: IBGE. Extraído do Censo Demográfico 2000.

**Notas:** Contribuição para Instituto de Previdência Pública, Instituto Nacional de Seguridade Social ((INSS), Plano de Seguro Social da União e Institutos de Previdência Social Estaduais ou Municipais ou das Forças Armadas e das Forças Auxiliares). A variável Contribuição Previdenciária foi derivada para as pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade.

Classificação da Informação:

- 1 - Não - Compreende as pessoas que responderam "não" no quesito sobre a contribuição previdenciária.
- 2 - Não aplicável - Compreende as pessoas menores de 10 anos de idade, as pessoas não ocupadas e as pessoas com posição na ocupação como aprendiz ou estagiário sem remuneração, não remunerado em ajuda a membro do domicílio e trabalhador na produção para o próprio consumo.
- 3 - Sim, carteira assinada - Compreende as pessoas com posição na ocupação como trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada ou empregado com carteira de trabalho assinada, que responderam "sim" no quesito sobre a contribuição previdenciária.
- 4 - Sim, demais situações - Compreende as demais pessoas que responderam "sim" no quesito sobre a contribuição previdenciária.
- 5 - Sim, RJU e militar - Compreende as pessoas com posição na ocupação como empregado sem carteira de trabalho assinada, que responderam "sim" no quesito sobre vinculação ao RJU dos funcionários ou militar.

Quando o quesito é educação, 30,19% da população do bairro da Pituba tem 15 anos ou mais de estudo, acima da média dos outros bairros da cidade de Salvador. São preponderantemente do sexo feminino (56,73%), idade média em torno dos 33 anos e professam a religião católica . (ver Tabela 24)

Tabela 23 - Anos de Estudo da população do bairro da Pituba (em %) – 2000

Classe	Pituba	Salvador*
Sem instrução ou menos de 1 ano	7,71	18,70
De 1 a 3 anos	5,62	14,46
De 4 a 7 anos	10,57	25,76
De 8 a 10 anos	11,01	14,82
De 11 a 14 anos	34,58	20,57
15 anos ou mais	30,19	4,97
Não determinado	0,32	0,71
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Extraído do Censo Demográfico 2000.

Nota: \* Inclusive o bairro da Pituba.

Tabela 24 - Opção religiosa da população do bairro da Pituba - 2000

Religião ou Culto	(%)
Católica Apostólica Romana	75,25%
Espírita, Kardecista	8,83%
Igreja Evangélica Batista	3,60%
Outras	4,08%
Sem religião	8,22%
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Extraído do Censo Demográfico 2000.

No entanto, para descobrir como os entrevistados estariam inseridos no mercado consumidor e conseqüentemente na classe de renda média, adotamos como referência o *Critério de Classificação Econômica Brasil*, elaborado pela Associação Nacional de Empresas de Pesquisa (ANEP) para mensurar o poder de compra de pessoas e famílias urbanas. Inicialmente iremos utilizar apenas a referência salarial para formar o grupo a ser estudado, já que o sistema utiliza também a posse de bens para sua classificação.

### 7.1.1 Renda

Segundo o referido critério, as pessoas seriam classificadas de acordo com a renda familiar, em sete classes distintas: A1 = 27 salários mínimos ou mais; A2 = 14 a 26 salários mínimos; B1 = 8 a 13 salários mínimos; B2 = 5 a 7 salários mínimos; C = 2 a 4 salários

mínimos; D = 1 a 3 salários mínimos e E = até 1 salário mínimo. Entretanto, este estudo irá concentrar-se nas faixas B1, A2, e A1, demonstrando que 48,90% dos negros (pretos e pardos) residentes na localização geográfica já citada estão inclusos, de forma privilegiada, no mercado consumidor (ver Tabela 25), já que na região metropolitana de Salvador, de acordo com dados apresentados na Tabela 12, 88% das pessoas situam-se nas faixas B2, C, D e E.

Tabela 25 – Classe de Renda população do bairro da Pituba - 2000

Classes de Renda	%
Até 0,25 do salário- mínimo	0,33
Mais de 0,25 a 0,5 salários mínimos	1,59
Mais de 0,5 a 0,75 salários mínimos	1,70
Mais de 0,75 a 1 salários mínimos	11,33
Mais de 1 a 1,25 salários mínimos	2,68
Mais de 1,25 a 1,5 salários mínimos	4,37
Mais de 1,5 a 2 salários mínimos	6,59
Mais de 2 a 3 salários mínimos	6,00
Mais de 3 a 5 salários mínimos	8,06
Mais de 5 a 10 salários mínimos	16,65
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Extraído do Censo Demográfico 2000.

Tabela 26 - Distribuição da População por Região Metropolitana em (%) - 2000

Classe	SSA	SP	RJ	FORT	REC	BH	CUR	POA	DF
A1	1	1	1	1	1	1	1	1	3
A2	4	6	4	4	4	5	5	5	9
B1	6	10	9	5	6	8	10	7	9
B2	11	16	14	7	8	13	16	17	12
C	29	38	39	21	27	38	36	38	34
D	38	26	31	45	42	32	28	28	28
E	10	2	3	17	14	4	5	5	4

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2000).

Os entrevistados negros que se encontram nessas faixas de renda somam um contingente de apenas 5.986 pessoas. Divididos em 3.320 homens e 2.464 mulheres, todas com 01 (um) filho em média, casadas em sua maioria, moram em casa própria e concentram-se na faixa de 30 a 59 anos. Essa informação reforça o que já foi dito anteriormente, que há uma nítida sub-representação do negro em bairros onde há rendas acima da média da cidade. Visto que essa mesma característica ocorre também bairros com Candéal, Horto Florestal de Brotas, Campo Grande, Canela, Vitória, Chame-Chame, Jardim Apipema, Morro do Gato, Morro Ipiranga, Graça, Barra e Barra Avenida. Todos com rendimento médio superior a R\$ 3.500,00 reais. Entretanto, vale ressaltar, que os negros que ascenderam e se situaram nas

faixas de renda A1, A2 e B1, optaram por morar, em sua grande maioria, nos bairros acima citados.

Os dados do IBGE (2000) também nos revelam outras situações. Quando olhamos a renda de brancos, pretos e pardos separadamente, podemos observar que, pelo menos nesse bairro, há algo de novo nos números. Enquanto no restante da cidade a graduação da cor nos revela, na maioria dos casos, uma renda inferior de pretos a brancos, aqui existe um determinado equilíbrio entre os números (ver Tabela 27). Entretanto, esses exemplos não podem ser vistos como prova da pretensa democracia racial. Não podemos ser levados por raciocínios falaciosos, pois as exceções não fazem a regra, os efeitos ideológicos da discriminação racial foram devastadores, principalmente para aqueles que reunia melhores condições intelectuais para questionar o lugar que lhes era reservado na sociedade brasileira.

Tabela 27 – Classe de renda da população do bairro da Pituba por Cor (%) - 2000

Classes de Renda	Branca	Parda	Preta
Mais de 5 a 10 salários-mínimos	29,58	34,82	27,36
Mais de 10 a 15 salários-mínimos	18,38	17,98	23,04
Mais de 15 a 20 salários-mínimos	16,76	16,36	16,00
Mais de 20 a 30 salários-mínimos	14,79	14,48	12,96
Mais de 30 salários-mínimos	20,50	16,36	20,64
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Extraído do Censo Demográfico 2000.

### 7.1.2 Instrução

Segundo Durkheim (1973), a educação é antes de tudo o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência. A sociedade só pode viver se dentre seus membros existe uma suficiente homogeneidade. Para o autor, a educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando desde cedo na alma da criança as semelhanças essenciais que a vida coletiva supõe.

Sobre isso, Bourdieu e Passeron (1976) defendem que a relação entre a educação e estrutura de classes e como o sistema escolar age para assegurar a reprodução ideológica é a

reprodução da sociedade capitalista. Ela se organiza a partir da reprodução de bens econômicos e simbólicos transmitidos pela família, fazendo com que esse grupo social organize um modo de vida e uma determinada concepção de mundo.

[...] a educação funciona a cada momento como matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas suficientemente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas que permitem resolver problemas da mesma forma, e, graças a correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados. (BOURDIEU; PASSERON, 1976, p.214).

Giddens (1978) afirma que o papel principal da educação é a transmissão de cultura na sociedade, o que, segundo Bourdieu e Passeron, não é aceito. Para esses autores, é a família a responsável pela transmissão dos interesses materiais e simbólicos de grupos situados em diferentes relações de forças.

[...] o valor enquanto capital cultural, dos arbítrios culturais reproduzidos pelas diferentes ações pedagógicas (indivíduos educados) constituem um dos mecanismos mais ou menos determinantes segundo os tipos de formação social, pelos quais se acha assegurada a reprodução social, definida como reprodução das relações de força entre classes sociais. (BOURDIEU; PASSERON, 1976, p. 218).

Os dados referentes ao nível de instrução dos entrevistados nos revela que 60,48% dos entrevistados tem curso superior completo, e apenas 39,42% não frequentou a universidade. Uma realidade bem diferente do restante da população de todo o país, que em 1999 tinha 98% dos jovens negros fora das universidades (para os jovens brancos esse número cai para 89%) (ROVERTO, 2004). Ainda segundo dados do Censo (IBGE, 2000), a quantidade de anos de estudo dos negros na região estudada concentrava-se nas faixas de 11 a 14 e 15 ou mais anos de estudo. Isto reforça as observações já feitas por Ianni (1998), de que a educação foi a forma mais utilizada entre os negros para ascender socialmente.

Uma das preocupação dos negros da classe média é a luta pela elevação intelectual, como técnica segura de ascensão social e integração em grupos brancos. Ou seja, supõe-se que o elemento cor desaparece impondo-se pela cultura, esquecendo que a eliminação das barreiras raciais não dependem apenas do negro. Significa atribuir relação grau de instrução e preconceito como dependentes um do outro, quanto menor o nível de instrução, maior o preconceito. (IANNI, 1998, p. 45).

Ainda segundo Ianni (1998), não se pode negar que os indivíduos negros que ascendem sentem menos intensamente a discriminação dos brancos. O que não significa diminuição das barreiras e sim um aumento da capacidade de ajustamento do negro ascendente às situações sociais, situações essas que dá a impressão de que o preconceito diminui.

Analisando os dados dos moradores negros da Pituba, no que diz respeito ao curso de nível superior, houve uma preferência dos entrevistados pelos cursos de Direito, Sociologia e Ciências Sociais, apesar de serem menos prestigiados pela classe de renda média branca e cujos salários, geralmente, serem mais baixos. Assim, para analisar essa predileção devemos considerar que a escolha profissional deu-se num campo de possibilidades. Pois, são cursos de baixo custo quando comparados com outros como medicina e odontologia, sem a necessidade de dedicação exclusiva e oferecidos à noite. Como conclui Thales de Azevedo em 1955, “É importante registrar que, até este momento, o principal canal de ascensão social, através do qual grande número de pretos e mestiços tem adquirido *status* elevado, é a educação” (AZEVEDO, 1955: 198),

Sem acesso à escola não conseguem se habilitar a funções com maiores remunerações, ficando relegados a funções secundárias, com rendimentos bem inferiores. Os dados levantados pelo IPEA (2000) em todo país demonstram que o tempo médio de estudo de um jovem branco com 25 anos é de 8,5 anos, enquanto o negro na mesma idade é de 6,1 anos. Tudo isso fica mais evidente quando se analisa o currículo escolar. Considerando que ambos (negros e brancos) começam juntos na 1ª série do ensino fundamental, o branco vai até o 1º ano colegial e o negro abandona a escola na 6ª série. Como cada ano de estudo representa um acréscimo de 16% na renda, a defasagem escolar torna-se a barreira fundamental que impede os negros em conquistar melhores salários como confirmam Pastore e Silva (2000, p.94), “[...] em maior ou menor medida, dependendo do estrato social de origem, as pessoas do grupo não-branco contam com uma severa desvantagem no acesso a um recurso crucial na competição por posições na estrutura social, como é o caso da educação formal.”

Entretanto, quando o negro incorpora a educação como um espaço em que é possível ascender positivamente, o racismo existente na sociedade pode tornar suas perspectivas de futuro frustradas, o que corresponde a reconhecermos que um conjunto de possibilidades teoricamente existentes, na prática possa se tornar inexequível, limitando efetivamente o campo de suas possibilidades, já que nem sempre o capital cultural acumulado pode ser convertido em uma posição social correspondente. No entanto, precisamos pontuar que a conclusão do curso superior já era considerada uma vitória, em uma cidade onde mais de 50% daqueles que se consideravam pretos tinha, no máximo, o segundo grau concluído.

### 7.1.3 Profissão

Todos os pesquisados exerciam profissões não-manuais na época da pesquisa. Em sua maioria são Gerentes, Contadores, Advogados, Dentistas, Professores, Engenheiros Civil e Técnicos Qualificados. O Serviço Público, seguido das atividades no Comércio e do segmento Químico/Petroquímico, são ramos de atividades que mais concentram os negros da classe média que reside no bairro da Pituba (ver Tabela 28). Segundo Fernandes (1978), o serviço público foi muito importante para a formação da “classe média negra”, assegurando ao negro um emprego estável em funções não-manuais. O serviço público representou a possibilidade de ascensão e de aquisição de prestígio social, apesar dessa trajetória não parecer ser regra a todos da mesma origem étnica. Tal situação pode estar relacionada à forma de acesso mais democrático a esses cargos, já que a principal técnica adotada é uma prova escrita e de caráter impessoal. Diferente das entrevistas, onde ficam mais expostos aos preconceitos e às subjetividades dos entrevistadores.

Tabela 28 - Atividade principal da população do bairro da Pituba - 2000

Atividade	%
Comércio	5,70
Serviço Público	13,53
Indústria	8,14
Outros	72,64
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Extraído do Censo Demográfico 2000.

### 7.1.4 Instrução X Renda

Quando se fala em renda do negro, muitos equívocos e idéias simplistas permeiam a questão no Brasil. No último estudo, por exemplo, sobre desigualdade salarial entre brancos e negros no Brasil feito pelo Dieese e pela Fundação Seade, brancos têm rendimento mensal de R\$ 760,00 e os negros R\$ 400,00. Logo, alguns setores da sociedade acreditam que em um ato preconceituoso, os patrões decidem dar às pessoas de cor branca, um salário maior que o de um negro, ocupando o mesmo cargo e com a mesma responsabilidade. Contudo, isso não

acontece porque ao capital o que interessa é o lucro. E a ocorrência de tal fato reside no campo jurídico de isonomia salarial.

A explicação para tal diferença é de outra natureza, e remonta do Brasil colônia. A verdade se encontra na escola, na qualificação profissional. Quando observamos os alunos das universidades públicas ou privadas, os negros estão sub-representados. E isso sim faz refletir no fato de termos 45% da sociedade negra e quando analisamos os 1,7 milhões de brasileiros com maior renda, os negros são apenas 10% (IBGE, 2000).

Os negros não aparecem nas estatísticas das escolas não porque não querem, como alguns professam. Essa ausência tem várias razões, que vão desde a falta de uma consciência coletiva arrancada com a segmentação social, até a falta de fôlego financeiro para continuar a estudar.

Uma das respostas para o tempo de estudo de um jovem negro pode estar diretamente relacionada à renda familiar. Os negros estudam menos porque muitos interrompem os estudos mais cedo para ajudar no orçamento familiar.

### **7.1.5 Religiosidade**

Segundo Durkheim (1989), a importância da religião está na regulação da sociedade. A religião possibilita uma reflexão do homem para além de si mesmo e seu principal valor está em conferir regularidade à sociedade, sem a qual a existência social está destinada ao fim. Existir, para Durkheim (1989), é existir socialmente e, portanto, sob uma ordenação determinada.

Para Durkheim (1989), os indivíduos buscam afetivamente na religião a sensação de sair de si, pela imersão no coletivo, através do contato com algo que é mais importante do que eles próprios, individualmente. Esta experiência transcendental reaviva a possibilidade da vida em conjunto, em uma esfera em que todos são iguais, comungam de uma mesma comunidade moral e compartilham a grande satisfação de que a vida social é possível. Ou seja, a crença e a ação estão próximas e entrelaçadas.

A moralidade não está exclusivamente vinculada à religião segundo Durkheim (1989), embora ela seja uma fonte abundante. Sendo a sociedade um ponto fundamental na teoria durkheimiana, a moralidade tem a ver com um princípio capaz de conferir-lhe estabilidade e continuidade. Um indivíduo sozinho não necessita de uma moralidade. Para se socializar, no entanto, há uma moral coletiva à qual o indivíduo tende a se submeter, não importando qual seja a sua moral individual. Sendo assim, a coletividade deve incitar a um aprimoramento da moral, pois, sendo socialmente bem difundida, a internalização da moral prescindiria de entidades regulamentadoras como o Estado ou a Igreja – ainda que política e religião permaneçam, na medida em que funcionam, como geradoras de moral.

Weber (1977, p.279), em sua obra *Sociologia da Religião*, observa a unidade das práticas religiosas como primordialmente racionais, pelo menos relativamente, e voltadas para o mundo físico: “ainda que não seja necessariamente uma ação orientada por meios e fins, orienta-se, pelo menos, pelas regras da experiência.” Percebe que em todas elas há necessidades ou propósitos sociais ligados a um fim, cujo desenvolvimento, em sua grande maioria, tem alcance político e econômico.

Para Weber (1977), a racionalidade é função da sistematização de diversas esferas da atividade humana como manifestação da liberdade individual na era capitalista, que instaura uma nova forma de razão para a sua incorporação pelo indivíduo e baseia-se somente em regras da lógica formal e na ritualização de seus procedimentos formais.

Portanto, compreender quais os dogmas religiosos incorporados pelo grupo estudado é fundamental para entendermos como são ordenados socialmente. Assim, de acordo com os dados apresentados na Tabela 29, em termos de opção religiosa, a católica foi a mais predominante. Das pessoas que se declararam católica apostólica romanas representam, em 2000, 71,17% da população total da região selecionada. O segundo maior percentual corresponde à religião espírita, com 11,96%. Os sem religião apresentaram-se na terceira posição, 9,15%.

Tabela 29 - Opção Religiosa - Bairro da Pituba - 2000

Culto	%
Candomblé	0,52
Católica Apostólica Romana	71,17
Espírita, Kardecista	11,96
Evangélica	6,53
Outras	0,67
Sem religião	9,15
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Extraído do Censo Demográfico 2000.

Percebemos na tabela cima que a Bahia foi colonizada não só pelo estado português, mas pela igreja católica, como afirma Mattoso (1974). O catolicismo chegou ao Brasil junto com os jesuítas e foi a religião oficial do país por muito tempo. A religião católica e o reino português se confundiam e dividiam a ocupação das terras brasileiras. Foram os jesuítas que instalaram na Bahia e em todo o resto do país o catolicismo, aprovado pelo rei português, que sufocou o credo indígena e africano, relacionando-os à pobreza e a marginalidade.

Desde a chegada de Manuel da Nóbrega, em 1549, os jesuítas realizaram no Brasil a contra-reforma que pretendia recuperar os fiéis perdidos para o protestantismo na Europa, conquistando primeiro as almas dos indígenas e depois dos negros e mestiços. Na Bahia, criaram uma estrutura de dominação religiosa, econômica e educacional. Segundo Verger (1981) as famílias eram fiéis praticantes da religião, ofertando consideráveis doações à igreja, que logo acumulou fortunas em bens e propriedades. As mais importantes famílias baianas tinham pelo menos um filho padre, o que lhe conferia respeito e *status*. Os filhos das melhores famílias freqüentavam as escolas dos jesuítas e eram muito bem vistos por isso. Com o tempo, apenas os ricos podiam manter seus filhos estudando em escolas dirigidas pelos jesuítas que aplicavam a educação escolar mais valorizada pela sociedade baiana.

Retornando à Tabela 29 outro dado nos chama atenção. O baixo percentual de adeptos do candomblé pelo negro com renda média segue os mesmos padrões dos brancos de mesmo perfil de renda do bairro. Esses números demonstram quão eficiente foi a influência da igreja católica nesta sociedade, cooptando e destruindo quase toda as outras manifestações religiosas. Segundo Mattoso (1974), ao lado do catolicismo oficial havia uma religiosidade voltada para a devoção influenciada por outras crenças, principalmente as religiões africanas que estimulam a dança, os rituais e as procissões das festas católicas. Eram muito freqüentes

as irmandades, confrarias e ordens terceiras formadas apenas por leigos e que pouco se preocupavam com os sacramentos. As primeiras congregavam fiéis em torno da devoção de um santo escolhido, geralmente de um mesmo grupo, cor ou classe social. A Irmandade da Misericórdia, formada por brancos da elite, por exemplo, foi fundada em 1550 na Bahia. Já a irmandade do Senhor Redentor da Bahia, fundada em 1752, era composta apenas por negros *jejes*. Algumas eram mais que entidades religiosas como a Irmandade da Boa Morte, formada por mulheres negras que tramavam e facilitavam a fuga de escravos durante as reuniões.

Essas tradições foram reprimidas com o tempo, principalmente pelo fato de que poucos consideravam os preceitos católicos baseados nos sacramentos, por não precisarem de autoridades religiosas como padres para realizar suas atividades e por recrutarem cada vez mais adeptos e devotos dos santos. Apesar de algumas delas ainda existirem, já por volta do século XIX, já eram consideradas ultrapassadas por não possuírem o mesmo fôlego do passado. A igreja católica tratou de reprimir e desvalorizar essas manifestações leigas autônomas e substituí-las por grupos ligados diretamente ao clero como as diversas pastorais que levaram de volta para dentro da igreja e para debaixo do seu jugo.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com os resultados obtidos em torno desse estudo, podemos inferir que alguns podem ser estendidos aos negros de renda média que estejam localizados em outros bairros que preservam as mesmas características daqueles amostrados. Entretanto, não queremos aqui reproduzir os erros dos que simplificam a realidade em cima de alguns números, nem tampouco exigir amor e compaixão à população da raça negra por ter sobrevivido à própria ordem escravocrata. O que se pretendeu foi analisar um fenômeno que muitas vezes fica ofuscado pelo discurso vazio do preconceito racial de alguns setores da sociedade.

Iniciamos este estudo apresentando uma análise do espaço urbano e dos seus territórios a fim de compreender sua interferência na relação entre as classes. Entendemos que a estruturação do espaço urbano é produto da articulação e do desdobramento do capital monopolista. Ou seja, a estruturação do espaço é a dimensão espacial das relações sociais e do consumo. Assim, concluímos que os negros, apesar de estarem excluídos da esfera do consumo, interagiram e construíram o seu território do “resto” inassimilável pela produção dominante.

O estudo da estrutura social mediante uma progressão de relacionamentos entre seus coletivos essenciais, contribuiu para melhor compreensão dos laços de dependência entre classe e raça na sociedade brasileira. Compreendemos que o conceito de classe social ainda é uma das principais chaves explicativas para pensar as identidades sociais construídas no dia-a-dia e que implica em abertura ou restrição de oportunidades na sociedade. Resumidamente, poderíamos dizer que a origem social atua limitando ou ampliando os espaços sociais a determinados grupos.

Buscando compreender a interação do ser negro com a sociedade, este estudo nos revela que as classes sociais não se distinguem apenas pela posse ou não de bens, mas pela maneira como os utilizam. O consumo de bens transforma-se em signos sociais, transformando a maneira como utilizar um objeto mais relevante que sua função. Os diversos grupos sociais se distinguem a partir das preferências, gostos que referenciam um estilo de vida. Portanto, o universo simbólico é essencial para hierarquizar os vários segmentos da sociedade.

Entretanto, apesar de reveladores, os resultados obtidos acima ainda não respondiam a todas as indagações da pesquisa. Tais respostas só foram sendo reveladas ao passo que conhecíamos os resultados de investigações anteriores. Os resultados dessas pesquisas sobre mobilidade social indicaram, em primeira instância, que em um cenário de crescimento e desenvolvimento econômico, as qualificações e habilidades seriam decisivas para as oportunidades que viriam a surgir no mercado de trabalho. Assim, essas mudanças contribuiriam para a ascensão social positiva de todos os indivíduos, inclusive os negros. Entretanto, quando se colocou o quesito cor nos estudos, constatou-se que, independente do nível educacional e do cenário econômico, havia barreiras sociais eficazes no processo de mobilidade social do negro no Brasil.

No início de 1940 ao final de 1950, muitas pesquisas contribuíram para fortalecer idéias que alimentavam o mito da democracia racial. Um desses conceitos defendia a existência apenas da discriminação de classe e não de raça, e que a proximidade do passado escravocrata era a razão da maior presença dos negros nas camadas inferiores da sociedade. Entretanto, nem todos os pesquisadores do período comungavam com essa idéia. Alguns já acusavam a existência de barreiras raciais geradas pela atuação de um tipo diferente e sutil de preconceito, legitimamente brasileiro, poderoso e eficaz na manutenção da ordem escravocrata mesmo após a proclamação formal da igualdade. Ainda assim, parte desses autores acreditava que o desenvolvimento econômico poderia propiciar a melhor distribuição dos negros nas camadas da pirâmide social.

Apenas na metade da década de 70, é que começam a surgir estudos possibilitando comparação entre brancos e negros no Brasil inteiro. Os resultados começaram a mostrar que apesar do intenso desenvolvimento econômico experimentado no pós-guerra, as

desigualdades entre negros e brancos não só continuava intensas como estavam amplamente disseminadas.

Essas novas conclusões não podiam mais ser consideradas apenas frutos dos efeitos inerciais do passado escravo. Possibilitando, a partir da década de 1980, que começassem a surgir novas pesquisas com informações mais detalhadas sobre a extensão e o caráter das desigualdades raciais e a sua relação com os processos de mobilidade social no Brasil. Comprovando que mesmo comparando brancos e negros de mesmo nível socioeconômico, persistiam as desigualdades entre eles, inatribuíveis a outras fontes que não o racismo.

Desde então, os estudos feitos a partir de pesquisas demonstrarão, sem exceção, tanto a persistência temporal das desigualdades raciais quanto a sua reprodução nos processos de mobilidade e, ainda, a perpetuação das distinções intraclasses, ou intra-estratos, entre brancos e negros. Mesmo trabalhando com esquemas diversos, essas conclusões ressaltam o caráter inequívoco da existência de barreiras raciais que se sobrepõem às de classe nos processos de mobilidade social, contribuindo para a constante reprodução do status coletivo subalterno dos negros. Tais constatações são reforçadas na análise da distribuição racial da cidade do Salvador. Constatamos que o negro com renda média está sub-representado em bairros onde há concentração de moradores com o mesmo perfil de renda como é o caso da Pituba. Esse contingente de negros que conseguiram ultrapassar as barreiras impostas pelo racismo e realizar o projeto de ascensão social se utilizaram de campos que requerem maior capacidade intelectual, onde, historicamente, não conseguiam “melhorar de vida”. Fugindo por completo de áreas em que geralmente utilizam para ascender socialmente, como a música, esporte e a arte. Ou seja, ser negro e pertencer à classe-média do bairro da Pituba é, portanto, ter conseguido realizar o projeto de ascensão econômica e social viabilizado pelo intenso investimento em educação e trabalho árduo.

Analisando a origem do trabalho remunerado com carteira assinada dos negros com renda média, constatamos que o serviço público foi muito importante para a formação da “classe média negra”, assegurando um emprego estável em funções não-manuais como demonstram os dados. No que diz respeito ao curso de nível superior, houve uma preferência dos entrevistados por cursos menos prestigiados na sociedade e cujos salários, geralmente, são os mais baixos. Tal opção deve-se ao fato de serem cursos de baixo custo, não terem a necessidade de dedicação exclusiva e serem oferecidos à noite.

No entanto, vale ressaltar, que o alto nível de escolaridade, os diplomas, os títulos, os cargos de nível universitário e a mobilidade social intergeracional, não têm fim em si mesmo, são instrumentos dos quais se espera obter a dignidade. Talvez aí esteja o caráter mais importante desses negros que ascendem, pois sua existência só ganha sentido à medida que é tratado de forma igualitária “[...] para afirmar-se socialmente como gente [...]” (FERNANDES, 1965, p.144).

Apesar da pesquisa realizada com negros no bairro da Pituba demonstrar uma forte identificação deste grupo com a classe-média, em todas as outras pesquisas realizadas por diversos autores, em diversos lugares do país, constatou-se que não há um sentimento de pertencimento à classe média e quando isso ocorre quase sempre vem acompanhado de uma distinção em relação àqueles indivíduos que se consideram como classe média. Essa situação pode estar relacionada ao fato dos entrevistados serem provenientes de famílias cujos pais ocupavam funções manuais de baixa remuneração no mercado de trabalho.

Por tudo isso, o caráter que mais singulariza a chamada “classe média negra” é a sua precariedade. Além das dificuldades em transpor as barreiras das ocupações, este grupo encontra dificuldades em transmitir as posições alcançadas às gerações seguintes. Essa hipótese é reforçada por Figueiredo (2002) quando assinala que o grupo não se percebe como classe média por conta, muitas vezes, da instabilidade da sua situação de classe, entendida pelos entrevistados como frágil ou instável, ou seja, incerto em relação ao futuro. Portanto, o termo “negro de classe média” não seja o mais adequado quando se trata de indivíduos que conseguiram uma mobilidade social ascendente.

Mas, a posição de classe do grupo estudado é a demonstração evidente de que o projeto foi concretizado. Através do esforço pessoal foi possível concluir os estudos, conseguir uma ocupação não manual e constituir um estilo de vida que por ser composto por habitus das camadas de renda média, acaba diferenciando-os tanto da “massa negra” quanto da classe média branca. Ainda que alguns pesquisadores como Souza (1983), defenda que a história de ascensão do negro é também a história de negação da identidade negra. Ou seja, quando se trata do negro da classe média, o caminho de ascendência do negro passa pela tentativa de assemelhar-se ao branco, fragmentando assim a identidade e desestruturando todo o grupo.

Concluimos que as exceções existem, e a ideologia racial delas se aproveita. Opera por argumentos falaciosos, transforma os poucos negros de sucesso, cujo caráter excepcional deveria ser “prova” dos efeitos do preconceito racial, em “provas” da inexistência de discriminações raciais nos processos de ascensão social.

Logo, para destruir essa “naturalização” que separa os negros do lado mais pobre e os brancos do lado mais rico, é preciso redefinir alguns parâmetros a fim de tornar a sociedade mais justa e democrática. As origens históricas e institucionais dessa desigualdade são múltiplas, mas sua longividade faz com que a sociedade passe a encarar como algo natural e imutável. Apesar de ser resultante de um “acordo” social excludente, que não reconhece a mesma cidadania para todos.

A intensa desigualdade entre as raças, associada às formas usualmente sutis de discriminação racial, impede o desenvolvimento das potencialidades e a ascensão social positiva da maioria da população negra. O entendimento dos contornos econômicos e sociais da desigualdade entre brancos e afro-descendentes apresenta-se como elemento central para se construir uma sociedade democrática, socialmente justa e economicamente eficiente. Assim, o combate ao racismo passa também, necessariamente, pela constituição alternativa de um projeto político de transformação da sociedade no sentido de garantir o bem estar do conjunto. O resgate da cidadania, no sentido amplo do termo, que envolve direitos iguais sobre a riqueza socialmente produzida é uma tática que deve ser usada.

Nesse sentido, acreditamos que políticas públicas como as cotas refletem, para um primeiro momento, um esforço para a diminuição das desigualdades e compensar as desvantagens. Mas, jamais garantir o sucesso deste ou daquele grupo, a fim de não se tornar outro problema de desigualdade.

Analisando o balanço sobre o que deu certo e o que deu errado nos Estados Unidos apresentado por Crosby e VanDeVeer (2000), no estudo *Sex, race & merit, ann arbo*, o sistema de cotas nas universidades e na administração pública fez com que a classe média negra dobrasse nos últimos vinte anos. Mas as chamadas “políticas afirmativas” também produziram uma nova forma de disputa racial. Um candidato branco que perde um bom emprego não por ser menos capacitado, mas porque a lei favorece o negro normalmente se

considera injustiçado pela política de cotas. Nesse caso, a política pode ser lida também como uma forma de preconceito.

Para os americanos, o sistema de cotas teria dado certo. A prova inequívoca é que hoje 26 milhões de trabalhadores e um milhão de estudantes universitários americanos são negros que adentraram na classe média. Não há dúvida que houve uma relação direta entre a ascensão dos negros e as ações afirmativas iniciadas com a Lei dos Direitos Civis em 1964 operacionais por Lyndon Johnson em 1965. Entretanto, segundo Pastore (2000), mesmo os mais fervorosos defensores das cotas reconhecem que esse sistema, sozinho, não garante a mobilidade social dos negros. Seria impossível resolver tal problema pela simples imposição do critério da raça na hora de recrutar. Segundo o autor, em pesquisas mais detalhadas e de caráter histórico demonstram que a mobilidade social dos negros americanos começou muito antes da implantação do sistema de cotas e teve como propulsor principal a garantia de acesso para as crianças negras em boas escolas de primeiro e segundo graus. O resultado foi que entre 1940 e 1970 a proporção de homens negros em profissões qualificadas passou de 5% para 22%. No caso das mulheres negras, o salto foi de 6% para 36%. Ou seja, já existia uma classe média expressiva entre os negros americanos em meados dos anos 60, quando começou o sistema de cotas.

Enfim, apesar dos resultados deste trabalho assinalar algumas mudanças, o negro, mesmo alcançando maiores patamares econômicos, ainda luta para deixar de ser um cidadão de “segunda classe” e alvo preferencial das várias formas de violência social.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. Desigualdade durável. **Veja**, São Paulo, Abril, ed.1623, v.32, n.33, p. 34-44, 10 nov.1999.

ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1996). In: ANDRADE, T. (Org.). **Quilombos em São Paulo**: tradições, direitos e lutas. São Paulo: IMESP, 1997.

ALMEIDA, J. F. de. Temas e conceitos nas teorias da estratificação social. **Revista Análise Social**, v. 20, 1984.

ALMEIDA, R. de. **Traços da história econômica da Bahia no último século e meio**. Salvador: Planejamento, 1977.

ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: EDUSC, 1998.

APPIAH, K.; GATTES JR, H. **Africana**: the encyclopedia of the african and african american experience. [S.l.]: Basic Civitas Book, 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE PESQUISA - ANEP. **Critério de classificação econômica Brasil**. Disponível em: <<http://www.anep.org.br>>. Acesso em: 15 out.2005.

AZEVEDO, T. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: Edufba, 1996.

\_\_\_\_\_. Mestiçagem e status. In: \_\_\_\_\_. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BAER, W. **Economia brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Comissão de Planejamento Econômico. **Plano de desenvolvimento da Bahia**: 1960/1963. Salvador: CPE, 1960.

\_\_\_\_\_. **A Economia baiana de 1850 a 1950**: algumas questões. Salvador: CPE, 1981.

\_\_\_\_\_. Fundação de Pesquisas CPE. **A inserção da Bahia na evolução nacional. 1ª etapa**: 1850/1899. Salvador: CPE, 1978. 5 v.

BANTON, M. **A idéia de raça**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARCELLOS, D. M. de. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre**. 1996. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

BARROS, R. P.de; MENDONÇA, R. O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza. Brasília, **Texto para Discussão**, n. 528, 1997.

BARTH, F. (Org.). **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultural Económica, 1976.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

\_\_\_\_\_. **Branco e negros em São Paulo**. São Paulo: Nacional; Brasiliana, 1971a.

\_\_\_\_\_. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma Sociologia da interpretação das civilizações. São Paulo: Pioneira; USP, 1971b.

\_\_\_\_\_. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. **As Américas negras**: as civilizações africanas no Novo Mundo. São Paulo: Edusp, 1974.

BERNARDI, B. **Introdução aos estudos etno-antropológicos**. Lisboa: Edições 70, 1992.

BIKO, S. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990.

BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. In: AGUIAR, N. (Org.). **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. ; PASSERON. **La Reproducción**. México: Editorial Siglo XXI, 1976.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAILLAUX, E. L. Cor e mobilidade social no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 26, 1994.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. (Coleção Brasiliana, v. 307).

- CARLOS, A. F.A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARVALHO, J. J. (Org); DÓRIA, S.Z.; OLIVEIRA JR. A. N. **O Quilombo do Rio das Rãs. História, tradição, lutas**. Salvador: EDUFBA, 1996.
- CARVALHO, J. J. de. **O Quilombo de Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas**. Salvador : EDUFBA, 1996.
- CARVALHO, M. R. G. de (Org.). **Identidade étnica, mobilização política e cidadania**. Salvador: OEA; UFBA; EGBA, 1989.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. São Paulo: Brasiliense; Edurpl, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARNEIRO DA CUNHA, M.; CARVALHO, M. R. G. de (Org.). **Mobilização política e cidadania**. Salvador: OEA; UFBA; EGBA, 1989.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, N.; BARRETO, V. **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. Salvador: Annablume Editora, 1998.
- COHEN, A. **O homem bidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- COSTA PINTO, L. A. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. (Coleção Brasileira, v. 276).
- CROSBY, F. J.; VANDEVEER, C. **Sex, race e merit, Ann Arbor**. Michigan: University of Michigan Press, 2000.
- DAVID, R. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Canal população negra**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 26 fev. 2006.
- DURKHEIM, E. **Educación y Sociología**. Buenos Aires: Editorial Shapire, 1973.

\_\_\_\_\_. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico da Austrália. São Paulo, Paulinas, 1989.

DURKHEIM, É.; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). **Durkheim. Sociologia.** São Paulo: Ática, 1978.

DWECK, R. H. A beleza como variável econômica. Reflexo nos mercados de trabalho e de bens e serviços. Brasília, **Texto para discussão**, n. 618, 2005.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Fator, 1983.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. 2v.

\_\_\_\_\_. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

\_\_\_\_\_. Luta de raça e de classes. **Teoria e Debate.** São Paulo, n.2, mar.1988.

FERNANDES, F. **Mercado de trabalho na Bahia:** um diagnóstico. Salvador: [s. l.], 1986.

FERREIRA FILHO, A. H. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). **Revista Afro-Ásia**, p.21-22, 2006.

FIGUEIREDO, A. **Novas elites de cor.** São Paulo: Annablume, 2002.

FIGUEIREDO, L. **Rebeliões no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala.** Rio de Janeiro: Record, 1933.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977.

GIDDENS, A. **As idéias de Durkheim.** São Paulo: EDIPE, 1978.

\_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GODOY, N. Somos todos um só. **IstoÉ**, São Paulo, Três, 18 nov.1998. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/arquivo/inde1520.chtm>>. Acesso em: 27 jan. 2006.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, A. S. A. **Raças, classes e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **Raça, cultura e identidade**. Disponível em:  
<WWW.URL:http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag>. Acesso em: 20 nov. 2005.

HARRIS, M. **Padrões raciais nas Américas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. 1976: as desigualdades raciais revisitadas. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, n. 2, 1983.

\_\_\_\_\_. Raça e mobilidade social. In: VALLE SILVA, N. do (Org.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

\_\_\_\_\_. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N.; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. (Org.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

HELLER, A. **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

\_\_\_\_\_. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HIRANO, S. **Castas, estamentos e classes sociais**. São Paulo. Alfa-Omega, 1974.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1998.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre padrões de vida 1996 – 1997**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico**. Brasília: IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais**. Brasília: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm-33k>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. [Site institucional]. Disponível em:<<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

INSPIR - INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL. [Site institucional]. Disponível em:<<http://www.inspir.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Publicações**. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. [Site institucional]. Disponível em:<<http://www.ipea.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

LAMAS, J.M. R.G. **Morgologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian; JNICT, 1993.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte:, Ed. UFMG, 2002. –

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LIPIETZ, A. **El capital y su espacio**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

LOEB, R. Aspectos do planejamento territorial urbano no Brasil. In: MINDLIN, B. **Planejamento no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MACEDO, S. S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 1999.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGGIE, Y; REZENDE, C. B. (Org.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, IPEA, v. 14, n. 41, out. 1999.

MARIANI, C. Análise do problema econômico baiano. **Planejamento**, v. 5, n.4, p.62-68, out./dez., 1977.

MARX, K. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. 16. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

MATTOSO, K. M. Q. **Bahia**: a cidade de Salvador e seu mercado no Século XIX. São Paulo: Hucitec, 1974.

MOURA, C. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P. (Org.) **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. A identidade negra no contexto da Globalização. **Ethnos Brasil**, São Paulo, v.1, n. 1, mar. 2002.

NEVES, N. O. **Estratégias de desenvolvimento e seus reflexos na paisagem urbana**: o caso da Pituba. 2005, 176 f. Dissertação (Mestrado) -Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2005.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Tanto preto quanto branco**: estudo das relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

\_\_\_\_\_. **Tanto preto quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

\_\_\_\_\_. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

O'DWYER, E. C. Remanescentes de Quilombos na fronteira Amazônica : a etnicidade como instrumento de luta pela terra. In:\_\_\_\_\_ (Org.) **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro : Associação Brasileira de Antropologia ; CFCH-UFRJ, 1995.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego**: guia para leitor. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido**: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1986.

OLIVEIRA JUNIOR, A. N. de. A invisibilidade imposta e a estratégia da invisibilização entre negros e índios: uma comparação. In: BACELAR, J.; CAROSO C. **Brasil, um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas; CEAO, 1996.

ORO, A. P. Os negros e os cultos afro-brasileiros no Rio Grande do Sul. In: LEITE, I. B., (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.** Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

OSORIO, R. G. **Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda.** 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. A mobilidade social dos negros brasileiros. Brasília, **Texto para Discussão**, n. 1033, ago. 2004.

PARETO, V. Tratado de sociologia geral. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). **Pareto: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1984.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. do. **Mobilidade social no Brasil.** São Paulo: Makron Books, 2000.

PEDRÃO, F. O negro na formação econômica na Bahia. In: SEMINÁRIO..., 1992. Salvador. **Anais...** Salvador: FCE/UFBA, 1992.

\_\_\_\_\_. **Classes e estruturação da produção.** Disponível em: <<http://www.unifacs.br/cedre/docs/Notadeaula2%20.doc>>. Acesso em: 14 nov.2005.

\_\_\_\_\_. **Cultura, classe e mudança.** Disponível em: <<http://www2.cofecon.org.br/coreconba/artigos.asp>>. Acesso em: 10 dez.2005.

PEREIRA, J. B. B. **Cor, profissão e mobilidade.** São Paulo: Pioneira, 1987.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. (Coleção Brasileira, v. 241).

\_\_\_\_\_. **Negrões in Brazil.** [S. l.]: [s.n.],1942.

PINHEIRO, D. A classe média negra. **Veja**, São Paulo, Abril, ed. 1611, v.32, n. 33, p.62-69, 18 ago.1999.

PORTELLI, H. **Gramsci y el bloque historico.** México: Editorial Siglo XXI, 1971.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PRADO JR., C. **A formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

QUEIROZ, M. I. P. de. A ascensão econômica dos negros no Brasil e em São Paulo. **Ciência e Cultura**, São Paulo, SBPC, 1977.

QUEIROZ JUNIOR, T. de. **Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira**. São Paulo: Ática, 1975.

RAGEPO, Guilherme. **Pituba: de latifúndio a bairro planejado**. Retirado do site <<[www.oficina.fib.br/rep04.htm](http://www.oficina.fib.br/rep04.htm)>>, em 15 de junho de 2006.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REITZ, J.G. **Etnic group survival as sociological problem in the survival of ethnic groups**. Toronto: MacGraw-Hill, 1980.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros: teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

RIDENTI, M. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 1994.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROVERTO, M. **Desigualdades raciais no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ipeia.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2004.

SAMPAIO, T. **Relatórios dos estudos e projecto para uma cidade nova (A Cidade Luz)**. Na Pituba, dos terrenos de propriedade do Sr. Manoel Dias da Silva. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

SANSONE, L. O olhar forasteiro: seduções e ambigüidades das relações raciais no Brasil. In: BACELAR, J.; CAROSO C. **Brasil, um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas; CEAO, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma necessidade epistemológica: a distinção entre paisagem e espaço. In: \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001

\_\_\_\_\_. **Território e dinheiro**. In: \_\_\_\_\_. Território, territórios. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF; AGB, 2002.

SANTOS, P. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SARTRE, J. P. Prefácio. In: OS CONDENADOS da terra. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979, p. 3-21.

SEI-SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. [Site institucional]. Disponível em:<<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

SHALINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SILVEIRA, R. Os selvagens e massa – Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, n. 23, P. 87-144, 1999.

SINGER, P. I. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. São Paulo: HUCITEC, 1976.

SMITH, A. **A Riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade** : a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Claros e escuros** : identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, N.W. **As classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. Revolução. In: SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

SOUZA, J. E. de; ALMEIDA, J. C. D. de. **O Mucambo do Rio das Rãs**: um modelo de resistência negra. Bom Jesus da lapa: Sinergia; Cáritas, 1994.

\_\_\_\_\_. **Comunidades Rurais Negras Rio das Rãs - Bahia**: [S.l.]: [s.n.], [200?].  
Documentário.

SOUZA, M. A. de. A metrópole global? Refletindo sobre São Paulo. In: SOUZA, M.A. de et al. (Org.). **Metrópole e globalização**. São Paulo: CEDESP, 1999.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al.(Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TEIXEIRA, C. **Bahia em tempo de província**. Salvador: Funceb, 1985.

TELLES, E. E. Identidade racial, contexto urbano e mobilização política. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, CEAO; EDUFBA, p.121-122, 1996.

TOCQUEVILLE, A. **Lá démocratie em Amérique**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

TRICENTENÁRIO da morte de Zumbi dos Palmares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.8. 1995.

TURRA, C.; VENTURINI, G. **O racismo cordial**. São Paulo: Ática, 1995.

VALLE SILVA, N. do. As duas faces da mobilidade. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, n. 21, 1979.

\_\_\_\_\_. Cor e o processo de realização sócio-econômica. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. do (Org.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

\_\_\_\_\_. Cor e mobilidade ocupacional. In: PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron, 2000.

VAN DEN BERGHE, P. **Race and racism: a comparative perspective**. Nova Iorque: [s.n.], 1967.

VASCONCELOS, P. de A. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VERGER, P. **Orixás, Deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. São Paulo: [s.n.], 1981.

WAGLEY, C. (Ed.). **Race and class in rural Brazil**. Paris: Unesco, 1952.

WEBER, M. Sociologia da religião: tipos de relações comunitárias religiosas. In: \_\_\_\_\_.  
**Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: UnB, 1977.  
v.1.

\_\_\_\_\_. Classe, status, partido. In: VELHO, O. G. C. A.; PALMEIRA, M.; BERTELLI, A.  
**Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

**APÊNDICE A - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida**

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$

(continua)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. MPC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
01	ABAETÉ E NOVA BRASÍLIA	435,26	19.703,00	5.139,00	3,83	779,00	203,18	451,00	117,63	16.171,00	240,00	1,48	1.004,00	6,21	6.757,00	3.755,00	55,57
02	PATAMARES/PITUAÇU/PIATÁ E BATE FACHO	1.410,94	27.731,00	7.085,00	3,91	2.996,00	765,45	1.341,00	342,61	23.596,00	3.921,00	16,62	728,00	3,09	10.534,00	3.930,00	37,31
03	ALTO DO COQUEIRINHO/KM 17/PARQUE DE EXPULSIÕES E VILA DOS EX-COMBATENTES	527,11	25.499,00	6.724,00	3,79	900,00	237,33	500,00	131,85	20.773,00	706,00	3,40	1.072,00	5,16	8.707,00	4.289,00	49,26
04	BAIRRO DA PAZ	214,50	17.438,00	4.559,00	3,82	302,00	78,96	231,00	60,39	12.650,00	0,00	0,00	1.940,00	15,34	6.016,00	4.371,00	72,66
05	ITAPUÃ E NOVA CONQUISTA	879,57	17.549,00	4.707,00	3,73	1.752,00	469,92	1.050,00	281,63	15.095,00	1.490,00	9,87	680,00	4,50	6.105,00	2.224,00	36,43
06	STELLA MARIS E AEROPORTO LIBERDADE/BAIRRO	1.637,00	13.840,00	4.055,00	3,41	3.259,00	954,86	2.500,00	732,48	11.880,00	2.578,00	21,70	169,00	1,42	5.813,00	1.808,00	31,10
07	GUARANI/SIEIRO E JAPÃO	423,98	46.348,00	12.007,00	3,86	802,00	207,77	560,00	145,07	39.522,00	917,00	2,32	1.703,00	4,31	15.109,00	6.487,00	42,93
08	CURUZU	338,05	15.266,00	4.045,00	3,77	582,00	154,21	400,00	105,99	12.636,00	107,00	0,85	523,00	4,14	5.273,00	2.677,00	50,77
09	I. A. P. I. E SANTA MÔNICA	583,64	25.569,00	6.753,00	3,79	1.101,00	290,78	606,00	160,05	21.394,00	838,00	3,92	863,00	4,03	8.946,00	4.097,00	45,80
10	PAU MIÚDO E CIDADE NOVA	420,69	43.758,00	11.654,00	3,75	781,00	208,00	507,00	135,03	36.825,00	814,00	2,21	1.670,00	4,53	14.385,00	6.787,00	47,18

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$

(continua)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. M PC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
11	CAIXA D'AGUA/LAPINHA /SOLEDADE E QUEIMADINHO	505,32	28.264,00	7.571,00	3,73	982,00	263,05	680,00	182,15	24.396,00	997,00	4,09	1.110,00	4,55	9.427,00	3.802,00	40,33
12	BARBALHO/MACAÚBAS/SANTO ANTÔNIO E ÁGUA DE MENINOS	708,95	20.453,00	5.412,00	3,78	1.484,00	392,68	920,00	243,44	17.669,00	1.634,00	9,25	508,00	2,88	6.270,00	2.181,00	34,78
13	PERO VAZ	354,45	26.973,00	6.952,00	3,88	652,00	168,05	453,00	116,76	22.343,00	237,00	1,06	1.255,00	5,62	8.525,00	4.352,00	51,05
14	IMBUÍ	1.416,04	20.372,00	5.918,00	3,44	2.948,00	856,38	2.251,00	653,91	17.964,00	3.430,00	19,09	156,00	0,87	7.659,00	1.569,00	20,49
15	BOCA DO RIO E CAXUNDÉ	551,00	40.772,00	10.913,00	3,74	985,00	263,64	560,00	149,89	33.953,00	1.189,00	3,50	1.409,00	4,15	14.280,00	7.011,00	49,10
16	ARMAÇÃO/COSTA AZUL/STIEP E CONJUNTO DOS BANCÁRIOS	1.608,54	28.845,00	8.530,00	3,38	3.263,00	964,93	2.600,00	768,87	25.434,00	6.051,00	23,79	471,00	1,85	10.848,00	2.776,00	25,59
17	ITAIGARA/CAMINHOS DAS ÁRVORES E IGUATEMI	3.107,01	25.586,00	6.854,00	3,73	7.241,00	1.939,73	4.930,00	1.320,65	23.396,00	8.313,00	35,53	200,00	0,85	9.673,00	1.193,00	12,33
18	PITUBA E PARQUE NOSSA SENHORA DA LUZ	2.104,50	48.581,00	14.615,00	3,32	4.511,00	1.357,08	3.500,00	1.052,93	44.283,00	14.662,00	33,11	439,00	0,99	17.887,00	3.084,00	17,24
19	NORDESTE DE AMARALINA	287,96	21.007,00	5.260,00	3,99	514,00	128,70	372,00	93,15	16.836,00	99,00	0,59	1.348,00	8,01	6.952,00	3.554,00	51,12

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$

(continua)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. M PC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
20	SANTA CRUZ/CHAPADA DO RIO VERMELHO E VALE DAS PEDRINHAS	349,05	34.516,00	8.899,00	3,88	650,00	167,58	430,00	110,86	28.295,00	367,00	1,30	1.918,00	6,78	11.603,00	6.058,00	52,21
21	AMARALINA	800,69	27.038,00	7.514,00	3,60	1.576,00	437,98	850,00	236,22	23.474,00	2.006,00	8,55	980,00	4,17	8.763,00	3.987,00	45,50
22	RIO VERMELHO E PARQUE CRUZ AGUIAR	1.525,69	17.483,00	5.258,00	3,33	3.110,00	935,33	1.960,00	589,47	15.425,00	3.641,00	23,60	297,00	1,93	6.006,00	2.009,00	33,45
23	BARRA E BARRA AVENIDA	1.900,06	15.101,00	5.299,00	2,85	3.805,00	1.335,19	2.761,00	968,85	14.056,00	4.827,00	34,34	427,00	3,04	4.861,00	1.471,00	30,26
24	GRAÇA CHAME	2.063,74	21.252,00	6.551,00	3,24	4.658,00	1.435,84	3.300,00	1.017,24	19.737,00	6.805,00	34,48	266,00	1,35	7.191,00	1.121,00	15,59
25	CHAME/JARDIM APIPEMA/MORRO DO GATO E MORRO IPIRANGA	2.213,12	13.242,00	4.099,00	3,23	4.784,00	1.480,87	3.100,00	959,59	12.215,00	3.811,00	31,20	135,00	1,11	4.548,00	1.157,00	25,44
26	CAMPO GRANDE CANELA E VITÓRIA	2.215,61	14.125,00	4.283,00	3,30	4.752,00	1.440,91	2.920,00	885,41	13.052,00	3.656,00	28,01	334,00	2,56	4.293,00	716,00	16,68
27	GARCIA FEDERAÇÃO/ALT O DAS	909,83	14.483,00	3.981,00	3,64	1.916,00	526,66	901,00	247,66	12.788,00	1.723,00	13,47	452,00	3,53	4.380,00	1.486,00	33,93
28	POMBAS/CAMPO SANTO E CALABAR ONDINA/SÃO	472,79	20.134,00	5.381,00	3,74	888,00	237,33	550,00	146,99	17.018,00	585,00	3,44	724,00	4,25	6.417,00	3.447,00	53,72
29	LÁZARO/CARDEA L DA SILVA E VILA MATOS	1.277,11	19.514,00	6.008,00	3,25	2.468,00	759,85	1.251,00	385,16	16.897,00	3.394,00	20,09	631,00	3,73	6.554,00	2.696,00	41,14

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$

(continua)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. M PC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
30	ALTO DO SOBRADINHO E PARQUE SÃO BRÁS	532,49	19.840,00	5.413,00	3,67	1.053,00	287,29	646,00	176,25	16.855,00	921,00	5,46	769,00	4,56	5.935,00	2.707,00	45,61
31	ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO	389,22	23.031,00	6.115,00	3,77	698,00	185,33	460,00	122,14	19.108,00	352,00	1,84	1.108,00	5,80	7.406,00	3.518,00	47,50
32	ITINGA/CEASA E REPRESA DE IPITANGA	390,13	27.035,00	6.915,00	3,91	650,00	166,26	302,00	77,25	20.808,00	361,00	1,73	2.583,00	12,41	9.576,00	5.771,00	60,27
33	MUSSURUNGA	440,89	36.380,00	9.284,00	3,92	795,00	202,88	510,00	130,15	29.738,00	512,00	1,72	1.563,00	5,26	13.128,00	6.585,00	50,16
34	SÃO CRISTÓVÃO	393,60	28.894,00	7.472,00	3,87	620,00	160,33	351,00	90,77	22.571,00	186,00	0,82	1.969,00	8,72	10.073,00	6.348,00	63,02
35	CENTRO/CENTRO HISTÓRICO/POLI TEAMA E BARRIS	849,45	22.440,00	7.378,00	3,04	1.633,00	536,91	1.200,00	394,55	20.219,00	3.163,00	15,64	638,00	3,16	6.769,00	2.709,00	40,02
36	NAZERÉ/SAÚDE/TORORÓ E JARDIM BAHIANO	943,81	22.900,00	6.815,00	3,36	1.987,00	591,33	1.151,00	342,54	20.636,00	2.716,00	13,16	584,00	2,83	7.195,00	2.398,00	33,33
37	ÁGUA DE MENINOS/CALÇA DA/MARES/ROMA/BAIXA DO FISCAL E URUGUAI	414,41	32.567,00	8.313,00	3,92	795,00	202,93	530,00	135,29	27.513,00	664,00	2,41	1.495,00	5,43	10.217,00	4.209,00	41,20
38	BONFIM/DENDEZE IROS E MONT SERRAT	747,99	26.115,00	6.602,00	3,96	1.612,00	407,52	1.070,00	270,50	23.030,00	1.827,00	7,93	756,00	3,28	8.333,00	2.311,00	27,73
39	RIBEIRA E ITAPAGIPE	490,74	28.983,00	7.445,00	3,89	950,00	244,03	600,00	154,12	24.661,00	686,00	2,78	1.107,00	4,49	9.890,00	4.088,00	41,33

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$

(continua)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. M PC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
40	BAIRRO MACHADO/MASSARANDUBA E VILA RUI BARBOSA	427,71	34.352,00	8.877,00	3,87	827,00	213,71	580,00	149,88	29.161,00	740,00	2,54	1.273,00	4,37	11.655,00	4.582,00	39,31
41	S ALAGADOS E BAIXA DO PETRÓLEO SÃO JOÃO	249,46	29.875,00	7.821,00	3,82	422,00	110,48	302,00	79,06	23.388,00	82,00	0,35	1.665,00	7,12	10.294,00	6.741,00	65,48
42	CABRITO/INVASÃO DE SÃO JOÃO E INVASÃO DO BOIADEIRO	310,95	16.664,00	4.123,00	4,04	494,00	122,23	331,00	81,90	13.207,00	72,00	0,55	1.010,00	7,65	5.595,00	3.064,00	54,76
43	PLATAFORMA	317,87	21.971,00	5.462,00	4,02	514,00	127,78	351,00	87,26	17.896,00	79,00	0,44	1.031,00	5,76	7.349,00	3.150,00	42,86
44	ITACARANHA/ESCALADA E PRAIA GRANDE	386,58	24.650,00	6.298,00	3,91	656,00	167,61	453,00	115,74	20.172,00	241,00	1,19	1.395,00	6,92	8.888,00	3.917,00	44,07
45	ALTO DE SANTA TEREZINHA E ILHA AMARELA	333,30	16.759,00	4.259,00	3,93	571,00	145,11	411,00	104,45	13.711,00	63,00	0,46	968,00	7,06	5.880,00	2.448,00	41,63
46	RIO SENA PERIPERI/MIRANTE DE PERIPERIE	265,80	15.719,00	3.853,00	4,08	413,00	101,23	302,00	74,03	12.370,00	70,00	0,57	900,00	7,28	5.181,00	3.113,00	60,08
47	SÃO BARTOLOMEU	394,00	47.155,00	11.986,00	3,93	655,00	166,49	430,00	109,30	38.333,00	374,00	0,98	2.193,00	5,72	16.853,00	8.524,00	50,58
48	FAZENDA COUTOS	261,11	30.623,00	7.439,00	4,12	379,00	92,07	293,00	71,18	23.531,00	49,00	0,21	2.547,00	10,82	9.785,00	6.330,00	64,69
49	NOVA CONSTITUINTE E PARQUE SETÚBAL	259,24	18.077,00	4.692,00	3,85	376,00	97,59	288,00	74,75	13.774,00	70,00	0,51	1.659,00	12,04	6.357,00	4.202,00	66,10

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$

(continua)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. M PC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
50	COUTOS E VISTA ALEGRE	333,18	24.772,00	6.299,00	3,93	523,00	132,99	377,00	95,86	19.906,00	66,00	0,33	1.277,00	6,42	8.683,00	4.387,00	50,52
51	PARIPE/SÃO TOMÉ/BATE CORAÇÃO E TUBARÃO	367,83	57.035,00	14.337,00	3,98	577,00	145,04	360,00	90,49	45.817,00	318,00	0,69	2.861,00	6,24	20.130,00	9.668,00	48,03
52	BOA VISTA DO LOBATO E ALTO DO CABRITO	297,32	15.838,00	4.006,00	3,95	416,00	105,22	302,00	76,39	12.468,00	15,00	0,12	847,00	6,79	5.473,00	3.106,00	56,75
53	LOBATO	307,44	22.518,00	5.606,00	4,02	503,00	125,23	399,00	99,33	18.274,00	84,00	0,46	1.267,00	6,93	8.186,00	4.207,00	51,39
54	CAPELINHA DE SÃO CAETANO	333,38	31.299,00	7.937,00	3,94	570,00	144,54	415,00	105,24	25.485,00	89,00	0,35	1.973,00	7,74	10.899,00	5.071,00	46,53
55	SÃO CAETANO E SANTA LUZIA FAZENDA GRANDE/LARGO DO TANQUE/ALTO DO PERU/BOM JUÁ/RETIRO E	413,08	52.429,00	13.502,00	3,88	731,00	188,25	482,00	124,13	43.101,00	520,00	1,21	1.811,00	4,20	18.542,00	8.734,00	47,10
56	ARRAIAL DO RETIRO/BARREIRAS E SÃO GONÇALO DO RETIRO	355,58	67.795,00	17.551,00	3,86	603,00	156,11	425,00	110,03	55.856,00	286,00	0,51	3.235,00	5,79	22.599,00	11.092,00	49,08
57	ARRAIAL DO RETIRO/BARREIRAS E SÃO GONÇALO DO RETIRO	386,59	25.424,00	6.482,00	3,92	644,00	164,19	400,00	101,98	20.800,00	240,00	1,15	1.231,00	5,92	9.002,00	4.599,00	51,09
58	ENGOMADEIRA E ARRIVAL DAS BARREIRAS	377,61	25.898,00	6.684,00	3,87	659,00	170,08	448,00	115,62	21.356,00	252,00	1,18	1.386,00	6,49	9.235,00	4.385,00	47,48
59	TANCREDO NEVES	393,13	40.034,00	10.443,00	3,83	645,00	168,25	391,00	101,99	32.059,00	238,00	0,74	2.383,00	7,43	14.370,00	8.289,00	57,68

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$

(continua)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. M PC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
60	ARENOSO CABULA/CABULA VI/RECANT O DOS PÁSSAROS/SABOE IRO/DORONCOND OMINIO AMAZONAS E SOLAR DOS	292,29	15.960,00	4.122,00	3,87	499,00	128,88	361,00	93,24	13.047,00	53,00	0,41	956,00	7,33	5.769,00	3.343,00	57,95
61	PÁSSAROS	693,92	66.133,00	18.930,00	3,49	1.254,00	358,95	800,00	228,99	55.918,00	3.672,00	6,57	1.922,00	3,44	24.746,00	10.170,00	41,10
62	PERNAMBUEÍS/JAR DIM BRASÍLIA E SARAMANDAIA DJALMA DUTRA/CASTRO NEVES/PITANGUEI RAS/SANTO AGOSTINHO E	448,00	68.809,00	18.468,00	3,73	789,00	211,76	481,00	129,10	56.257,00	1.137,00	2,02	3.540,00	6,29	24.557,00	5.061,00	50,69
63	SANTA RITA VILA LAURA/LUIS ANSELMO E JARDIM SANTA TEREZA	890,64	14.700,00	4.089,00	3,60	1.846,00	513,49	1.316,00	366,06	12.974,00	1.734,00	13,37	270,00	2,08	4.904,00	1.496,00	30,51
64	COSME DE FARIAS E BAIXA DO TUBO ENGENHO VELHO DE BROTAS E BOA VISTA DE BROTAS	1.198,57	24.495,00	6.803,00	3,60	2.396,00	665,44	1.500,00	416,60	20.961,00	2.999,00	14,31	611,00	2,91	8.943,00	2.696,00	30,15
65	BROTAS/ACUPE E DANIEL LISBOA	350,16	35.926,00	9.300,00	3,86	636,00	164,64	464,00	120,11	29.568,00	287,00	0,97	2.055,00	6,95	11.942,00	6.255,00	52,38
66		651,36	33.973,00	9.381,00	3,62	1.215,00	335,50	651,00	179,76	28.958,00	1.699,00	5,87	1.154,00	3,99	10.683,00	5.061,00	47,37
67		948,12	50.078,00	14.150,00	3,54	1.830,00	517,08	975,00	275,50	43.290,00	5.154,00	11,91	1.382,00	3,19	16.730,00	6.221,00	37,18

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$

(continua)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. MPC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
68	JARDIM CASTRO ALVES/VALE DAS FLORES E CAMPINAS DE BROTAS CANDEAL E HORTO FLORESTAL DE BROTAS	878,14	15.594,00	4.275,00	3,65	1.847,00	506,34	1.399,00	383,53	13.761,00	1.867,00	13,57	482,00	3,50	5.605,00	1.954,00	34,86
69	FLORESTAL DE BROTAS	2.245,19	16.247,00	4.445,00	3,66	4.693,00	1.283,95	3.000,00	820,77	14.069,00	3.399,00	24,16	422,00	3,00	6.054,00	1.653,00	27,30
70	PIRAJÁ MARECHAL RONDON E CAMPINAS DO PIRAJÁ	374,52	28.203,00	7.209,00	3,91	626,00	160,01	399,00	101,99	22.677,00	107,00	0,47	1.280,00	5,64	9.790,00	5.047,00	51,55
71	CALABETÃO/GRANJAS REUNIDAS PRESIDENTE VARGAS E JARDIM SANTO INÁCIO	316,55	24.809,00	6.315,00	3,93	512,00	130,33	400,00	101,82	20.161,00	97,00	0,48	1.312,00	6,51	8.812,00	4.465,00	50,67
72	JARDIM SANTO INÁCIO	334,37	19.312,00	5.177,00	3,73	517,00	138,59	355,00	95,17	15.039,00	175,00	1,16	1.214,00	8,07	7.158,00	4.326,00	60,44
73	MATA ESCURA SUSSUARANA/NOVA SUSSUARANA/CENTRO ADMINISTRATIVO E BOSQUE IMPERIAL	423,01	23.604,00	6.217,00	3,80	655,00	172,52	400,00	105,36	18.914,00	230,00	1,22	1.141,00	6,03	7.964,00	3.862,00	48,49
74	DOM AVELAR E PORTO SECO PIRAJÁ CASTELO BRANCO/CAJAZEIRA II E CAJAZEIRA IV	461,53	51.545,00	12.979,00	3,97	719,00	181,04	380,00	95,68	41.158,00	923,00	2,24	3.765,00	9,15	17.773,00	9.498,00	53,44
75	PIRAJÁ CASTELO BRANCO/CAJAZEIRA II E CAJAZEIRA IV	398,29	14.899,00	3.866,00	3,85	697,00	180,86	453,00	117,54	12.480,00	157,00	1,26	526,00	4,21	5.670,00	2.499,00	44,07
76	PIRAJÁ CASTELO BRANCO/CAJAZEIRA II E CAJAZEIRA IV	421,46	27.694,00	7.038,00	3,93	705,00	179,16	418,00	106,23	22.343,00	272,00	1,22	1.333,00	5,97	9.379,00	5.044,00	53,78

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$

(continua)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. MPC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
77	VILA CANÁRIA/SETE DE ABRIL E JARDIM NOVA ESPERANÇA	347,16	34.267,00	8.748,00	3,92	534,00	136,32	366,00	93,44	27.600,00	129,00	0,47	2.212,00	8,01	11.952,00	5.895,00	49,32
78	PAU DA LIMA E COLINA AZUL S.MARCOS/CANABRAVA/RECANTO DAS ILHAS/COLINAS DE PITUAÇU/VIVENDA PÁSSAROS/VIVENDAS DO CAMPO/NOVA CIDADE/JARDIM DAS LIMEIRAS/V. DOS LAGOS/ PARALELA PARK E LAGOA VERDE ESTRADA DO MOCAMBO/PROJETO ASA/ALDEIA DAS PEDRAS/FLAMBOYANTS/TROBOGY/NOVA BRASÍLIA E CONJUNTO JAGUARIBE	333,45	39.262,00	10.097,00	3,89	537,00	138,10	399,00	102,61	31.498,00	173,00	0,55	2.005,00	6,37	13.413,00	6.591,00	49,14
79	PARALELA PARK E LAGOA VERDE ESTRADA DO MOCAMBO/PROJETO ASA/ALDEIA DAS PEDRAS/FLAMBOYANTS/TROBOGY/NOVA BRASÍLIA E CONJUNTO JAGUARIBE	588,52	56.464,00	16.061,00	3,52	982,00	279,33	651,00	185,17	45.929,00	1.793,00	3,90	2.396,00	5,22	20.668,00	9.765,00	47,25
80	JAGUARIBE	564,10	20.587,00	5.566,00	3,70	888,00	240,08	450,00	121,66	16.230,00	590,00	3,64	1.215,00	7,49	7.116,00	3.669,00	51,56
81	VALÉRIA CAJAZEIRA/BICO DOCE/PALESTINA/BOCA DA NATA E	344,87	22.912,00	5.799,00	3,95	527,00	133,38	320,00	80,99	17.442,00	43,00	0,25	1.456,00	8,35	8.281,00	4.916,00	59,36
82	ÁGUAS CLARAS	303,25	28.007,00	7.232,00	3,87	434,00	112,07	302,00	77,98	21.400,00	99,00	0,46	1.797,00	8,40	10.160,00	6.145,00	60,48

Tabela 1 - Rendimento por Área de ponderação – Salvador – 2000 Unidade de Medida: em R\$  
(conclusão)

Área	Nome	Pess. Rend.	Pop.	Dom.	MMPDOM	Rend. Médio	Rend. M PC	Rend. MD Dom	Rend. MD PC	Pop 10+	Pop. 15+ estudo	%	Pop. sem Instrução	%	Unidas	União Consensual	%
83	NOGUEIRA E CAJAZEIRA III	391,81	15.482,00	3.967,00	3,90	637,00	163,22	400,00	102,49	12.394,00	70,00	0,56	745,00	6,01	5.716,00	3.330,00	58,26
84	CAJAZEIRA V/CAJAZEIRA VI E CAJAZEIRA VII	446,36	20.948,00	5.500,00	3,81	749,00	196,65	480,00	126,03	17.163,00	182,00	1,06	924,00	5,38	7.177,00	3.334,00	46,45
85	CAJAZEIRA VIII	316,74	19.529,00	5.282,00	3,70	488,00	131,99	350,00	94,66	15.198,00	51,00	0,34	728,00	4,79	7.162,00	4.352,00	60,77
86	CAJAZEIRA X E CAJAZEIRA XI	389,07	17.391,00	4.506,00	3,86	610,00	158,05	480,00	124,37	14.468,00	130,00	0,90	458,00	3,17	5.964,00	2.759,00	46,26
87	FAZENDA GRANDE I E FAZENDA GRANDE II	456,41	20.093,00	5.254,00	3,82	775,00	202,65	600,00	156,89	16.671,00	150,00	0,90	664,00	3,98	6.873,00	2.961,00	43,08
88	FAZENDA GRANDE III E FAZENDA GRANDE IV	457,06	18.670,00	4.799,00	3,89	737,00	189,44	500,00	128,52	15.232,00	59,00	0,39	517,00	3,39	6.996,00	3.210,00	45,88

Fonte: IBGE - Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000

Notas: MMPDOM - Média de Moradores por Domicílio

Rendimento M. PC - Rendimento Médio Per capta

Rendimento MD PC - Rendimento Mediano Per capta ( Representa que até 50% daquela população ganha ou participa daquele valor. Ex: Se a população tem o rendimento mediano de R\$150,00, significa dizer que, 50% daqueles que fazem parte do grupo, ganham até R\$ 150,00)

Rendimento MD DOM - Rendimento Mediano Domiciliar.

## ANEXO A – Questionário do Perfil da população negra do bairro da Pituba

*O objetivo desta pesquisa é conhecer o perfil da população negra que reside no bairro da Pituba.  
Para garantir o sigilo, os nomes não precisam ser declarados.*

1. Idade (anos completo): \_\_\_\_\_
2. Sexo:
  - a. Masculino
  - b. Feminino
3. Classe social:
  - a. Classe média
  - b. Classe média baixa
  - c. Classe baixa
  - d. Pobre
  - e. Rico
4. Renda em salários-mínimos:
  - a. Menos de 5
  - b. Entre 5 a 10
  - c. Entre 10 a 15
  - d. Entre 15 a 20
  - e. Entre 20 a 30
  - f. Mais de 30
5. Sua principal renda provém do setor:
  - a. Público
  - b. Privado
6. Escolaridade:
  - a. Analfabeto
  - b. Primeiro grau
  - c. Segundo grau
  - d. Terceiro grau
  - e. Pós-Graduação
  - f. Mestrado
  - g. Doutorado
7. Se possuir 2º grau, onde foi realizado:
  - a. Escola Pública
  - b. Escola Privada
8. Se possuir terceiro grau, onde foi realizado:
  - a. Instituição Pública
  - b. Instituição Privada
9. Se possuir terceiro grau, trabalhou durante seu curso:
  - a. Sim
  - b. Não
10. Qual a sua cor:
  - a. Branco (a)
  - b. Pardo (a)
  - c. Preto (a)
  - d. Amarelo (a)
  - e. Indígena
11. Qual o melhor termo para se referir à sua cor?
  - a. Negro (a)
  - b. Pardo (a)
  - c. Moreno (a)
  - d. Mulato (a)
  - e. Branco (a)
12. Em relação às Cotas universitárias, você é:
  - a. Favorável
  - b. Não favorável
13. Já sofreu discriminação racial?
  - a. Sim
  - b. Não
14. Discute a discriminação racial na família?
  - a. Sim
  - b. Não
15. Consome produtos étnicos?
  - a. Sim
  - b. Não